UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro – (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – (PPG-PMUS)
Museu de Astronomia e Ciências Afins – (MAST-MCTI)
Mestrado em Museologia e Patrimônio

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA (SERRA DE OURO PRETO-MG):

contribuições para o processo de musealização no território

YGOR MARTINS FORTES

UNIRIO / MAST – RJ, 14 de março de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA (SERRA DE OURO PRETO-MG):

contribuições para os processos de musealização no território

Ygor Martins Fortes,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 - Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

Orientadora:
Professora Dr(a): Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIRIO / MAST – RJ, 14 de março de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA (SERRA DE OURO PRETO, MG):
contribuições para os processos de musealização no território

Dissertação de Mestrado de Ygor Martins Fortes submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

gov.br Documento assinado digitalmente
ALINE ROCHA DE SOUZA FERREIRA DE CASTRO
Data: 15/03/2024 15:37:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro
(Orientadora - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

gov.br Documento assinado digitalmente
DEUSANA MARIA DA COSTA MACHADO
Data: 18/03/2024 11:36:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Deusana Maria da Costa Machado
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

gov.br Documento assinado digitalmente
LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES
Data: 08/04/2024 18:44:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques
(membro externo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS)

gov.br Documento assinado digitalmente
DIOGO JORGE DE MELO
Data: 08/04/2024 14:13:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Diogo Jorge Melo
(membro externo suplente – Universidade Federal do Pará/ UFPA)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

M738 Martins Fortes, Ygor
Patrimônio arqueológico Morro da Queimada (Serra de Ouro Preto-MG): contribuições para o processo de musealização no território / Ygor Martins Fortes. -- Rio de Janeiro, 2024.
141 p. 155 f.

Orientadora: Aline Rocha Souza Ferreira de Castro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2024.

1. Musealização. 2. Arqueologia. 3. Patrimônio. I. Souza Ferreira de Castro, Aline Rocha, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, por me contemplar com uma bolsa de estudos que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro pela generosidade em aceitar meu convite para ser minha orientadora e compartilhar seus conhecimentos para que esta dissertação fosse concluída.

À Professora Deusana Maria da Costa Machado por compartilhar e fomentar ideias essenciais para a construção deste trabalho que se materializaram na etapa da Qualificação.

À Professora Marcia Arcuri pelo apoio, orientação e carinho ao longo de 8 anos nos projetos e trabalhos desenvolvidos em conjunto com o Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária da UFOP que capacitaram a execução desta pesquisa.

À Professora Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques pela oportunidade de dividir comigo um pouco de suas considerações e apontamentos importantes nos aspectos arqueológicos da pesquisa.

Ao Professor Diogo Jorge de Melo, pelo interesse e disponibilidade em ler este trabalho e pelo aceite em estar conosco na banca de avaliação.

Ao corpo docente do PPG-PMUS com os quais tive a honra e a felicidade de estudar: Luiz Carlos Borges, Nilson de Moraes, Diana Lima, Teresa Scheiner, Ivan Coelho de Sá e Marcus Granato.

À Professora Helena Uzeda, pela dedicação e atenção com os alunos nesta função de coordenadora do Mestrado. Aproveito o momento, para agradecer à Alexandra, secretária do Programa, por sua solicitude e simpatia em resolver nossas demandas.

À minha mãe Vânia, um exemplo de mulher que me criou com muito amor, carinho e um jeito simples tem me ensinado a viver a vida com responsabilidade, juízo, educação e fé para aguentar os desafios que a vida nos entrega. Ao meu Pai Ronald, que tem me proporcionado na medida certa tudo que preciso para seguir adiante nesta jornada: obrigado por compartilhar comigo grandes experiências e grandes momentos com muito amor e dedicação. Ao meu irmão Yago, amigo de todas horas que tem sido minha maior inspiração para conclusão desta pesquisa, por suas

conquistas profissionais e principalmente pelas transformações pessoais. À minha avó Marcília e a meu Avó Warner dedico boa parte deste trabalho como reconhecimento de tudo que fizeram e fazem por mim, serei eternamente grato. Aos meus avós Dorinha e Jadir *(in memoriam)* pela infância magnífica, pelas boas histórias e ensinamentos de vida. A todos os familiares, tias, tios, primos e primas que com muito carinho sempre quiseram o meu bem e me incentivaram.

À minha esposa Naja, companheira de todas a horas que além de me inspirar e motivar, me auxiliou muito na conclusão desta dissertação. Aos amigos que fortalecem a caminhada e aos que são um porto seguro nas horas difíceis.

Aos colegas do LAPACOM que ao longo da trajetória compartilharam comigo, conhecimento, trabalho e as melhores experiências pessoais. Ao Departamento de Museologia da UFOP pelo apoio e formação, em especial todos os docentes responsáveis por esta mais esta conquista.

RESUMO

FORTES, Ygor Martins. Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (Serra De Ouro Preto-MG):contribuições para os processos de musealização no território.
Orientador: Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

O presente trabalho de pesquisa investiga o processo de musealização no contexto do Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada localizado em Ouro Preto-MG por meio do registro sistemático de ações de georreferenciamento, investigação arqueológica, documentação museológica e educação patrimonial realizadas a partir de questões teórico-práticas que fundamentaram as análises relacionadas aos dados coletados. Discorreu-se sobre o conceito de musealização por meio da interlocução com autores do campo da Museologia e da Arqueologia a fim de construir processos mais plurais de seleção, interpretação e construção de narrativas sobre o patrimônio cultural estudado. Abordou-se questões que envolvem os paradigmas contemporâneos da arqueologia do e no presente no âmbito das contribuições e perspectivas para o estudo e documentação museológica da cultura material examinada. Apresentou-se a conclusão da sistematização de dados da pesquisa associados ao período de colonização em Minas Gerais para demonstrar sua potencialidade científica e cultural. Além disso, o trabalho articulou junto aos agentes municipais envolvidos e as comunidades pertencentes ao território o estudo da área para subsidiar as tomadas de decisão compartilhadas avante o processo de gestão, preservação, extroversão e fruição do patrimônio.

Palavras-chave: Musealização; Arqueologia; Patrimônio.

ABSTRACT

FORTES, Ygor Martins. Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (Serra De Ouro Preto-MG):contribuições para os processos de musealização no território.
Orientador: Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

This research work investigates the musealization process in the context of the Morro da Queimada Archaeological Municipal Natural Monument located in Ouro Preto-MG through the systematic recording of georeferencing actions, archaeological investigation, museological documentation and heritage education carried out based on theoretical questions. -practices that supported the analyzes related to the data collected. The concept of musealization was discussed through dialogue with authors in the field of Museology and Archeology in order to build more plural processes of selection, interpretation and construction of narratives about the cultural heritage studied. Issues involving contemporary paradigms of archeology of the present were addressed within the scope of contributions and perspectives for the study and museological documentation of the material culture examined. The conclusion of the systematization of research data associated with the colonization period in Minas Gerais was presented to demonstrate its scientific and cultural potential. Furthermore, the work coordinated with the municipal agents involved and the communities belonging to the territory the study of the area to support shared decision-making regarding the process of management, preservation, extroversion and enjoyment of the heritage.

Keywords: Musealization; Archaeology; Cultural Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Pág.

Figura 01. Provável casa de Pascoal da Silva Guimarães, Registro por Sylvio de Vasconcellos 19

Figura 02. Registro de Sylvio de Vasconcellos, esquema da conformação urbana 21

Figura 03. Registro da desapropriação de residências a partir de 2006 22

Figura 4. Impactos no processo de cercamento do PNMAMQ 24

Figura 5. Área de delimitação da Poligonal do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PMAMQ), delimitando fronteira com os bairros de entorno 25

Figura 6. Moinho: ruína arqueológica do setor sudoeste no MNMAMQ 33

Figura 7. Oficina do programa Vidas do morro, vinculada ao LAPACOM: realizada em conjunto com os jovens do Centro Espírita Auta de Souza, no bairro Morro Santana, 2015 47

Figura 8. Dinâmica de educação patrimonial realizada em conjunto com alunos do 9º ano da E. M. Juventina Drummond, no bairro Morro Santana, 2017/2018 48

Figura 9. Aula prática de desenho de perfil arqueológico com alunos do DEMUL/UFOP, realizada no dia 24 de junho de 2016, atividade que provocou a aproximação espontânea de crianças dos bairros Morro São João e São Sebastião. Na foto, os quatro meninos executam desenho 49

Figura 10. Atividade lúdica: mapeamentos do afeto. Associação de Moradores do Bairro Morro da Queimada. 2017/2018 50

Figura 11. Participação da equipe do LAPACOM no dia das crianças, 16/10/2022. Organização da associação de moradores do Morro da Queimada 52

Figura 12. Representação da paisagem de Villa Rica por Thomas Ender [1817-1821] 54

Figura 13. Mapa oficial do projeto de implantação do parque 60

Figura 14. Detalhamento técnico das ruínas, documento oficial do primeiro projeto de implantação do parque 61

Figura 15. Ilustração das ferramentas utilizadas para as atividades de georreferenciamento 63

Figura 16. Mapa oficial do projeto de implantação do parque, recorte das ruínas 64

Figura 17. Novo DATUM estabelecido 65

Figura 18. Imagem de satélite do complexo de ruínas mapeado, a partir do novo DATUM 65

Figura 19. Demonstrativo entre ponto 1 e ponto 2, ilustração de marcação de pontos na estrutura selecionada para mapeamento, coordenadas do ponto 2: 23K 657075.10 m E / UTM 7745583.56 m S 66

Figura 20. Ponto 3 e 4, ilustração de marcação de pontos na estrutura selecionada para mapeamento, coordenadas do ponto 4: 23k 657311.68 m E / UTM 7745571.57 m S 66

Figura 21. Processo de marcação dos pontos 3 e 4 na estrutura selecionada para mapeamento 67

Figura 22. Análise robótica em Sarilho pela equipe do ITV, 2023 69

Figura 23. Sensoriamento remoto por Drone, equipe da Radaz, 2023 70

Figura 24. Desenho de mundéus elaborado por Eschwege (1833) 82

Figura 25. Prospecção, tradagem e crivação, 2022 83

Figura 26. Fotografia da Capela de São João, 1935 84

Figura 27. Sítio M.Q – Setor Caixas - Unidade B, registro da quadrícula, 2023 86

Figura 28. Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade A, registro da quadrícula, 2023 87

Figura 29. Mapa geológico simplificado do Quadrilátero Ferrífero mostrando a área de estudo 88

Figura 30. Sítio M.Q – Setor Caixas - Unidade A, registro de perfil estratigráfico, 2023 89

Figura 31. Sítio M.Q – Setor Caixas - Unidade A, fragmento cerâmico – Nível 80-90cm, 2023 90

Figura 32. Sítio M.Q – Setor Caixas - Unidade B, primeiro cravo selecionado para coleta. Nível superfície, 2023 91

Figura 33. Local de trabalho no LABARQ/MCT/EM 99

Figura 34. Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos cerâmicos de telha 102

Figura 35. Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos de utensílios domésticos 103

Figura 36. Sítio M.Q – Setor Caixas B – Unidade 01 – Fragmento cerâmico, 2023 106

Figura 37. Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos cerâmicos de bases, bojos e bordas selecionados para análise laboratorial 107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNIC - Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

EDTM – Escola de Direito, Turismo e Museologia

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GPS – Global Positioning System

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humanitário

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOM – International Council of Museums / Conselho Internacional de Museus

ICOFOM – ICOM International Committee of Museology / Comitê Internacional de Museologia do ICOM

LAEP - Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LAPACOM - Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária da Universidade Federal de Ouro Preto

LCR/MCT/EM - Laboratório de Conservação e Restauro do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas

MuWoP – Museological Working Papers

MNMAMQ - Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada

OMT - Organização Mundial do turismo

PMAMQ - Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada

PNMAMQ - Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada

PMRG - Projeto Mudança do Referencial Geodésico

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

SEMA/OP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto

SIGARS2000 - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SGB - Sistema Geodésico Brasileiro

SAD-69 -Sistema de Referência South American, Datum 1969

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UTM - (Universal Transverse Mercator)

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WGS84 - World Geodetic System, 1984.

SUMÁRIO

Pág.

INTRODUÇÃO 2

Cap.1 **A História do Lugar: o Morro da Queimada no contexto da Serra de Ouro Preto-Mg** 14

1.1. Musealização da Arqueologia: potencialidade e desafios 26

1.2. Teorizando a Arqueologia: a importância das viradas ontológicas para a preservação da cultura material 35

Cap.2 **Museologia e Arqueologia como Instrumentos de Extroversão do Patrimônio: construindo processos mais plurais de seleção** 44

2.1. O Morro da Queimada e a Paisagem Cultural: conceituação e paradigmas de proteção 53

2.2. Ações de geoprocessamento: mapeamento e registro 58

Cap.3 **Acervos Arqueológicos Musealizados: contribuições e perspectivas da etnografia arqueológica para o estudo e documentação museológica da cultura material da Serra de Ouro Preto** 72

3.1. Etnografia Arqueológica da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII): contexto de escavação no Morro da Queimada 78

3.2. Documentação Museológica: procedimento fundamental para registrar informações 92

3.3. Triagem de material arqueológico: documentação e acondicionamento 95

3.4. Sistemas técnicos da Cerâmica: morfologia e atributos 99

CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

REFERÊNCIAS 114

ANEXO A – Ficha Catalográfica 125

ANEXO B – Ficha Catalográfica 127

ANEXO C – Ficha Catalográfica 129

ANEXO D – Ficha Catalográfica 131

ANEXO E – Ficha Catalográfica 133

ANEXO F – Ficha Catalográfica 135

ANEXO G – Ficha Catalográfica 137

ANEXO H – Ficha Catalográfica 139

ANEXO I – Ficha Catalográfica 140

ANEXO J – Ficha Catalográfica 141

ANEXO K – Ficha Catalográfica 142

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende uma pesquisa museológica que buscou contribuir para o entendimento dos processos de ocupação humana na Serra de Ouro Preto-MG e colaborar com a sistematização de ações direcionadas ao processo de musealização que está sendo implementado no Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMAMQ). A pesquisa se vincula à linha 2: Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), intenciona dar continuidade à pesquisa *Musealização das Ruinas Arqueológicas do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada: análise de processos e proposição metodológica,* realizada junto ao programa de Iniciação Científica PIVIC-1S/UFOP 2017/2018, durante a graduação do autor e que compreende trabalhos de comunicação, preservação e documentação a partir da análise de evidências arqueológicas orientadas pelo referencial teórico-metodológico da arqueologia e museologia contemporâneas.

O Monumento, representante dos primórdios de formação da antiga Vila Rica e início da extração aurífera na região no século XVII, hoje é cercado por cinco bairros: Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João, Morro São Sebastião e Piedade, onde vivem cerca de 15 mil habitantes – quase 25% da população da cidade, resultado do desordenado crescimento urbano promovido em meados do século XX. Entre os anos de 2005 e 2008, após a visita da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao local, uma ampla captação de recursos de instituições privadas foi direcionado para pesquisa da área visando a criação de um modelo estrutural de Parque com o objetivo de atender à urgente necessidade de proteger as ruínas remanescentes.

Esse modelo pôde ser analisado a partir da documentação do Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (PMAMQ) disponibilizados para consulta pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto (SEMA/OP) permitindo correlacionar as ações realizadas à época com os atuais trabalhos de investigação e pesquisa no território. Por se tratar de um processo lento que requer recurso financeiro do município, apoio dos órgãos reguladores para a fiscalização e manutenção do local e o consentimento da comunidade, até o momento, o que foi realizado desde a divulgação do projeto inicial foi o cercamento da área com identificação do sítio arqueológico para oficializar a poligonal traçada para a fundação do Parque e a consequente desapropriação de algumas famílias. Essa ação se mostrou

insuficiente para cumprir com o principal propósito de preservar, difundir e extroverter o patrimônio para a comunidade ouropretana. Isso enaltece a iniciativa dos trabalhos atuais em promover uma gestão compartilhada entre todos os envolvidos na ampliação do mapeamento da área, no estudo historiográfico, na supervisão e investigação arqueológica bem como na necessidade de musealização do local.

O registro arqueológico do Morro da Queimada oferece subsídios materiais para investigações críticas, que abarcam dentro de um cenário heterogêneo das atividades pretéritas de mineração um arcabouço de possibilidades para a compreensão dos vestígios arqueológicos que podem ser encontrados nos levantamentos de campo, por meio de prospecções e escavações em subsuperfície. Observados em conjunto, esses registros podem ilustrar as maneiras pelas quais as comunidades do passado e do presente se apropriaram deste território. A partir das vivências, dos trabalhos e dos dados coletados, podem-se formular leituras fundamentadas sobre o modo de vida dessas populações e interpretar os padrões de vida material que se fundamentam com a dinâmica social, a religiosidade e a economia como pilares para a construção e a reconstrução de identidades dos que ocuparam/ocupam a Serra. A interação da Arqueologia e da Museologia, áreas afins do conhecimento, tem auxiliado na elaboração de reflexões para o debate quanto à preservação, gestão e a difusão desse patrimônio arqueológico e paisagístico. Especificamente, fez-se necessário reunir e documentar de forma sistemática processos que já ocorreram e serviram de base para dar sustentabilidade e suporte às ações atuais em andamento que contribuem para articular a perenidade do trabalho comunitário e científico.

Esses processos articulam diferentes frentes de atuação nos bairros que circundam o sítio. Trata-se de uma abordagem feita em equipe para entender melhor as relações de memória e identidade que a população local tem com a Serra. O trabalho estrutura-se a partir dos conceitos da Museologia Comunitária que metodologicamente ajudam no convívio diário na comunidade para entender melhor suas necessidades e interesses locais. As ações de pesquisa em curso nesse processo abarcam iniciativas de musealização do território, preservação e estudo de algumas ruínas selecionadas em pontos específicos do complexo minerador pelo Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (LAPACOM/DEMUL/UFOP) em conjunto com membros da SEMA/OP, fruto da intenção de aprofundar a informação científica a partir da pesquisa *in loco* com enfoque nos bens de natureza arqueológica tendo o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também empenhado na proteção do local.

A pesquisa conta com colaborações do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (LAEP/UFJM), o Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG) e do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto-MG, parceiros diretos nas iniciativas para o desenvolvimento científico no local e o compartilhamento de ações com a comunidade. O trabalho evidencia a coleta de dados e informações extraídas da história oral presente no local em conjunto com leituras direcionadas às bibliografias específicas do tema em questão. Parte dessa parceria visa alertar quanto à obrigação da extroversão dos bens culturais para os moradores e o fortalecimento do reconhecimento do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada como precursor da história de formação da cidade.

A busca pelo reconhecimento e valorização patrimonial na região está vinculada aos esforços de trabalho de campo direcionados pelos métodos da arqueologia histórica como ferramenta que possibilita a investigação do surgimento, da manutenção e da transformação sociocultural através da cultura material produzida desde o auge da extração aurífera no século XVIII. A Museologia e suas aplicações no estudo de grupos e culturas humanas a partir das coleções museológicas, estas, oriundas da aproximação do “mundo europeu” com diversos coletivos humanos também é fundamental para a pesquisa no que tange às reformulações teóricas ainda pertinentes em discussões acadêmicas para melhor compreender o surgimento e o desenvolvimento da cultura material que pode tanto abranger artefatos, estruturas e modificações da paisagem que refletem o consequente impacto na transformação urbanística e cultural na Serra.

Toda intenção de pesquisar e documentar os trabalhos que ocorrem no local induz o questionamento e a discussão se de fato é possível realizar a musealização do sítio arqueológico e leva também à seguinte indagação: Preservar o que e para quem? Pretendendo responder esta pergunta debatida em diversos contextos acadêmicos, devido à pluralidade de fatores que congregam o processo de institucionalização patrimonial, direcionamos esta pesquisa para produzir registros e dados que sirvam de auxílio para: contribuir com o avanço da informação científica, ampliar a participação nas decisões do poder público perante os atos de proteção do patrimônio, compartilhar informações e demonstrar a importância de se musealizar o local para aderir, dentro dos critérios estabelecidos pelo IPHAN, a implantação de equipamentos turísticos propícios para viabilizar uma visitação segura com estrutura de acolhimento e informação, além de estimular a vivência cultural no território com o envolvimento direto dos moradores que hoje ocupam o entorno do Monumento.

Todas essas ações vislumbram corresponder ao **objetivo geral** desta dissertação que consistiu em: colaborar com as etapas que envolvem o processo de musealização do sitio arqueológico contribuindo com o registro sistemático das ações de educação patrimonial, georreferenciamento, investigação arqueológica e documentação museológica como museólogo membro de uma equipe interdisciplinar que vivencia e atua *in loco* nas atividades voltadas à preservação, fruição e extroversão do patrimônio cultural pulsante na Serra de Ouro Preto-MG. Já nos **objetivos específicos**, objetivou-se:

I) Reunir informações documentais e técnicas do estudo das ruínas arqueológicas apresentado no *Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada*, disponibilizado pela SEMMA/OP, avaliando-as e complementando-as com novos dados gerados pelos trabalhos de campo a partir de ações de georreferenciamento, prospecção sistemática e escavação em áreas específicas selecionadas em conjunto com equipe do LAPACOM/UFOP.

II) Produzir reflexões que possam melhor fundamentar as decisões a serem tomadas pelos órgãos responsáveis no âmbito da salvaguarda e fruição do patrimônio arqueológico em questão, aproximando a relação entre os gestores municipais, os pesquisadores e os moradores locais com diálogos frequentes que ocorrem *in loco* sob uma perspectiva museológica de ação em andamento que encampa atividades de caminhamento pelo sítio e pelos bairros que circundam o local. Relatamos e registramos ações pontuais de educação patrimonial que envolvem palestras, atividades lúdicas, participação de eventos culturais locais e passeios que vêm ocorrendo com o apoio de instituições educacionais, religiosas e associações comunitárias no território desde 2015.

III) Documentar os processos dos trabalhos de campo alinhados com a observação participativa durante as etapas de: coleta de dados, abertura de poços de sondagem, abertura de unidades de escavação e consequente triagem de material arqueológico para análise em laboratório. O intuito foi aprofundar o desenvolvimento da informação científica referente ao patrimônio arqueológico como fonte primária de referência aos desdobramentos históricos das várias ocupações no território e seus diferentes usos ao longo de mais de 300 anos.

A estrutura da pesquisa

Diante do tema proposto para esta dissertação, buscou-se apresentar a importância e a necessidade de preservar o patrimônio cultural circunscrito no território do Morro da Queimada. Especificamente, discute-se: a) qualificar o processo de musealização das ruínas arqueológicas com apontamentos direcionados a refletir sobre a importância do estudo da cultura material sob o viés de uma arqueologia contemporânea que encampa metodologias da arqueologia comunitária com enfoque nos processos de educação patrimonial e aproximação das comunidades envolvidas. Em paralelo, esse processo se estende com os trabalhos da museologia também de abordagem comunitária atrelada aos métodos da arqueologia histórica para aprofundamento do estudo das tecnologias afro diaspóricas da mineração; b) apresentar um breve panorama das relações que as comunidades que habitam o entorno do local estabelecem com a memória e a história da qual são herdeiros com auxílio de ações de pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, bem como de trabalhos *in situ*; c) questionar o projeto de implantação do Parque, seus processos de mapeamento e as ações em curso de proteção, oferecendo uma nova proposta de ação; d) defender a musealização do atual Monumento como fonte de incentivo e fortalecimento dos procedimentos institucionais de gestão deste patrimônio, o qual almejamos que seja evidenciado e desenvolvido de forma compartilhada com todos os atores envolvidos.

Além disso, a pesquisa imprime a necessidade de contribuir à principal questão problema que evidencia aspectos do Como? Por quê? Pra quem preservar? Para responder a essas indagações parte-se do seguinte pressuposto: orientar os procedimentos salvaguarda do patrimônio arqueológico em foco, voltando-se à aproximação entre a produção de conhecimento sobre os processos pretéritos de formação da Vila Rica e a demanda contemporânea pela estruturação de uma gestão compartilhada da área do Monumento junto às comunidades que habitam seu entorno. Diante das potencialidades e desafios, almeja-se produzir dados que balizem as decisões do poder público no processo de implantação dos equipamentos turísticos e culturais, em consonância com as exigências legais de fiscalização dos órgãos reguladores do patrimônio para atender as medidas de proteção das ruínas e demais ações necessárias ao processo de musealização das estruturas do sítio.

Ao assumir a existência desses desafios reunidos em torno da prática e teoria, o trabalho teve como **justificativa** colaborar para o fortalecimento das ações de preservação e gestão do patrimônio arqueológico da área em foco, contemplando o potencial apresentado em estudos prévios e adequar, no que for necessário, as

metodologias de trabalho específicas do campo da pesquisa Arqueológica em consonância com os conceitos da Museologia a fim de construir processos mais plurais de seleção, interpretação e construção de narrativas sobre o patrimônio cultural. É importante salientar que as contribuições para o campo permeiam as questões de memória e identidade para aprofundar a compreensão da dinâmica patrimonial e evitar a reificação de suas ruínas como expressões de "memórias petrificadas" e concentrar esforços para alcançar a eficácia e sustentabilidade dos processos de organização do espaço museológico.

Desenvolvimento do tema e perspectivas: a estrutura dos capítulos

No Capítulo I, "A história do Lugar: o contexto do Morro da Queimada na Serra de Ouro Preto-MG", a fundamentação teórica se inicia pela análise dos processos de ocupação humana na Serra, orientado pelo referencial teórico-metodológico da arqueologia vinculada ao histórico do Morro da Queimada. O intuito foi contemplar as múltiplas camadas de compreensão e significação do patrimônio arqueológico inserido no território atendendo ao potencial da gestão do patrimônio cultural em diálogo com os princípios da museologia e arqueologia de base comunitária que em conjunto formam um catalisador para impulsionar os processos de musealização com enfoque na preservação e proteção das ruínas. Além disso, neste capítulo defenderemos o fortalecimento de uma identidade cultural baseada em uma consciência histórica que legitime os direitos civis, comportamentos individuais e/ou coletivos dos moradores, de se reconhecerem como portadores e defensores de seu patrimônio a fim de corroborar com a organização e o desenvolvimento local a partir de trabalhos comunitários.

Para trabalhar os conceitos de musealização optou-se por utilizar autores internacionais como André Desvallés e François Mairesse que contribuíram para a ampliação do campo com a publicação "Conceitos Chave da Museologia" (1993), Hugues de Varine e Georges Henri Rivière responsáveis por dar impulso e escopo à "Nova Museologia" dos anos 1980 e seus desdobramentos para a Ecomuseologia, destaque para os relatórios de missão publicados por Varine em 2008 e 2011 junto ao Conselho Administrativo do Parque Arqueológico do Morro da Queimada; Zbyněk Zbyslav Stránský e Anna Gregorová como pilares fundamentais na formação do campo da Museologia como ciência, "*Museology - science or just practical museum work*?" (STRÁNSKÝ,1980). No âmbito nacional, utilizou-se autores centrais para o desenvolvimento da museologia no Brasil: Tereza Scheiner, museóloga e docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) especialista em teoria museológica e patrimonial possui trabalhos baseados no entendimento do museu como

um fenômeno, conceito filosófico que reverbera nas discussões acadêmicas contemporâneas no que diz respeito ao aspecto simbólico de apropriação das instituições museais pela sociedade. Um exemplo desse tema é o artigo: “Sob o signo do patrimônio: museologia e identidades regionais” (2006); Diana Farjalla Correia de Lima museóloga, consultora e docente da UNIRIO desenvolveu trabalhos voltados para teoria, prática museológica e patrimonial. Dentre vários artigos publicados, alguns tornam-se pilares para o entendimento do campo em toda sua cadeia operatória, como: “Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão” (2012); Yara Mattos museóloga, atuou como docente titular na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), é pesquisadora e coordenadora responsável pelo desenvolvimento da ecomuseologia em Ouro Preto-MG com trabalhos documentais que auxiliam a pesquisa de campo: “Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária” (2006); Bruno Brulon Soares, museólogo, antropólogo, docente na *University of St Andrews*, na Escócia e na UNIRIO, volta-se para a compreensão mais ampla da história dos museus e da museologia com temas que envolvem museologias experimentais nos usos políticos dos museus e do patrimônio, aspectos importantes para a consulta bibliográfica: “Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno” (2019).

Maria Cristina Oliveira Bruno museóloga, arqueóloga, docente titular no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de São Paulo (MAE/ USP), grande influenciadora do estudo da cultura material, coleções museológicas e da musealização da arqueologia, “Acervos Arqueológicos: relevâncias, problemas, desafios desde sempre e para sempre” (2020); Manuelina Maria Duarte Cândido, historiadora, museóloga, arqueóloga e docente adjunta do Bacharelado em Museologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) é referência para o entendimento dos processos de musealização e educação associadas à arqueologia; Mário Souza Chagas colaborador dos Cadernos de Sociomuseologia, “Museus, memórias e movimentos sociais” (2012) museólogo, docente colaborador na Universidade Federal da Bahia (UFBA) é um dos responsáveis pela ampliação política e institucional do campo da museologia e da museografia, com ênfase na museologia social, nos museus sociais e comunitários, na educação museal e nas práticas sociais de memória, política cultural e patrimônio.

Para o campo da arqueologia, por sua vez, recorreu-se a contribuições de personalidades internacionais de grande relevância para a expansão teórica e prática da disciplina como ciência; Bruce Trigger, arqueólogo, antropólogo e etnohistoriador

canadense que publicou o livro “História do Pensamento Arqueológico” (1989), uma referência para estudo do campo; Michael Shanks é o autor de “Experimentando o Passado: sobre o caráter da arqueologia” (1992) e Cristopher Tilley docente de Arqueologia na *St David's University College – Gales* é autor de “Cultura Material e Texto: a arte da ambiguidade” (1991), juntos publicaram “Reconstrução da Arqueologia: teoria e prática” (1992); Ian Hodder arqueólogo inglês, é considerado o principal precursor da teoria pós-processual em Arqueologia, corrente utilizada nos trabalhos de campo ao longo da pesquisa, “*Theory and Practice in Archaeology”* (1992); Gordon Chield filólogo e arqueólogo australiano foi um grande contribuinte para o estabelecimento dos conceitos modernos de revolução agrícola, revolução urbana e difusão, teoria utilizada no trabalho de arqueologia histórica, “A Evolução Cultural do Homem” (1975); Rodney Harrison é docente de Estudos do Patrimônio no Instituto de Arqueologia da *University College London* (UCL) expoente dos estudos de arqueologia contemporânea, tendo como exemplo a publicação “Arqueo-Etnografia, Auto-Arqueologia: apresentando arqueologias do passado contemporâneo” (2009); Lewis Binford foi um arqueólogo americano, conhecido como o líder da "Nova Arqueologia", movimento surgido nos anos 1950/60. É conhecido principalmente por suas contribuições à teoria arqueológica e sua promoção da investigação etno-arqueológica.

No âmbito nacional; André Pierre Prous, arqueólogo e docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG) um dos precursores da teoria arqueológica no Brasil, tendo como principal publicação o livro “Arqueologia Brasileira” (1992); Cristina Barreto historiadora, antropóloga e arqueóloga atua como pesquisadora sobre a história da arqueologia no Brasil sempre investigando temas relacionados à organização social e identidades de sociedades indígenas no passado; Pedro Paulo Funari é um historiador e arqueólogo docente na Universidade Estadual de Campinas que publicou artigos importantes sobre teoria arqueológica e patrimonial, “Arqueologia e Patrimônio: teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica” (2007); Carlos Magno Guimarães historiador e arqueólogo é docente associado da UFMG e desenvolve pesquisas com ênfase em Arqueologia Histórica: “Arqueologia da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII)” (2005); Tânia Andrade Lima é arqueóloga, pesquisadora e docente aposentada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Produziu pesquisas de Arqueologia Pré-histórica, Arqueologia Histórica, Teoria /Método em Arqueologia e Políticas de Preservação do Patrimônio Arqueológico, “Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais” (2011);

Fabíola Silva historiadora, antropóloga, arqueóloga, docente e pesquisadora do MAE/USP é referência em publicações de Arqueologia Colaborativa, Etnoarqueologia, Etnologia Indígena, Antropologia dos Objetos e da Tecnologia, “Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material” (2009); Luiz Cláudio Pereira Symanski arqueólogo, historiador, antropólogo docente da UFMG tem grande relevância para a pesquisa no âmbito dos artigos voltados para o estudo da Arqueologia Histórica, arqueologia da diáspora africana e teoria da prática, “Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos” (2009).

O capítulo II “Museologia e Arqueologia como instrumentos de extroversão do Patrimônio: construindo processos mais plurais de seleção” foi apresentado a importância de se preservar o patrimônio cultural do território que circunscreve as ruínas arqueológicas do MNMANQ, a partir da discussão do potencial de musealização com apontamentos direcionados a refletir sobre a importância do estudo da cultura material sob viés dos conceitos contemporâneos da arqueologia e da museologia. A partir das ações de pesquisa documental e bibliográfica, bem como de trabalhos de educação patrimonial voltados à participação de eventos culturais locais, passeios, palestras e a realização de atividades lúdicas, que vêm ocorrendo com o apoio de instituições educacionais, religiosas e associações comunitárias desde 2015, delineou-se um breve panorama das relações sociais que as comunidades que habitam a Serra estabelecem com o seu território, com os pesquisadores e demais atores do poder público interessados no desenvolvimento cultural. Traçou-se também o avanço do processo de georreferenciamento realizado na iniciação científica com auxílio do LAPACOM/UFOP em comparação com os dados gerados pelo projeto implantação do Parque. Diante dos temas tratados e das ações em curso, defende-se a implementação de metodologias mais adequadas ao universo do trabalho de campo arqueológico no Monumento como fonte de fortalecimento dos procedimentos institucionais de gestão para salvaguarda do patrimônio.

Por fim, o capítulo III “Acervos arqueológicos musealizados: contribuições e perspectivas da etnografia arqueológica para o estudo e documentação museológica da cultura material da serra de ouro preto**”** trouxe em relação aos pressupostos teóricos, os paradigmas contemporâneos da arqueologia do e no presente no âmbito de práticas arqueológicas pautadas na participação ativa das comunidades envolvidas. Este campo investigativo visa formular modalidades interpretativas e teorizações como subsídio para testar hipóteses relativas às interpretações arqueológicas (SILVA, 2009) sobre o passado das sociedades atuais ou com sociedades conhecidas historicamente. Com o auxílio do dado etnográfico, o estudo da cultura material permite, nesse âmbito, embasar

uma abordagem equilibrada em conceito, incluindo exames morfológicos dos artefatos/itens a partir da relação das pessoas com o mundo material. Trata-se, pois, de uma especialidade que permite em primeiro momento, intensificar o estudo daquilo que as escavações recentes no Morro da Queimada tem demonstrado como potencial para reunir dados essenciais para as possibilidades e desafios de interpretação da arqueologia colonial mineira e os desdobramentos dos registros e etapas da documentação museológica.

Procedimentos: contextualização metodológica

Para o desenvolvimento desta dissertação, foi adotado uma **metodologia** qualitativa, tendo como estudo de caso o processo de musealização no MNMAMQ, com enfoque em análises documentais, coleta de dados e observação participante divididas em três categorias (MINAYO, 2002).

A primeira categoria destinou-se a análise dos relatórios do “Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada” que integram o registro das sucessivas histórias das ocupações do Morro da Queimada, nos séculos XVIII, XIX, XX e um registro técnico contemplado no “estudo detalhado das ruínas arqueológicas” apresentado nas pranchas concebidas pela equipe de arquitetos responsáveis. Infelizmente as informações técnicas do projeto inicial não contemplam o levantamento visual preliminar realizado em 2004 pelo arqueólogo Carlos Magno Guimarães, onde uma boa parcela da área identificada que compreende a extensão do sítio arqueológico não foi incluída na poligonal oficial traçada com intuito de estabelecer as fronteiras para cercamento e proteção do Monumento. Além disso, foram identificadas várias incongruências no diagnóstico técnico desenvolvido pelos arquitetos em relação aos dados por eles fornecidos e os dados coletados por nossos trabalhos de campo.

A partir dessa divergência de informações, a pesquisa propôs auxiliar na comparação dos registros de mapeamento de uma das principais ruínas arqueológicas evidenciadas no projeto e demonstrar a necessidade de remapear o local e as unidades específicas abordadas com auxílio dos arqueólogos responsáveis e com um georreferenciamento avançado: representação cartográfica, coordenadas geográficas, monitoramento ambiental, processamento e tratamento de dados. A metodologia empregada envolveu a adequação de terminologia científica ao campo da arqueologia, análise comparativa de plantas técnicas e dados georreferenciados (em *layers* superpostos e utilização do *software* (Arc-GIS). Fez-se necessário como componente integrante das metodologias de análise nas atividades práticas de campo, o manuseio

de ferramentas como *Global Positioning System* (GPS), bússola, trenas e *softwares* relacionados às Geociências para possibilitar observar incompatibilidade com os dados fornecidos pelo documento oficial de implantação do Parque.

Diante do percurso traçado, a segunda categoria voltou-se ao estudo detalhado de parte das estruturas arqueológicas, com intervenções de subsuperfície pontuais, com ferramentas bi-articuladas, em áreas adjacentes à entrada das principais galerias que já foram identificadas como potenciais. Com a aprovação da portaria de autorização de pesquisa arqueológica concedida pelo IPHAN avançamos na coleta de dados com o apoio da equipe do LAPACOM/UFOP e supervisão da coordenadora e arqueóloga responsável Marcia Arcuri do DEMUL/UFOP com apoio dos arqueólogos Carlos Magno Guimarães da UFMG e Marcelo Fagundes da UFJM, a partir da abertura de algumas unidades de escavação de forma a se testar o potencial para a abertura de superfícies mais amplas. O material arqueológico encontrado nas sondagens foi triado, higienizado e acondicionado em laboratório para em momento oportuno serem analisados, inventariados e classificados. Esse procedimento foi possível devido ao endosso institucional previamente concedido pelo Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (MCT/EM/UFOP). Cabe ressaltar que o Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia (DEMUL), ali alocado, possui toda a infraestrutura de bancadas, pia, lentes de aumento e demais equipamentos necessários às análises de laboratório previstas.

Por entender que há na nossa perspectiva uma tentativa de análise mais horizontal do que vertical, a terceira categoria de trabalho estruturou-se sob universo da reflexão museológica, associada aos procedimentos de “seleção”, preservação e gestão do patrimônio arqueológico com viés de fortalecer e contribuir para as ações direcionadas à musealização do Morro da Queimada conforme disposto nas diretrizes dos órgãos reguladores de forma a atender o referencial teórico-metodológico atual. Este direcionamento articulou a sistematização de dados e as formas de diálogo junto às lideranças que habitam o território em consonância com os agentes municipais. A aproximação proporcionou desenvolver uma consciência crítica a partir das relações afetivas ali estabelecidas através dos vínculos identitários e suas potencialidades para a construção de uma noção concreta de pertencimento que respeite os direitos humanos e que crie condições adequadas para o desenvolvimento de um turismo cultural e o bem viver desta população (BEZERRA, 2010).

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DO LUGAR: O MORRO DA QUEIMADA NO CONTEXTO DA SERRA DE OURO PRETO-MG

1. A HISTÓRIA DO LUGAR: O MORRO DA QUEIMADA NO CONTEXTO DA SERRA DE OURO PRETO-MG

Dorme, meu menino, dorme,
que o mundo vai se acabar.
Vieram cavalos de fogo:
são do Conde de Assumar.
Pelo Arraial e Ouro Podre,
começa o incêndio a lavrar.

O Conde jurou no Carmo
não fazer mal a ninguém.
(Vede agora pelo morro
que palavra o Conde tem !
Casas, muros, gente aflita
no fogo ralando vêm !)

D. Pedro, de uma varanda,
viu desfazer-se o arraial.
Grande vilania, Conde,
comestes para teu mal.
Mas o que agüenta a coroas é
sempre a espada brutal.

Riqueza grande da terra,
quantos por ti morrerão !
(Vede as sombras dos soldados
entre pólvora e alcatrão !
Valha-nos Santa Ifigênia !
- E isto é ser povo cristão !)

Dorme, meu menino, dorme...
Dorme e não queiras sonhar.
Morreu Felipe dos Santos
e, por castigo exemplar,
Depois de morto na forca,
Mandaram-no esquartejar !

Cavalos a que o prenderam,
estremeciam de dó,
Por arrastarem seu corpo
Ensangüentado, no pó.

Há multidões para os vivos:
porém quem morre vai só.

Dentro do tempo há mais tempo,
e, na roca da ambição,
Vais-se preparando a teia
dos castigos que virão:
Há mais forcas, mais suplícios
para os netos da tradição.

Embaixo e em cima da terra,
o ouro um dia vai secar.
Toda vez que um justo grita,
um carrasco o vem calar.
Quem não presta fica vivo;
quem é bom, mandam matar.

Dorme, meu menino, dorme...
Fogo vai, fumaça vem...
Um vento de cinzas negras
levou tudo para além...
Dizem que o Conde se ria !
Mas, quem ri, chora também
.
Quando um dia fores grande,
e passares por ali,
Dirás: " Morro da Queimada,
como foste, nunca vi;
Mas, só de te ver agora,
ponho-me a chorar por ti:

Por tuas casas caídas,
pelos teus negros quintais,
Pelos corações queimados
em labaredas fatais,
- Por essa cobiça de ouro
que ardeu nas minas gerais."

Foi numa noite medonha,
numa noite sem perdão.
Dissera o Conde: "Estais livres."
E deu ordem de prisão.

Isso, Dom Pedro de Almeida,
é o que faz qualquer vilão.

Dorme, meu menino, dorme...
Que fumo subiu pelo ar !
As ruas se misturaram,
tudo perdeu lugar.
Quem vos deu poder tamanho,
Senhor Conde de Assumar ?

"Jurisdição para tanto
não tinha, Senhor, bem sei..."
(Vede os pequenos tiranos
que mandam mais do que o Rei !
Onde a fonte do ouro corre,
apodrece a flor da Lei !)

Dorme, meu menino, dorme,
- que Deus te ensine a lição
dos que sofrem neste mundo
violência e perseguição.
Morreu Felipe dos Santos:
Outros, porém, nascerão.

Não há Conde, não há forca,
não há coroa real
Mais seguros que estas casas,
que estas pedras do arraial,
deste Arraial do Ouro Podre
que foi de Mestre Pascoal.

Da Destruição De Ouro Podre – Cecília Meireles[1]

Marco do início de um longo processo de extração aurífera, o sítio arqueológico Morro da Queimada inserido em topografia acidentada na região da Serra do Espinhaço que "corre de norte a sul por uma linha quase meridiana, que, passando pelo Rio de Janeiro, Ouro Preto até Diamantina, separa as águas da Bacia do Rio Doce, a este, das do São Francisco, a oeste" (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43) localizado nas coordenadas

[1] Estrofes do "Romance V Ou Da Destruição De Ouro Podre". Trecho retirado do livro "O Romanceiro da Inconfidência / Cecília Meireles – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989

centrais - Universal Transverse Mercator (UTM) 7748000 norte / 646400 leste, vertente sul da Serra de Ouro Preto, anticlinal de Mariana, compreende um conjunto de estruturas arquitetônicas em ruínas, galerias e outras evidências de ocupações pretéritas que resultou no surgimento, em 1711, da antiga Vila Rica de Albuquerque. Segundo registros historiográficos, desde as primeiras levas populacionais associadas às atividades de mineração compreendia o antigo arraial do Ouro Podre, ali havia sido identificada próspera jazida de ouro, que foi propulsora de intensa atividade de mineração nos primórdios do século XVII, à época de propriedade do português Paschoal da Silva Guimarães (GUIMARAES; NASCIMENTO, 2006).

Conforme descreveu Lima Júnior (1978) o "ouro preto" começa a ser minerado em 1696, e passa a ser chamado de "ouro podre" por característica física e desprendimento em pedaços. Vasconcelos (1974) descreve que o português Pascoal da Silva, já nos anos de 1706 a 1708, aparece em registros históricos como minerador de posse nas encostas da serra e possuía 300 escravos nos trabalhos das minas, explorada com o uso da técnica de extração a talho aberto, feita pela primeira geração de mineradores responsáveis por ampliar a área onde formaram os povoados mais altos "nos Morros de Pascoal da Silva, do Pau Doce, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, do Ramos etc." (VASCONCELLOS, 1956, p. 70). Acredita-se que as primeiras edificações eram bem rudimentares, como descreve Boxer (1969, p. 72):

> Os mais antigos campos auríferos eram, naturalmente, os mais improvisados, e mesmo depois que começaram a tomar forma um tanto mais permanente, fazendo-se vilas em embrião, os elementos de moradia eram dos mais simples. Paredes de pau-a-pique, com telhados de folhas de palmeira, sapé ou palha.

A disseminação dessa técnica e a introdução dos serviços de mina em detrimento da mineração realizada por lavagem das faisqueiras[2], denominada ouro de aluvião, cujo material se encontrava depositado nas margens dos cursos d'água Vasconcellos (1956), transformam o local na principal área de ocupação e demarcações de estruturas do sistema de mineração. "Nessa serra instalou-se uma vida urbana marcada por terrenos minerais, becos, ruas, estradas, comércios e templos religiosos, como atestam as capelas de São João, Santana, Piedade e São Sebastião" (LOPES, 2008, p.2). Ainda nesse período, Boxer (1969) também registra um importante movimento social conhecido como Sedição de Vila Rica, flagrado em julho de 1720. Ao

[2] Segundo Lima Júnior, esse nome foi atribuído porque o ouro faiscava ao sol.

que as fontes históricas indicam[3], o levante foi liderado por Paschoal e Felipe dos Santos, tropeiro português (LOPES, 2008).

Oficialmente, a narrativa histórica consolidou a revolta como um movimento de resistência ao aumento as taxas dos impostos, cobrados através do quinto, cerca de 20% do ouro extraído nas minas para a Coroa Portuguesa, processo onde o ouro era fundido em barras, o que facilitava o controle sobre sua circulação, garantia a eficiência da cobrança e evitava o contrabando, realizado geralmente com o ouro em pó. O principal objetivo do levante era depor a instalação das Casas de Fundição para consolidar a cobrança à época controladas pelo então governador da capitania das Minas e São Paulo nomeado em 14 de setembro de 1717; D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde de Assumar. O Conde instalou-se na sede do Governo em Mariana e ocupou o casarão anexo à Igreja de São Francisco, na Praça Minas Gerais, hoje sede do Museu de Mariana.

Como relata Guimarães (2006), o motim sucedido de atos violentos teve seu fim após o confronto com as tropas de Assumar. Culminou na morte violenta de Felipe dos Santos que após enforcado em 19 de julho de 1720 teve seu corpo arrastado por cavalos pelas ruas de Ouro Preto. Depois o Conde mandou esquartejar o corpo, e pendurar as partes em diferentes locais como Cachoeira, São Bartolomeu, Passagem e Itabirito, de maneira a ser tomado como exemplo. A cabeça foi fincada no pelourinho de Vila Rica, hoje praça Tiradentes. Houve ainda a deportação de Paschoal para Portugal e, como medida de repressão, fechou as estradas da antiga Vila Rica e para abafar a revolta provocou um incêndio nas terras do morro do Paschoal, evento que destruiu parcialmente as edificações do arraial que, desde então, passou a ser conhecido como Morro da Queimada.

[3] LOPES, Mirian Bahia, *et al*. Morro da Queimada: séculos XVIII, XIX e XX. Ouro Preto: Conselho Administrativo do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, 2008. Relatório.

Figura 1: Provável casa de Pascoal da Silva Guimarães, Registro por Sylvio de Vasconcellos.

Fonte: Guimarães (2004)

Pouco se pode levantar, a partir da documentação histórica, sobre o que sucedeu na área após o incêndio e suposta expulsão das pessoas que ali moravam. Pela perspectiva arqueológica há indícios de que a atividade mineradora não se esgotou após a Revolta de Vila Rica (ARCURI; COSTA, 2020). Já no século XVIII com a chegada da linha férrea em 1888, a cidade começa a receber os benefícios da industrialização (SALGUEIRO, 1996) e também passa a ser referência educacional, com a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia, em 1876. As áreas onde se desenvolveram as atividades de mineração no início da ocupação se tornaram lavras devolutas e esquecidas, o que culminou com o esvaziamento parcial da cidade, em decorrência tanto da exaustão das jazidas como da mudança da capital das Minas Gerais para Belo Horizonte, em 1897.

> A partir dos meados do Século XIX, com a abertura de companhias de mineração com capital inglês e francês, a mineração do ouro passou a ser mecanizada e com o emprego de técnicas mais sofisticadas, principalmente em trabalhos subterrâneos. Mas com exceção da mina da Passagem, localizada no distrito de Passagem de Mariana, os demais locais de exploração de ouro na região tornaram-se cada vez menos produtivos e com trabalhos desenvolvidos por poucos

> garimpeiros e ex-escravos, numa atividade praticamente de subsistência (SOBREIRA, 2014, p.22)

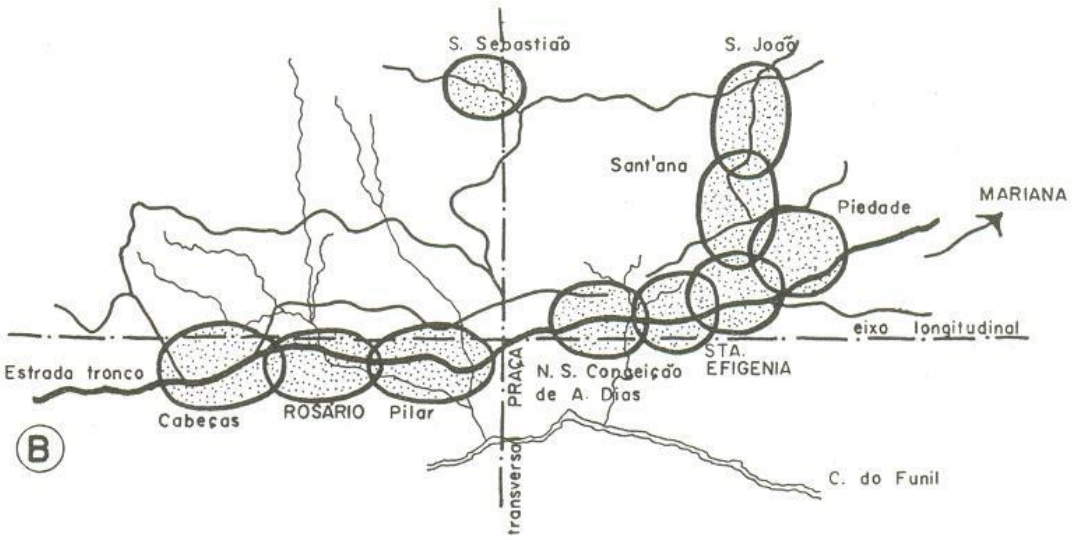
Sabe-se, porém, que a intensificação do processo de ocupação da área, já em meados do século XX se deu devido ao desenvolvimento na cidade de Ouro Preto com a retomada das atividades de mineração do ferro e outros minérios, inclusive o ouro, além da implantação de algumas indústrias na região, como a Alumínio do Brasil LTDA (ALCAN). Com o crescimento populacional exponencial na região caracterizado pelo processo de migração rural e a consequente necessidade de implantar novas áreas urbanas sem um planejamento prévio, a Câmara Municipal de Ouro Preto veio a contribuir para o impacto sobre as ruínas arqueológicas e a deterioração das evidências (MATTOS, 2007) associadas a "vários locais onde se desenvolveram atividades de mineração no passado, na maioria das vezes com características morfológicas e geotécnicas desfavoráveis, gerando assim um quadro problemático no que se refere à segurança da população" (SOBREIRA, 2014, p.23). Como aponta Mattos (2007, p.84), "a população foi se instalando no local partir de 1940, chegando a 4,132 habitantes no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000".

> Considerando que essas mesmas superfícies isentas uma vez abandonadas revertiam livres de toda exceção ao patrimônio municipal; pelo que considerando como nos Morros de Sant – Anna, da Piedade e outros antigos arraiais suburbanos grandes extensões acham-se vagas cobertas apenas por ruínas; e bem assim como a Câmara tem necessidade de terrenos para fora todos quantos desejam repovoar esses bairros no interesse de favorecer o grande desenvolvimento que a cidade está tomando[4] (MATTOS; PAULA. 2010, p.24).

Segundo Oliveira (2009), em decorrência do intenso processo de transformação no território do Morro da Queimada nas últimas décadas do século XX, as antigas estruturas centradas nos núcleos periféricos foram severamente impactadas, sendo paulatinamente utilizadas para a construção de novas residências, com grande incidência em locais de lavra, formando uma urbanização caótica e criando bairros em total desarmonia com o conjunto arquitetônico, como demonstrado na (Figura 2).

[4] ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. Livro e Registro de Ofícios de portarias. N.950, livro 08, cx.20, fls 13v a 14. 1892-1893. Documentos de vereanças, cx. 14, 1892. apud FERREIRA, J. ***Caminhos, Percursos, Histórias e Interpretações nos Museus de Ouro Preto.*** (Apostila). Ouro Preto: Festival de Inverno, 2007.

Figura 2: Registro de Sylvio de Vasconcellos, esquema da conformação urbana.



Fonte: Mello (1985, p. 79)

Além desse intenso adensamento, outra grave consequência deste processo são os riscos a que a população, de baixa renda, fica sujeita às intempéries causadas pelas temporadas de chuva, onde o risco de deslizamento de encostas aumenta por conta da movimentação do solo instável e fragilizado. Todo esse impacto e a falta de incentivos fiscais para a proteção do patrimônio arqueológico e cultural da área, durante aquele período de abandono, impulsionou a criação de um Plano Diretor, em 1996." O projeto previa a implantação do PMAMQ[5] (OLIVEIRA, 2009, p.3).

A atenção à necessidade de proteção foi reforçada em 2003, com visita da UNESCO ao local. Os técnicos salientaram as demandas de salvaguarda do sítio arqueológico do Morro da Queimada, dado o reconhecimento de seu valor histórico, arqueológico e patrimonial (OLIVEIRA, 2009). Em 2004 foi elaborado um primeiro projeto de investigação intitulado "Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada", solicitado pelo IPHAN. Coordenado pelo arqueólogo Carlos Magno Guimarães, este projeto apresentou croquis das ruínas e um mapeamento preliminar das estruturas arqueológicas presentes no contexto, destacando seu potencial de pesquisa sobre as tecnologias da mineração colonial na região de Ouro Preto. Assim, com o incentivo do IPHAN e apoio de outras instituições como Museu de Arte Sacra do Carmo /Paróquia do Pilar e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, realizou-

5
Nota fazendo referência ao atual nome jurídico "Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada" – O histórico das modificações de categoria da unidade de conservação será detalhado adiante. Doravante, utilizaremos a sigla PMAMQ para fazer referência ao Parque, área de concentração da pesquisa.

se, em 2005, o levantamento preliminar para o *Projeto de Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada*[6], proposta aprovada pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC/MinC – sob processo de nº 0140.013659/05-54 - Salic nº 05 7586, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, nº 244, página 39, em 21 de dezembro de 2005.

Figura 3: Registro da desapropriação de residências a partir de 2006.

Fonte: Site Morro da Queimada/Fiocruz[7] (2007)

Com o decreto de criação do Parque, em 2006, o processo de adensamento urbano na região foi contido a partir do bairro Morro da Queimada, após desapropriação de residências e a consequente remoção de algumas famílias, iniciou-se um amplo programa de captação de recursos para o financiamento das pesquisas, contexto no qual foram realizados levantamentos e medidas iniciais para proteção e valorização do patrimônio arqueológico, ambiental e paisagístico do Morro da Queimada. A partir de patrocínios da Caixa Econômica Federal, do Programa Petrobrás Cultural, da Novelis do Brasil S/A, bem como o auxílio nas pesquisas com apoio institucional da UFOP e UFMG, tornou-se possível, nos anos seguintes, dar os primeiros passos para a

[6] MINISTÉRIO DA CULTURA. Mecenato. Formulário para apresentação de Projetos. Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG. Ouro Preto, set. 2005.
[7]Disponível em: http://morrodaqueimada.fiocruz.br/historico.php. Acesso em: (18 nov. 2023.)

preservação efetiva do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada, em consonância com a legislação em vigor (Lei Federal nº 3924/1961[8]).

O ano de 2008 foi marcado pelo maior número de publicações referentes ao contexto do sítio Morro da Queimada. Os primeiros resultados das pesquisas realizadas pelos profissionais e técnicos especializados contratados pelo Projeto de Implantação contemplaram: pesquisa histórica desenvolvida por Myriam Bahia Lopes e equipe; consultoria arqueológica realizada por Carlos Magno Guimarães; consultoria internacional na área de museologia comunitária realizada por Hugues de Varine; consultoria internacional sobre implantação de parques arqueológicos à cargo de Ruggero Martines; relatório das ações comunitárias desenvolvidas por Yara Mattos no âmbito da criação do Ecomuseu da Serra; projeto arquitetônico das instalações previstas para o Parque, realizado por Rodrigo Meniconi; inventário participativo junto à comunidade do bairro Morro da Queimada, elaborado por Juliano Ferreira; e desenho técnico de parte das ruínas arqueológicas assinado por Rodrigo Meniconi e Benedito Tadeu de Oliveira, reunindo pranchas que seriam, em 2017, apresentadas oficialmente à Prefeitura Municipal de Ouro Preto como resultado do "diagnóstico arqueológico"[9].

Ainda em 2008 o sítio arqueológico Morro da Queimada foi tombado, conforme disposto na Lei Municipal nº 465 de 2008, fundamentando-se legalmente junto ao município a criação do Parque Arqueológico (ARCURI; COSTA, 2020). Na ocasião também foi criado por lei o Conselho Administrativo do PMAMQ. Após os levantamentos realizados pela equipe de implantação do parque, em 2009, tornaram-se de livre o acesso aos relatórios produzidos[10]. Três anos depois, em 2012, deram-se três novas ações orientadas pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, dentre estas, a elaboração de um Plano de Manejo do PMAMQ a criação do Estatuto do Conselho Administrativo do Parque e a produção de novos dados de geoprocessamento dos limites da área tombada, realizado pelo Instituto de Terras do Estado. Segundo apontamentos (ARCURI; LAIA, 2015), em maio de 2015 o Ministério Público do Estado de Minas Gerais encaminhou à Promotoria da Prefeitura Municipal de Ouro Preto uma Ação Civil Pública em defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural presente no PMAMQ. O documento considerava a inatividade do Conselho Administrativo, apontando a urgência para a tomada de medidas efetivas de salvaguarda e estipulando um prazo para que a SEMMA/OP, responsável pelo parque, realizasse as ações de cercamento da área,

[8] IPHAN. Lei nº 3924 de julho de 1961. Brasília, p.1-6.

[9] Cabe ressaltar que os desenhos técnicos realizados pelos referidos arquitetos para fornecer tal "diagnóstico" não contemplaram as metodologias e procedimentos adequados a um levantamento arqueológico, conforme detalharemos adiante.

[10] Essas informações estão disponíveis no site da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – link: <http://www.morrodaqueimada.fiocruz.br>. Acesso em 10/01/2021

sinalização, implantação de guarda-parques e transporte adequado ao monitoramento dos espaços. Impactos no processo de cercamento do PNMAMQ.

Figura 4: Impactos no processo de cercamento do PNMAMQ, 2015.

Fonte: Acervo LAPACOM

Posteriormente, em novembro de 2015 foi criada a Lei 966 de 05, modificando a Lei Municipal nº465, de 2008, que dispunha sobre a criação do PMAMQ, “para adequá-la à Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” (ARCURI; LAIA, 2016, p.15). A nova Lei (Nº 996/15) passava a identificar a área como Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (PNMAMQ). “Assim, segundo o texto da referida lei, o Parque passava a ser entendido como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na categoria de Parque Natural Municipal” (ARCURI; LAIA, 2016, p.15).

Em 2017, após retomadas as reuniões do Conselho Administrativo do Parque, foi entregue à SEMMA/OP, como anteriormente mencionado, o *Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada* – documento resultante do processo CNIC/MinC nº 0140.013659/05 54, salic nº 05 7586 (ARCURI; FORTES, 2017). Esse documento apresenta cerca de 280 pranchas de detalhamento de estruturas existentes e novas estruturas propostas para o acolhimento, visitação, uso turístico e de lazer da área do Parque. Nesse detalhamento constam os resultados de um diagnóstico preliminar das ruínas arqueológicas ao qual obteve-se acesso no ano de 2018. Em avaliação preliminar dessa documentação, durante a iniciação científica, pode-se observar discrepâncias entre as informações constantes nos referidos documentos e aquelas obtidas nos mapeamentos efetuados em campo.

Figura 5: Área de delimitação da Poligonal do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada (PMAMQ), delimitando fronteira com os bairros de entorno.

Fonte: ARCURI; COSTA (2020).

Já em 2019, o Morro da Queimada passou por nova mudança de categoria de tombamento, passando a Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMAMQ). Com aprovação na Câmara dos Vereadores, em audiência pública, a declaração apresentada para a proposição de tal mudança estava atrelada as dificuldades enfrentadas durante a negociação com alguns dos proprietários particulares que ainda possuíam suas terras no perímetro tombado, conforme apresentado por representantes do poder público e órgãos de defensoria. Apesar da desapropriação das famílias moradoras, o processo de reincorporação das terras do antigo parque pelo município não teve resultado no caso das áreas de propriedade privada não habitadas, áreas essas inclusive de muito maior extensão (ARCURI; COSTA, 2020).

A perspectiva apresentada pelos membros do Conselho Gestor do Parque é de que, ao passar a monumento natural (categoria de unidade de conservação que permite a propriedade privada) a área passou a apresentar maior fragilidade frente à grilagem e outros processos de ocupação ou uso irregular, o que torna as ações de proteção e preservação do patrimônio arqueológico do sítio ainda mais urgentes. Em parte, essa vulnerabilidade foi contida pela aprovação da portaria de autorização de pesquisa arqueológica concedida pelo IPHAN aos arqueólogos Marcia Arcuri (UFOP); Carlos Magno Guimarães UFMG e Marcelo Fagundes UFVJM. Em 2022, o Conselho Municipal do MNMAMQ retomou as discussões sobre o projeto de criação do parque e, para além

das ações previstas no modelo original vêm sendo desenvolvidas uma série de ações de pesquisa e extensão universitária na área tombada e bairros de entorno.

1.1. Musealização da Arqueologia: potencialidade e desafios

No presente item deste trabalho evidencia-se o diálogo científico transdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia como campos complementares para o desenvolvimento dos mecanismos de preservação e difusão do patrimônio arqueológico do Morro da Queimada. Como exposto anteriormente, por se tratar de um espaço sociocultural, no qual prioriza-se a inter-relação do ser humano com seu ambiente, marcado pelos aspectos sociais e identitários, discutimos os aspectos que expressam a necessidade de apropriação dos "bens simbólicos" (BOURDIEU, 1986, p. 105) de teor musealizavel e como essa composição cujos elementos constituem-se de manifestações do patrimônio (LIMA, 2012) podem garantir a eficácia do processos de desenvolvimento do "fazer museológico", dentre as diversas ações de atuação prática e formulação teórica. Dentro dessa cadeia operatória repleta de processos, há uma gama de conceitos que circundam o campo da Museologia que precisam ser articulados e bem definidos para melhor entendimento da disciplina. Museu; Musealização; Musas; *Museión; Museália;* Museológico; Museografia...são termos que exprimem diferentes articulações epistemológicas que contribuem para a fundamentação de um único conceito específico.

Sem a pretensão de resgatar e aprofundar no percurso histórico destes conceitos, discorreu-se especificamente sobre a *museailização* e sua origem. O termo foi criado pelo museólogo e filósofo tcheco Zbyněk Zbyslav Stránský (1926-2016), personagem central no desenvolvimento do trabalho museológico, sendo comumente considerado por alguns teóricos como "o pai" da Museologia.

> "A museologia é uma disciplina científica independente, específica, cujo objeto de estudo é uma atitude específica do Homem sobre a realidade, expressão dos sistemas mnemônicos, que se concretiza por diferentes formas museais ao longo da história. A museologia tem a natureza de uma ciência social, proveniente das disciplinas científicas documentais e mnemônicas, e ela contribui à compreensão do homem no seio da sociedade." (STRÁNSKÝ, 1980, p.44)

De acordo com Bruno Brulon Soares (2017) o museólogo atuou como diretor do departamento de museologia do Moravské muzeum (Moravian Museum) em Brno e

diretor do departamento de museologia na Faculdade de Filosofia da Universidade Jan Evangelista Purkyne, Brno, Tchecoslováquia. Nessa fase, entre a década de 1960/80, a Museologia passou a ser progressivamente considerada como um campo científico de investigação do real e também como uma disciplina independente, entendida como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade que tem no museu uma das materializações possíveis dessa ciência. Segundo Bruno Brulon Soares (2017, p.413) o termo "*Muzealizace"* (musealização em tcheco) foi utilizado pela primeira vez em 1972 por seu companheiro Vilém Hank do Departamento de Museologia e se utiliza do termo em uma Revista sobre museologia publicada pelo Museu da Morávia/Universidade J. E. Purkyne. Ainda que fosse em uma conotação diferente da concepção inicial, foi o suficiente para impulsionar a divulgar o conceito, especialmente motivado pela participação dos demais membros da "Escola de Brno" no Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) a partir de sua fundação em 1977.

Aos poucos os aportes teóricos difundidos foram sendo associados a outros dois termos também de autoria da teoria stránskýana: *museália* e *musealidade.* Esse conjunto de conceitos serviu de alicerce para fundar as bases científicas da museologia e contribuiu para nortear o futuro da disciplina. A *museália,* representa o conjunto de "objetos de museu", diz respeito a uma condição relacional que é estabelecida a partir de um "valor documental específico" com tal objeto (BRULON SOARES, 2017, p.411). Para caracterizar esse "valor documental específico", Stránský criou o segundo conceito: *musealidade*. A musealidade é atribuída a fim de incorporar ao objeto uma referência cultural capaz de diferencia-lo com significações e valores que confere "a qualidade museal" atribuída nos processos de musealização.

> Para Stránský, a musealização é a demonstração da tendência humana de preservar, contra a natureza efêmera e mutável das coisas, segundo seus interesses próprios. A realidade que adquiriu qualidade museal é comumente denominada de "patrimônio". Segundo Stránský, trata-se de uma ideia de certo modo vaga cujo termo aponta para uma apropriação passiva da realidade. A musealização é uma atitude ativa. Ela se orienta tanto para o passado quanto para o presente. O resultado da musealização não é a herança, mas o legado. Elementos da memória cultural podem, no futuro, se tornar patrimônio, como nosso legado (DOLÁK, 2017, p. 182).

Durante a efervescência cientifica nesse período, em 1980, Klaus Schreiner, originário da República Democrática da Alemanha, descreve em seu texto publicado na primeira edição do Museological Work Papers (MuWoP) um tópico importante sobre o pensamento de Stránský: "em sua tese sobre questões metodológicas da

documentação do tempo presente Z. Z. Stránsky define que o museu é uma instituição documentária que acumula, preserva e comunica os autênticos testemunhos da realidade objetiva" (SCHREINER, 1980, p. 39). Essa construção de pensamento proveniente de formulações filosóficas coloca o conceito museu de origem mítica (arquetípica) como um espaço relacional de representação do mundo, uma instância simbólica entre o ser humano e a realidade que articula e recria tempos de cada cultura. Na mesma publicação, outra autora de filiações filosóficas, Anna Gregorová "pesquisadora assistente do Escritório Central de Museus e Galerias de Arte de Bratislava, [antiga] Tchecoslováquia defende a crença que o verdadeiro foco da museologia, o lugar de onde ela se define, é a relação" (SCHEINER, 2015, p.363).

No âmbito dessas contribuições teóricas do campo da Museologia fundamentada na percepção do real como fundamento ontológico, é possível notar que a evolução de ideias vinculadas a representações materiais, crenças e valores de cada grupo, resulta na elaboração de diferentes modos de se pensar e interpretar a realidade. Esse cenário dará a outros autores a oportunidade de propor pontos de vista semelhantes, com algumas adequações ou variações dos significados de museu em outros sistemas de aplicação. Um desses exemplos é a publicação feita pelo holandês Peter Van Mensh que em 1990 cunhou o modelo de "funções museológicas" em contextos expositivos associados à musealização, que conferiu dois distintos modos de abordar as proposições teóricas do autor tcheco: o primeiro destinado à preservação/comunicação/pesquisa e o segundo voltado ao gerenciamento de coleção e comunicação, análise que permite explicar as várias manifestações do museu no tempo e no espaço.

Já o belga François Mairesse e o francês André Desvallées mediante a publicação do "Dicionário Enciclopédico de Museologia" no âmbito da integração promovida pelo ICOFOM nos anos 2000, revisaram as contribuições de Stránský e incorporaram-na em uma obra derivada mais sucinta denominada "Conceitos-Chave da Museologia", as contribuições dessa obra podem ser evidenciadas por dois fragmentos selecionados dos tópicos destinados à musealização:

> O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, como explica Zbyněk Stránský [1995]. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de "thesaurização" e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. [...] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 56).
>
> É por esta razão que a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de

> pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou *musealia*. O trabalho da musealização leva à produção de uma imagem que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. Esse substituto complexo, ou modelo da realidade construído no seio do museu, constitui a musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57-58).

Ao apresentar o pensamento e os conceitos do tcheco e demais autores, fica evidente que não se considera aqui outros cursos e escolas que tinham como prioridade os estudos e as atividades práticas de museu, como: a *Ecole du Louvre* que foi fundada em Paris no ano de 1882 e a partir de 1927 desenvolveu uma cadeira destinada a museografia e no contexto brasileiro, a Escola de Museologia da UNIRIO inaugurada no ano de 1932 no Rio de Janeiro como Curso de Museus vinculado ao Museu Histórico Nacional que só em 1977 passa a se denominar oficialmente como Curso de Museologia. Nota-se, pois, que é nesse cenário que se dará origem ao conceito de museu tradicional, o que nos compete considerar também as outras vertentes de estudo da museologia para que se possa incorporar formulações teóricas ao estudo de caso desta pesquisa.

Por se tratar de um espaço em que os vestígios arqueológicos interferem no contexto social, a museologia como ferramenta de comunicação, como bem pontuou Stránský, viabiliza a interação e passa a direcionar ações *in loco* a partir de um recorte em pontos específicos do entorno do MNMAMQ com o intuito de analisar dinâmicas sociais para além dos trabalhos de prospecção arqueológica. Como aponta Bruno (1999),

> (...) a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber: 1.º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio. 2.º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades (BRUNO, 1999, p. 129).

Os procedimentos de musealização de um território, como o Morro da Queimada, espaço físico estreitamente ligado às tradições culturais definidoras dos agentes locais, dos habitantes ou os ativos do lugar, são diferentes de uma proposta tradicional (DESVALLÉES, 2000) que imprime, sob o conceito de seleção, o que será disseminado e preservado;

> [...] a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas [...] e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2013, p. 6).

Nas palavras de Mário Chagas (2012), os museus, durante muito tempo serviram apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; “de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento” (FERNANDES; BANDEIRA, 2014, p.78). Somente a partir de 1971 pode-se citar, uma nova postura assumida pelo campo, definida como modelo de Ecomuseu, conceito criado em por Hugues de Varine:

> (...) que posteriormente desenvolveu o conceito em colaboração com outro museólogo francês, Georges Henri Rivière, dando origem a um movimento internacional onde se têm vindo a integrar projectos museológicos muito diversificados, associados também aos conceitos de “museu de comunidade” e de “museu de território” (Ecomuseu Municipal do Seixal, 2010).

O modelo comunitário, que pode ocorrer em qualquer tipologia museológica (LIMA, 2012), segundo afirmativa do teórico da Museologia Hugues de Varine (1993, p. 11), “começa com as pessoas e não com os objetos”. É um espaço no qual a figura do público se apresenta como sendo o morador local, participante ativo do que ocorre no cotidiano museológico, intervindo na história do museu porque representa sua história (LIMA, 2012). Seguindo os apontamentos de Varine (2013), pode-se dizer que o patrimônio é a ligadura entre o passado e o presente e, o recurso a ser usado no futuro. Da mesma forma, infere-se que o museu é uma ligadura entre o patrimônio e as pessoas. Nesse sentido, o patrimônio (bem, herança/herança cultural e monumento) (Desvalées, 2000) deve ser levado em conta no planejamento do território, para isso, deve ser utilizado e, para tanto, deve ser conhecido, respeitado, protegido e preservado:

> Nas palavras dos autores da Museologia, Desvallées e Mairesse (2010, p. 48 *apud* LIMA, 2012, p.35), a Conservação consiste em “princípio que repousa essencialmente na ideia de preservação de um objeto ou um lugar”. O desejo por preservar extrapola a forma física do objeto, do território ou do exemplar patrimonializado. Preserva-se pelo interesse que suscita a representação culturalmente construída que

> tais signos-significações encerram e que é gerada no extrato da intangibilidade.

Sob esse prisma, levando em conta o processo de musealização de um sítio arqueológico, como o Morro da Queimada, com enfoque na tríade sujeito/patrimônio/lugar (GUARNIERI, 1990), nota-se que há uma estreita relação entre as práticas museológicas, o patrimônio e de ambos com o desenvolvimento local. Para Varine (2013, p.18), esse resultante possui um papel social e "deve contar com o patrimônio, ou seja, o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes". Nesse âmbito, é primordial que "algumas teorias museológicas e algumas práticas museográficas sejam um instrumento útil e eficaz de informação, de mobilização a serviço desse desenvolvimento" (VARINE, 2013, p. 172). "Ao passo que o MNMAMQ tem um fim essencialmente científico (conhecimento) e secundariamente econômico (visitação pelo público local e turistas)" (VARINE, 2008, p.5), um museu comunitário tem por finalidade, nesse caso, atender a características específicas de um espaço aberto (PIROSTI; MATTOS, 2007), amplo, rico em flora e fauna, para aplicar as práticas de exposição e de visitação *in situ* com participação de atores sociais e seus históricos culturais ligados ao patrimônio "cujo imperativo das demandas no quadro social está, o mais das vezes, ligado à vocalização social para representação das suas identidades" (LIMA, 2012, p.43).

Como menciona o arqueólogo e pesquisador Carlos Magno Guimarães (2006), ao se musealizar um espaço a céu aberto como o sítio arqueológico do Morro da Queimada, este se condiciona enquanto local produtor de conhecimento e transmissor de conhecimento produzido:

> Os museus conservam testemunhos primários para construir e aprofundar o conhecimento. Princípio: Os museus têm responsabilidades específicas para com a sociedade em relação à proteção e às possibilidades de acesso e de interpretação dos testemunhos primários reunidos e conservados em seus acervos International Council of Museums / Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR, 2009).
>
> Jeudy (1990, p.19), ao focalizar os museus, seu papel no mundo social, afirma que "se apresentam como espaços de organização e de evocação das referências culturais que servem ao desenvolvimento do conhecimento".

É importante que em conjunto se construa, no interior das discussões e decisões políticas da comunidade, uma militância que legitime os direitos civis de organização e desenvolvimento social. "O desenvolvimento das comunidades e dos territórios é e

sempre será um assunto da sociedade, que precisa estar ancorado na cultura viva e do seu patrimônio e deve, igualmente, permanecer vivo" (VARINE, 2013, p. 7). Dessa forma, por uma museologia da libertação, diferentes frentes de trabalho têm articulado com a comunidade local a necessidade de se reconhecerem como portadores e defensores de seu patrimônio. A sistematização de dados e as formas de diálogo vêm sendo feitas em consonância com atividades do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto-MG incentivado por Hugues de Varine e inicialmente coordenado pela Professora Yara Mattos do Departamento de Museologia da UFOP que desde 2005 tem contribuído nas pesquisas para implementação do Parque. Foram realizadas junto às lideranças comunitárias do bairro Morro São Sebastião, ações nas demais comunidades envolvidas a fim de reconciliar a importância de preservar seus bens patrimoniais para as gerações futuras e refletir quanto ao sentimento de pertencimento da população local. Nesse sentido, o patrimônio na ampla acepção do termo é essencialmente funcional e orgânico. "É um organismo que está em constante movimento, transformando-se e adquirindo novos sentidos e usos buscando a emancipação do desenvolvimento" (VARINE, 2013, p.8).

Como aponta Maria Célia Moura Santos (1996), em suas considerações sobre abordagem museológica em contextos urbanos, essas iniciativas, inscrevem dentro das propostas de salvaguarda do sítio, novas percepções e ressignificações da função social e prática das instituições museológicas. Sob o ponto de vista teórico da museologia na contemporaneidade, o intuito é viabilizar novas experiências *in situ,* de forma a potencializar o diálogo entre as técnicas, métodos científicos e os saberes populares na produção de conhecimento. A institucionalização desse espaço, nesse âmbito, deve respeitar e priorizar entre as ações de expografia, conservação/documentação, comunicação e administração, as propostas dos líderes comunitários envolvidos em todas as etapas do projeto planejado[11]:

> (...) essa nova institucionalidade, oriunda "dos experimentos contra institucionais surgidos do processo expansivo dos novos movimentos sociais ao longo da última década", põe em questão os conceitos, processos e programas do museu: arte, artista, patrimônio, coleção, conservação, educação, acesso, público, expertise, etc. Trata-se do museu como lugar de encontro e intermediação de múltiplos atores, para a "experimentação de formas de auto-organização e autoaprendizagem. O objetivo desse método é produzir novas estruturas que possam dar lugar a formas inéditas (em rede, sem hierarquias, descentralizadas, deslocadas...) de articulação de

[11] É um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados (PROCHONW; SCHAFFER, 1999 *apud* ONU, 1984).

> processos artísticos e processos sociais. Trata-se de dar "agência" aos públicos, de favorecer sua capacidade de ação e de superar as limitações das divisões tradicionais entre ator e espectador, produtor e consumidor" (MACBA; YUDICE, 2010, p.23 *apud* FERNADES; BANDEIRA, 2014).

Para tanto, se faz necessário recorrer à troca de saberes da memória coletiva presente como referencial no entendimento da cultura como requisito no planejamento e execução das ações conjuntas com a comunidade. Como aponta Manuelina Maria Duarte Cândido (1994), esse processo dialógico possibilita repassar às comunidades envolvidas em projetos de pedagogia museológica procedimentos e técnicas de salvaguarda e comunicação patrimoniais de forma que sua apropriação permita a essas comunidades atuar por sua própria iniciativa para preservação e extroversão de seu patrimônio. O importante nessa perspectiva é conduzir a partir dos recursos disponíveis a uma nova prática social (SANTOS, 1996, p.52).

Figura 6: Moinho: ruína arqueológica do setor sudoeste no MNMAMQ, 2015.

Fonte: Acervo LAPACOM

O contato direto com os vestígios do passado, com o ambiente e a paisagem ampliam as correlações diretas entre as ações de transformação do território e sua dinâmica cultural. Nesse contexto, auxiliar a implantação de um museu como espaço de

manifestação da cultura, simbólico e de caráter imaterial no âmbito poético, relacional e portador de uma postura que enalteça o desenvolvimento social no Morro da Queimada e entorno, é algo ainda fruto de muitas decisões e muito trabalho. Contudo, como propõe Mário Chagas (2002), se for estabelecido sob os conceitos da "Nova Museologia", movimento definido em 1984 durante a realização do "Ateliê Internacional de Ecomuseus/Nova Museologia, em Québec-Canadá", uma metodologia que possibilite auxiliar na identificação, preservação e divulgação dos bens patrimoniais do território em consonância com a realidade urbanística e social dos bairros que envolvem o MNMAMQ, torna-se possível entender o espaço como ícone de memórias favoráveis à resistência e afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores.

Sob essa perspectiva, os breves apontamentos apresentados incitam uma contribuição parcial que provoque a possibilidade de criação de uma instituição cultural no Morro da Queimada, influenciada pelo conceito de Ecomuseu a partir de uma ótica ecológica que valoriza as noções de pertencimento do território (VARINE, 1987), que deve ser fruto da mescla entre os bens patrimoniais de natureza arqueológica), a paisagem como construção social (FAGUNDES, 2009) e as produções culturais vigentes nos bairros. Dessa forma, a busca na implementação de ações efetivas de administração e reconhecimento do espaço se compreendidos dentro de princípios teórico-metodológicos específicos, como explica (BRUNO, 2009, p.15), "podem evidenciar a ampla diversidade cultural da região e suas necessidades específicas a partir do acervo a ser trabalhado de caráter institucional e operacional". Este será constituído pela produção cultural proveniente do quotidiano dos moradores e do trabalho científico desenvolvido em conjunto com os pesquisadores e agentes envolvidos nas ações de proteção que, gradualmente, são capazes de constituir documentos, dados e testemunhos de diversas naturezas coletados durante todas etapas de fruição dos processos de musealização.

1.2. Teorizando a Arqueologia: a importância das viradas ontológicas para a preservação da cultura material

A arqueologia nasce da “curiosidade pelo que já foi” (FAGAN, 2019, p.9). A ciência emergiu com a descoberta acidental de mármore esculpido em Herculano no ano de 1709, estátuas e artefatos romanos soterrados sob uma densa camada de cinzas vulcânicas afloraram na superfície, essa pilhagem era o resultado da erupção no monte Vesúvio em 79 na Itália. Pompeia e Herculano permaneceram por mais de 16 séculos intactas, e iniciava-se uma nova jornada em busca de tesouros no coração das cidades enterradas. Repleta de jornadas perigosas e aventuras em terras remotas em busca de civilizações perdidas ao longo do século XVIII e XIX, a arqueologia hoje é muito mais do que uma caça ao tesouro, é um estudo científico do passado e do comportamento humano que “investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material produzida” (LIMA, 2011, p.12).

Para compreender suas aplicações no estudo de grupos e culturas humanas é necessário abordar o assunto de forma horizontal. Grandes teóricos da antropologia, sociologia, linguística e áreas afins analisaram profundamente a estrutura das sociedades não ocidentais à época, ditas “arcaicas” descobertas no período áureo das grandes navegações, “à regra dos ideais coloniais e imperialistas de se classificar os povos e culturas por meio de explicações científicas sobre comportamento humano cunhadas a partir de uma visão etnocêntrica” (TRIGGER, 2004, p.37), como os chamados “primitivos” calcados pelas pesquisas de John Lubbock (1843-1913)[12]. Inevitavelmente, o choque de culturas em comparação com o modelo estrutural histórico (SAHLINS, 1990, p.173-191) das sociedades ocidentais promoveu um vasto conteúdo para os cientistas desenvolverem suas primeiras teorias sobre a origem e a evolução da humanidade sob a observação do comportamento humano a partir da interação direta com os povos do “novo mundo” e os vestígios de longínquos antepassados.

Esses compartilhamentos, desdobraram na busca por tradição como bem descreve Eric Hobsbawm (1984), na consolidação da cultura e das identidades como os grandes alicerces da história, escritos e herdados em sua maior parte, sob uma ótica

[12] Ao lançar os conceitos de paleolítico e neolítico, não apenas classificou os períodos da Pré-História em entidades tecnológicas; estipulou também uma continuidade cultural entre grupos pré-históricos e os do presente, enfatizando que os indígenas da América, por exemplo, ainda fabricavam ferramentas paleolíticas ou neolíticas e que, portanto, estagnaram-se no tempo (LUBBOCK, 1865, p.446 *apud* FERREIRA, 2008, p.83).

eurocêntrica de entender o mundo e as relações. A arqueologia inserida nesse contexto, estudava em seus primórdios, esses vínculos de forma hostil sobrepondo a dádiva (MAUSS, 2008, p.243) das relações sociais em prol de ostentar caprichos da elite burguesa, onde imperava o evolucionismo, o difusionismo e o interesse mercadológico pelo exótico, na condição de “objetos etnográficos”.

> Objetos retirados dos contextos os mais diversos, dos mais distantes pontos do planeta, eram reclassificados com a função de servir como indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade como um todo. Uma máscara ritual da Melanésia poderia ser colocada lado a lado com uma outra de origem africana. Uma vez identificadas e descritas a sua composição material e a sua forma estética, uma delas poderia ser classificada como a que apresentava maior complexidade e pressupondo uma tecnologia mais avançada do que a outra. Assim sendo, indicariam estágios hierarquicamente diferenciados de evolução entre as sociedades de onde vieram. Ou poderiam ser classificadas como indicadores de um mesmo nível de complexidade e de evolução tecnológica, o que indicaria a posição similar das sociedades que as produziram na grande escala da evolução sócio-cultural da humanidade (GONÇALVES, 1994 *apud* GONÇALVES, 2005, p.17).

Sob essa demanda, entre o vasto campo de pesquisa sobre o comportamento e o desenvolvimento humano, proveniente do nacionalismo europeu do século XIX, a arqueologia passa a utilizar como fundamento teórico principal, modelo histórico-cultural. Cunhado nas origens dos estudos filológicos (decomposição de línguas em filiações) e históricos surgiu com as ideias de Gustaf Kossinna (1858 -1931) na Alemanha e foi lapidado por Gordon Childe (1975) criador e difusor da cultura arqueológica. Esse modelo histórico-cultural, em busca de eventos e histórias singulares, como apontado por Pedro Paulo A. Funari (2007), parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração.

> Nessa linha de pensamento, a cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhado por um determinado grupo (LIMA, 2011, p.12).

Esse modelo, “marcado não somente pelas técnicas de identificação (matéria prima, origem e propriedades) e classificação (função, uso e período) nas coletas de dados em campo e análises de laboratório” (LIMA, 2011, p.13) foi alvo de críticas pela sua forma indutiva de interpretar a cultura material arqueológica. Ainda utilizado ao redor do globo, estabelece como método eficaz, análises quantitativas de elementos materiais

em campo, para melhor reconhecimento das múltiplas categorias dentro do cenário interpretativo. Contrapondo esse paradigma, surgiu um novo movimento nos Estados Unidos por volta de 1960, denominado arqueologia processual, que teve entre seus precursores Lewis Binford. Enquanto a arqueologia histórico-cultural estava em busca de eventos e culturas singulares, a teoria processual ressaltava a existência de regularidades no comportamento humano (BINFORD, 1972). Assim, “os estudos pautados em leis transculturais refletiam bem uma visão capitalista do passado humano, privilegiando uma interpretação materialista pouco preocupada com as diversidades culturais” (FUNARI, 2007, p.80).

Essa premissa, atrelada os conceitos da antropologia cultural norte americana, que pouco importava com informações históricas e buscava ressaltar essas regularidades no comportamento humano com ênfase na adaptação humana ao ambiente, os adeptos do modelo processual induziram a aplicação das ciências duras à arqueologia. Foi estabelecido como forma de interpretação da evolução e adaptação das sociedades, sistemas dinâmicos que eram moldados por fatores externos, como climáticos e demográficos, e não mais por fatores biológicos, “influencias” ou migrações categorizadas pelo histórico culturalismo.

Para além destes dois movimentos, em 1987 sob os anais do *World Archaeological Congress* (Congresso Mundial de Arqueologia), os autores Michael Shanks e Christopher Tilley, publicam “*ReConstructing Archaeology”* (Reconstrução da Arqueologia) em que defendem os pressupostos da corrente teórica pós-processual, também alicerçada pelos trabalhos de Ian Hodder (1992). Caracterizado pela união das ideias anteriores que perpassam pelo contexto antropológico e pelas interpretações históricas e filológicas, o novo modelo passa a dar prioridade aos indivíduos. A atenção das pesquisas se volta para o estudo da dinâmica interna das sociedades atreladas às relações de poder, aos conflitos de classe e os gêneros. Dentro de contextos específicos, se tornou uma forma de contribuir efetivamente com as ciências sociais. Na atualidade ambas as três correntes da teoria arqueológica vêm sendo utilizadas. O histórico culturalismo ainda predominante no cenário mundial, contribui em larga escala nas interpretações pré-históricas de reconstrução das civilizações antigas, principalmente em países latino-americanos.

O processualismo, por sua vez, forneceu em suas mais variadas manifestações um conjunto de esquemas interpretativos que se adaptam a qualquer contexto histórico. “Com análises de regularidade e variabilidade da cultura material considerada como produto e vetor das relações sociais” (MENESES, 1983, p.113), ou seja, “são a manifestação de ações, percepções e sentidos a partir dos sistemas de objetos, das

representações artísticas e dos padrões arquitetônicos identificados" (SILVA, 2011, p.7), esse método possibilita gerar dados específicos fundamentais para a classificação e identificação de artefatos arqueológicos. Já o movimento pós-processual, como aponta Funari (2007) seguiu ganhando força em um ataque devastador aos pressupostos histórico-culturais e processuais, caracterizados como discursos a serviço das potências imperialistas e da exploração. "A arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos" (FUNARI, 2007, p.2).

Dentro deste amplo conceito, o Brasil não deixa de compartilhar de todos esses paradigmas. Segundo Funari (2008), o desenvolvimento da arqueologia no Brasil se estende em um complexo processo de gestão dos recursos arqueológicos em nível geográfico e político. Por se tratar de um país estado-nação, associado ao capitalismo desde o início da colonização portuguesa no século XV, a pesquisa arqueológica acadêmica no Brasil deve ser entendida a partir de seu contexto histórico específico. Em artigo publicado por Cristiana Barreto (2000), é descrito de forma sucinta e objetiva o início das pesquisas arqueológicas em terras brasileiras.

Com o objetivo de entender o passado pré-colonial calcado em restos materiais de sociedades indígenas extintas, estrangeiros naturalistas, antropólogos, botânicos e zoólogos regidos pela curiosidade da era renascentista da era das descobertas, foram os precursores das interpretações do passado pré-histórico do paraíso terrestre na América. Nos séculos XVIII e XIX, por influência do surgimento da arqueologia na Europa várias expedições sob influência científica iluminista do estudo da natureza de forma racional (BARRETO, 2000) "foram feitas no Brasil por intelectuais da época com o intuito de criar projetos descritivos sobre a flora, fauna, os nativos e a cultura material entendida como uma carga de significação" (MENESES, 1983, p.108), a qual fornece informações quanto à técnica construtiva (tecnologia), morfologia, iconografia, função e principalmente o produto concreto de reprodução da vida social.

Esse interesse dos europeus pela etnologia e o interesse informativo dos bens, abriu as portas para que a arqueologia ganhasse folego dentro das ciências naturais da época. Após esse longo período de descobertas e registros iniciais, surge ao longo desse processo a necessidade de preservação dos materiais arqueológicos e etnográficos colhidos nas expedições. Essa preocupação consistia em criar coleções dentro de museus onde pudessem ser ordenados e classificados para manutenção das pesquisas e incentivo dos estudos no país. A primeira instituição criada para dar apoio ao movimento das expedições estrangeiras foi o Museu Real." Fundado em 1808 no Rio

de Janeiro, e mais tarde com a República rebatizado como Museu Nacional, assumiu desde o início um perfil de museu de História Natural" (BARRETO, 2000, p.36).

Nesse contexto de efervescência científica, um dos episódios marcantes foram as descobertas do naturalista dinamarquês Peter Wilhem Lund (1801-1880), que revolucionou as teorias sobre a antiga ocupação indígena no Brasil entre 1825 e 1870. Após anos de pesquisa na região de Lagoa Santa-MG, os estudos realizados por Lund fortaleceram a necessidade de se praticar arqueologia em todo território nacional. À época, outros dois Museus importantes para o reconhecimento da pesquisa arqueológica e o desenvolvimento cientificismo no Brasil, se destacaram: o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Estado do Pará (1866) e o Museu Paulista do Estado de São Paulo (1894), ambos centros de pesquisa que contribuíram para a salvaguarda de registros históricos e bens arqueológicos, associados a sistemas naturais e socioculturais.

> A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista. (VARINE, 1979 *apud* CHAGAS, 2007 p.10).

Dado essa fase de institucionalização do campo em museus brasileiros, o período entre guerras mundiais por volta do ano de 1920, marcou o final da "era dos museus nacionais". "Deixaram de ser polos de estudos e documentação do primitivo, sendo substituídos por novos interesses pela formação do povo brasileiro moderno" (BARRETO, 2000, p.40).

> O fim da era dos museus foi marcado ainda por um novo olhar preservacionista. Foi com o modernismo que surgiu inicialmente a ideia de se preservar o passado e a cultura nacional não só levando os objetos para dentro de museus, mas também através da proteção de um patrimônio materializado em uma diversidade de sítios, monumentos e edifícios (BARRETO, 2000, p.40).

Com o advento do modernismo, a partir dos anos 1930 a preocupação em preservar e proteger o Patrimônio brasileiro repercute na fundação do Centro de Estudos Arqueológicos por Luis de castro Faria em 1935 e a criação do projeto lei por

Mário de Andrade em 1936 (LIMA, 1988 *apud* BARRETO, 2000). Durante o maior período democrático entre 1945 e 1964 inicia-se a pesquisa arqueológica acadêmica no Brasil. Nessa época, o humanista Paulo Duarte lutava pela proteção jurídica da herança brasileira e criou com o auxílio do antropólogo Paul Rivet, diretor e fundador do *Musée de l'Homme* (1938) em Paris-França, a Comissão de Pré-história na Universidade de São Paulo em 1952.

Essa iniciativa teve como resultado de seu esforço, a aprovação no Congresso Brasileiro de uma legislação sobre o tema (Projeto de Lei 3537/57, aprovado como Lei 3924, em 1961) que dispõe sobre a proteção dos Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos. Já no período militar (1964-1985), essa situação é alterada. A pioneira americana Betty Meggers (1921-2012) e estudioso do campo Clifford Evans implantaram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, conhecido pela sigla PRONAPA (FUNARI; GONZALES, 2008). O programa patrocinado por instituições brasileiras e norte americanas, entre 1965 e 1971 treinou arqueólogos brasileiros e realizou levantamentos e escavações em todo o país (FUNARI; GONZALES, 2008).

Os estudos realizados nos sítios no litoral brasileiro e na região central nesse período, justificavam os processos de mudança territorial e temporal das culturas ameríndias em consonância com a chegada dos colonos em território nacional. As pesquisas, pautadas em um modelo descritivo e comparativo, evidenciavam a mescla de artefatos provenientes do continente europeu com os produzidos por grupos indígenas, remanescentes do processo de aculturação. A criação de narrativas dominantes e hegemônicas ficam intrínsecas nas interpretações iniciais e fundam-se no patriarcalismo escravista (FUNARI, 2007, p.84). “Decorridos 20 anos da institucionalização da arqueologia, o retorno da democracia com a passagem a um regime civil, restauração paulatina das liberdades públicas e o relaxamento da censura em 1985” (FUNARI, 2007, p. 82), favoreceu o crescimento da disciplina e essa liberdade levou à virada ontológica na arqueologia. Essa quebra de paradigma levou pesquisadores a refletir sobre a própria concepção de materialidade, tema central nos estudos das coleções escavadas (ARCURI, 2018) com a introdução do conceito de agência dos objetos (GELL, 1998) viabilizando a criação de uma variedade de novas atividades junto ao patrimônio arqueológico.

> Na mesma vertente de renomados teóricos como Gilles Deleuze ou Bruno Latour, Alfred Gell provocou uma guinada nos estudos das artes e artefatos, em aberto confronto com as perspectivas da História da Arte. Esse processo decorreu da crescente demanda pela descolonização do olhar e, consequentemente, das abordagens

> práticas e epistemológicas, levando a uma absoluta mudança de paradigma nas ciências sociais, em vistas de superar definitivamente as oposições *verdade-mito*, *natureza-sociedade*, *antigo-moderno*, *primitivo-civilizado, realidade-representação* (ARCURI, 2018, p.14).

Nota-se nesse período um avanço no campo conceitual da Arqueologia. O poder de reinterpretar a história oficial designou o potencial da disciplina em recuperar a memória dos esquecidos, analisando suas práticas cotidianas e dinâmica social. Pautada nos conceitos do patrimônio cultural (CASTRIOTA, 2009) na ampla acepção do termo, a constituição Federal de (1988) Art.216 define:

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Nessa linha de pensamento, a arqueologia é forçada a priorizar o estudo de bens materiais religiosos, civis e militares, bens esses, de alto valor monetário que designam posse, soberania e definem padrões e níveis sociais. Os estudos passaram a interpretar a sociedade colonial a partir da identificação de itens e comparação de sítios. Visando analisar como esses materiais refletiam a variabilidade do status sócio econômico dos ocupantes (SYMANSKI, 2009), as pesquisas seguiam o modelo processual americano, em vistas de abordar o comportamento humano a parir de padrões culturais e sistemas sociais evidenciados pelo registro arqueológico *in situ.* Na atualidade, após o cenário demonstrado anteriormente, a diversidade de sítios históricos e pré-históricos identificados no Brasil aumentou em número significativo.

As abordagens em sua ampla diversidade vêm contribuindo para as pesquisas, análises e interpretações de acordo com a especificidade de cada sítio, esse é o caso do Morro da Queimada. Uma das maiores referencias da última década do século XVII do ponto de vista historiográfico, quando centenas de jazidas aluvionares do metal precioso foram descobertas nos ribeirões e córregos das cercanias de Sabará, Caeté, Ouro Preto e Mariana em Minas gerais provocando a primeira grande corrida mineradora da história do Brasil. Logo, aprofundar o estudo arqueológico no território do

Morro da Queimada constitui a primeira etapa para subsidiar a reconstrução das técnicas utilizadas e a mão de obra empregada nesse importante segmento econômico, que colaborou expressivamente para transformar a região das Minas, na mais sedutora e populosa da América Portuguesa, até meados do Oitocentos.

CAPÍTULO 2
MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO: CONSTRUINDO PROCESSOS MAIS PLURAIS DE SELEÇÃO

2. MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO: CONSTRUINDO PROCESSOS MAIS PLURAIS DE SELEÇÃO

Dedicou-se a tecer neste capítulo as dificuldades de preencher as lacunas existentes na relação do patrimônio como valor intrínseco enquanto produto da atividade humana, isto é, seu valor de uso em seu itinerário histórico e simbólico como elemento constitutivo de qualquer objeto cultural (BORGES; CAMPOS, 2012, p.122). O primeiro desafio dessa trama, a memória social (fazeres, rituais, saberes, organização social etc) como objeto de pesquisa, foi teorizado por vários estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento. Grandes análises como as de Maurice Halbwachs, Michael Foucault, Pierre Nora e Walter Benjamin[13], para citar poucos, contribuíram para produzir vertentes diferentes de interpretação do termo e induziram o avanço de compreensão do conceito ao longo do tempo. Lidar com a memória é entendê-la em sua construção, tendo a consciência de que ela é devir, é processo dinâmico em andamento, é opção temporal, é representação social, é busca de inserção identitária (MENESES, 2013).

Essa concepção sob diferente olhares de construção transdisciplinar, alinha-se com os paradigmas contemporâneos da arqueologia do e no presente (HARRISON, 2011) no âmbito de práticas de uma arqueologia comunitária que enfatiza a necessidade de "tornar as comunidades em agentes e colaboradoras ativos da pesquisa arqueológica para trabalhar em todas as fases do projeto, desde a prospecção de sítios às escavações, bem como diálogo contínuo acerca das políticas de gestão do patrimônio" (FERREIRA, 2008, p.87), em conjunto com as dinâmicas da ecomuseologia e da museologia comunitária associada ao "turismo cultural que incorporam em suas concepções de "patrimônio" as múltiplas leituras e relações que comunidades contemporâneas estabelecem com as referências culturais de seus territórios no espaço tempo" (BRUSADIN, 2012, p.200).

A relação intrínseca e extrínseca dessa concepção opera de forma complementar e dialética em um processo de ressonância e aderência. "Ao falarmos de ressonância reportamo-nos à potencialidade de um objeto ou acontecimento (um ritual, por exemplo) afetar um sujeito de modo a provocar efeitos de memória relativos a esse

[13] HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990; FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999; NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, 1993; BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio– 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

objeto ou acontecimento" (BORGES; CAMPOS, 2012, p.118). Já a aderência de acordo com Luiz Borges e Marcio Campos (2012) entende-se como a relação de pertencimento, familiaridade e proximidade entre um objeto/artefato/evento e um sujeito, dentro de um contexto cultural. A incorporação desses dois conceitos em nossa pesquisa dentro do contexto de ações de extensão do LAPACOM/UFOP, cujos projetos são voltados à educação e preservação patrimonial, possibilitou estabelecer vínculo e continuidade de trabalho com as comunidades envolvidas nos trabalhos e, demonstrou não só a efetividade das metodologias aplicadas seguindo essa linha tênue com o passado e o presente dentro das relações de valor e memória, mas principalmente a reciprocidade com os principais atores envolvidos na elaboração conjunta dos trabalhos e consequente execução.

Os projetos desenvolvidos no entorno do Morro da Queimada, seguem referencial teórico-metodológico atento aos enfoques da arqueologia e museologia comunitárias, com ênfase nas diversas maneiras que os moradores contemporâneos podem apropriar-se simbólica ou politicamente do registro arqueológico (ARCURI, 2016, BRUNO, 1999, FERREIRA, 2008; WICHERS, 2010; LIMA, 2011; SILVA, 2011). Dentre os principais trabalhos deve-se destacar: "O parque também é nosso: patrimônio cultural e arqueológico dos bairros Morro São Santana e Morro São João", "O parque também é nosso: patrimônio cultural e arqueológico dos bairros Morro da Queimada e Morro São Sebastião " ambos integrando o programa *Vidas do morro: patrimônio, cultura e sociedade no Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (2015-2016)* e "Mapeamentos do Afeto: patrimônio arqueológico e paisagístico dos bairros Morro São Sebastião, Morro da Queimada, Morro Santana e Morro São João" (2017-2018), realizado no âmbito do Programa Mais Cultura das Universidades (UFOP/MinC).

Iniciados em 2015 e aprovado para continuidade até 2024, no âmbito da Pró Reitoria de Extensão da UFOP, esse conjunto heterogêneo de ações pontuais com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social dessas localidades, demonstram que diretrizes pautadas nas premissas voltadas a construir processos mais plurais de seleção, interpretação e construção de narrativas sobre o patrimônio cultural, (UNESCO, 2013, p.11-12) do MNMAMQ de forma integral: "entendido como o conjunto de todos os bens naturais ou criados pelo homem, sem limite de tempo ou de lugar" (SCHEINER, 2004; BRULON, 2008, p.60), "destinado a proporcionar à comunidade uma visão do conjunto de seu meio material e cultural" (Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972,1999, p. 120), que permitam identificar certos princípios orientadores que podem amplificar a eficácia do reconhecimento e da apropriação dos bens culturais e,

por conseguinte, corroborar para a implementação dos vários instrumentos legais de proteção do patrimônio.

A prioridade das ações mencionadas se mostra não só necessária, como inevitáveis aos modos de sensibilização e mobilização junto aos moradores estimulando o diálogo e, quando possível, a participação de rodas de conversa, oficinas lúdicas e trabalhos práticos (MATTOS, 2007), etapas fundamentais para o desenvolvimento do processo de musealização do local. Enquanto área de pesquisa arqueológica, o MNMAMQ será sempre objeto de estudo, seja interventivo ou participativo. Trata-se também de um espaço a ser potencializado enquanto equipamento turístico alternativo ao centro histórico que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em seu entorno tanto pelo potencial de lazer como de geração de renda. Acima de tudo, destaca-se o potencial educativo da área em questão, uma vez que as ações de pesquisa e musealização com enfoque na tríade sujeito/patrimônio/lugar (GUARNIERI, 1990) auxiliam no despertar da consciência do indivíduo em relação ao patrimônio do qual é herdeiro e evocam, assim, o seu potencial em termos de ensino e aprendizagem.

Essas iniciativas de abordagem museológica em contextos urbanos, inscrevem dentro das propostas de salvaguarda estabelecidas pelos órgãos reguladores, novas percepções e ressignificações da função social e prática do próprio Monumento. Sob o ponto de vista teórico da Museologia na contemporaneidade, as ações têm sido direcionadas para viabilizar novas experiências *in situ*, de forma a potencializar o diálogo entre as técnicas, métodos científicos utilizados na pesquisa e os saberes populares na produção de conhecimento. A troca de informação serviu como referencial no entendimento da cultura local e como pré-requisito para o planejamento e execução das ações conjuntas com a comunidade.

Figura 7: Oficina do programa Vidas do morro, vinculada ao LAPACOM: realizada em conjunto com os jovens do Centro Espírita Auta de Souza, no bairro Morro Santana, 2015.

Fonte: Acervo de Pesquisa

As atividades desenvolvidas na Associação de Moradores no Morro da Queimada, no Centro Espírita Auta de Souza no Morro Santana, na Escola Municipal Juventina Drummond no Morro Santana e na Escola Municipal Isaura Mendes na Piedade, promoveram a todos os envolvidos; idosos, estudantes, professores, coordenadores, moradores, transeuntes reflexões sobre o valor do patrimônio arqueológico e paisagístico da área do MNMAMQ e sua importância para município. A experiência acumulada de iniciativas bem-sucedidas atrelado a educação no âmbito das políticas de preservação permitiu que questões de memória e identidade servissem de alicerce para a compreensão da dinâmica patrimonial como questões importantes para a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local (IPHAN, 2014).

Um dos trabalhos elaborados junto à equipe do LAPACOM/UFOP nas instituições mencionadas, intitulado “Escavando Memórias” teve grande repercussão entre as crianças de seis a dez anos de idade nas Escolas Municipais Juventina Drummond e Isaura Mendes. A prática consistiu em enterrar pertences pessoais que possuem alguma característica importante de memória afetiva dos participantes. Após uma breve conversa inicial sobre os pertences, inicia-se o processo de enterrar os objetos em caixas retangulares de 40x30x10. À medida que vão sendo desenterrados e “descobertos” uma nova janela de discussão se abre e tem-se grandes surpresas no âmbito das interpretações e indagações relacionadas aos objetos dos participantes. Essa ação educativa permitiu aprofundar nos temas que envolvem o patrimônio fazendo correlações e analogias com a vida pessoal de cada um, observando o contexto social

e material que o participante vive. Nesse quadro, a dinâmica de cultura material não procura produzir uma história das fontes e de sua significação e sim uma história da sociedade na dimensão material (MENESES, 1995 *apud* BRUSADIN 2015).

Os resultados até aqui alcançados pelas pesquisas e ações de extensão do LAPACOM/UFOP demonstram que diretrizes pautadas nos conceitos de trabalhos comunitários, se mostram não só necessários, como inevitáveis para que o processo de musealização das ruínas do sítio arqueológico sirva de alicerce a uma futura gestão que se pretende colaborativa (LOUREIRO, 2013). Nas palavras de Hugues de Varine (2008), num contexto em que o Parque nasceu de uma perspectiva essencialmente científica (dado o reconhecimento de seu potencial para a produção de conhecimento) e secundariamente econômica (atenta ao potencial de uso turístico), a criação de um museu comunitário tem por finalidade atender a características específicas de um espaço aberto (PIROSTI; MATTOS, 2007); neste caso, amplo, rico em flora e fauna, além de estar inserido em contexto urbano marcado por gerações de conflitos sociais e políticos.

Figura 8: Dinâmica de educação patrimonial realizada em conjunto com alunos do 9º ano da E. M. Juventina Drummond, no bairro Morro Santana, 2017/2018.

Fonte: Acervo LAPACOM

No entanto, para que haja essa construção coletiva, as políticas de preservação devem priorizar a produção de conhecimento por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais através da participação ativa dos detentores e produtores das referências culturais. Nesse interim, as iniciativas educativas devem ser

entendidas como um recurso primordial para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. É imprescindível para o cumprimento dessa metodologia entender o Morro da Queimada não apenas como um “lugar de memória” (NORA, 1993; AUGE, 1992), mas como um espaço *com memória*, vivo (URIARTE, 2012) e de vocação turística. Essa afirmativa se valida a partir das ações voltadas a compreender como se dão as relações interpessoais no território e como elas impactam diretamente nos bens culturais. Na figura 8 é ilustrado algumas das atividades que ocorrem na escola Municipal Juventina Drummond, no bairro Morro Santana, onde os professores do 6º ano e 9º ano se sensibilizam com a temática e contribuem para a continuidade e perenidade do trabalho.

Trabalho este que se estende diante do desafio de evitar a reificação das ruínas como expressões de “memórias petrificadas” (CHOAY, 2001, p.17-20), no sentido inverso, o território do Morro da Queimada apresenta-se hoje, para além do interesse à pesquisa científica, como um espaço vocacionado à hospitalidade (BRUSADIN, 2017), propício às atividades de lazer e, sobretudo, em referências culturais de profundidade temporal. Assim, esta colocação se inspira nas inúmeras possibilidades de compreender o que a hospitalidade implica: “compartilhar o território, os alimentos na comensalidade, a informação, as palavras, os valores e afetos” (GRINOVER *apud* BRUSADIN, 2017, p.192).

Figura 9: Aula prática de desenho de perfil arqueológico com alunos do DEMUL/UFOP, realizada no dia 24 de junho de 2016, atividade que provocou a aproximação espontânea de crianças dos bairros Morro São João e São Sebastião. Na foto, os quatro meninos executam desenho.

Fonte: Acervo LAPACOM

Sob essa ótica, trata-se de um espaço a ser potencializado enquanto equipamento turístico, alternativo ao centro histórico de Ouro Preto-MG que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em seu entorno, tanto pelo potencial de lazer como de geração de renda. O maior desafio que envolve as questões do patrimônio e do turismo na contemporaneidade, é a sua inserção no mercado, que concebida através da modalidade de turismo de massa, desvirtua o propósito do patrimônio como fonte de fruição e formação cultural, em objeto de consumo e mercadoria (SCIFONI, 2008). Essa abordagem tem gerado muitas discussões e questionamentos pois induz a uma experiência superficial, não permitindo o desfrute da paisagem e dos monumentos e a sua observação mais apurada.

Tudo é instantâneo, sem a possibilidade da apropriação do lugar que constitui a maior riqueza no seu contato, ou seja, a sua função cognitiva, como suporte de conhecimento histórico-cultural ou natural do lugar e dos seus significados. Acima de tudo, destaca-se a necessidade de evitar a inserção do patrimônio do MNMAMQ no turismo de massa que representa o que Choay (2001) definiu como um dos efeitos perversos de destruição cultural, uma vez que as ações de pesquisa e os processos museológicos comunitários (MATTOS, 2006; FERREIRA, 2008; COSTA; SALADINO; WICHERS; RIBEIRO, 2016) auxiliam no despertar da consciência do indivíduo em relação ao patrimônio do qual é herdeiro.

Figura 10: Atividade lúdica: mapeamentos do afeto. Associação de Moradores do Bairro Morro da Queimada. 2017/2018.

Fonte: Acervo LAPACOM

Ainda, em se tratando do “resgate” das memórias e dos possíveis “usos do patrimônio cultural” (GONÇALVES, 2005, p.118) no MNMAMQ, as interfaces entre os campos de conhecimento da Arqueologia e da Museologia possibilitou não só refletir os regimes históricos (HARTOG, 2003) “nos quais estão inseridos os grupos sociais em suas representações e práticas, mas, sobretudo o que diz respeito à compreensão dessas experiências” (BRUSADIN; COSTA; PIRES 2012, p.195). De acordo com essa lógica, uma das atividades lúdicas produzidas demonstrada na figura 10:” Mapeamentos do Afeto”, ocorreu na Associação de Moradores do Morro da Queimada com apoio dos coordenadores e consistiu em explanar sobre a paisagem e seu aspecto social a partir de um quebra cabeça. Esse contato direto com os moradores permitiu entender o patrimônio arqueológico do MNMAMQ enquanto meio (e não como “fim”); como instrumento que possibilita o desenvolvimento de um programa de gestão (RUSCHMANN, 1999) valorização e fruição do espaço público (BEZERRA, 2010), a serviço dos moradores dos bairros que circundam o sítio. Além disso, notamos que a preservação da memória e dos referenciais culturais serão uma demanda social tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público.

Nesse sentido, “garantir a aplicação das metodologias adequadas e exigidas é a melhor forma de se alcançar a eficácia e sustentabilidade do planejamento e desenvolvimento de um turismo cultural” (BRUNO 1996 *apud* BRUSADIN, 2015, p.87). A concepção de turismo cultural, ante sua ampla definição, conforme descrito pela Organização Mundial do turismo (OMT) envolve “essencialmente motivações culturais”, tais como: viagem para estudo, para festivais e outros eventos culturais, para desfrutar e conhecer a natureza, para visitar localidades históricas, museus e monumentos, participar de excursões culturais com intuito de fruir da gastronomia, do folclore, da arte ou realizar peregrinações. Em médio e longo prazo, essas motivações culturais, se mutuamente construídas (VARINE, 1987), têm o potencial de acionar processos museológicos promotores do diálogo que pressupõe “a aproximação entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte da realidade à qual o homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir” (GUARNIERI, 1990, p.7).

Essa aproximação com as comunidades dos bairros que circulam o MNMAMQ é de fundamental importância para que as etapas de pesquisa científica, os projetos culturais e sociais que ocorrem na área, sejam uma ponte como base para contemplar as múltiplas camadas de compreensão e significação sobre o modo de vida dessas populações, abrangendo a percepção histórica e política, as memórias, as práticas e identidades coletivas de forma atenta a garantir e viabilizar junto às demandas conjunturais mecanismos de preservação do patrimônio cultural do Morro da Queimada.

Acredita-se assim, ser possível articular o fortalecimento de uma identidade cultural baseada em uma consciência histórica que legitime os comportamentos individuais e/ou coletivos dos moradores frente aos processos de investigação. “Com essa condição, os membros da comunidade se darão conta de que esse desdobramento é uma causa sua, deles próprios, e não apenas dos políticos” (VARINE, 2013, p. 38).

> “As representações sobre patrimônio como um lugar de construção e afirmação de identidades traz em si várias discussões. Entretanto, cabe dizer que essa relação de patrimônio com processos identitários pode ser entendida, também, como aquilo que Dominique Poulot nos traz ao afirmar que "a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais" (POULOT, 1997, p. 36).”

A partir dessa conjunção de ações, espera-se que o trabalho de identificação e valorização do referencial arqueológico e paisagístico do Morro da Queimada, bem como dos demais contextos da Serra de Ouro Preto-MG, possam ser reconhecidos e significados de forma crítica e abrangente pelas comunidades que se relacionam mais diretamente com este território em seu cotidiano. O que se tem notado até o momento, é um grande avanço nas ações preliminarmente elaboradas pela equipe interdisciplinar do LAPACOM/UFOP e nas atividades atuais em andamento, a qual reúnem informações do local por meio de trabalhos *in situ* que agrupam; educação patrimonial, mapeamento documental, relatório de observação participativa, registro da história oral e reuniões com os líderes comunitários.

Figura 11: Participação da equipe do LAPACOM no dia das crianças, 16/10/2022. Organização da associação de moradores do Morro da Queimada.

Fonte: Acervo LAPACOM

2.1. O Morro da Queimada e a Paisagem Cultural: conceituação e paradigmas de proteção

> A formosura de seus panoramas, suas puríssimas águas, seu firmamento de beleza admirável, seus horizontes dilatados e de caprichosos coloridos foram teatro de um surto espantoso de desenvolvimento econômico, graças aos fartos depósitos auríferos encontrados nas areias dos rios e nas encostas das serras. No Ouro Preto e no Carmo, que lhe fica vizinho, a paisagem é rude, o solo pedregoso, de aspecto ameaçador e selvagem, abrindo-se em vales estreitos e profundos (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43).

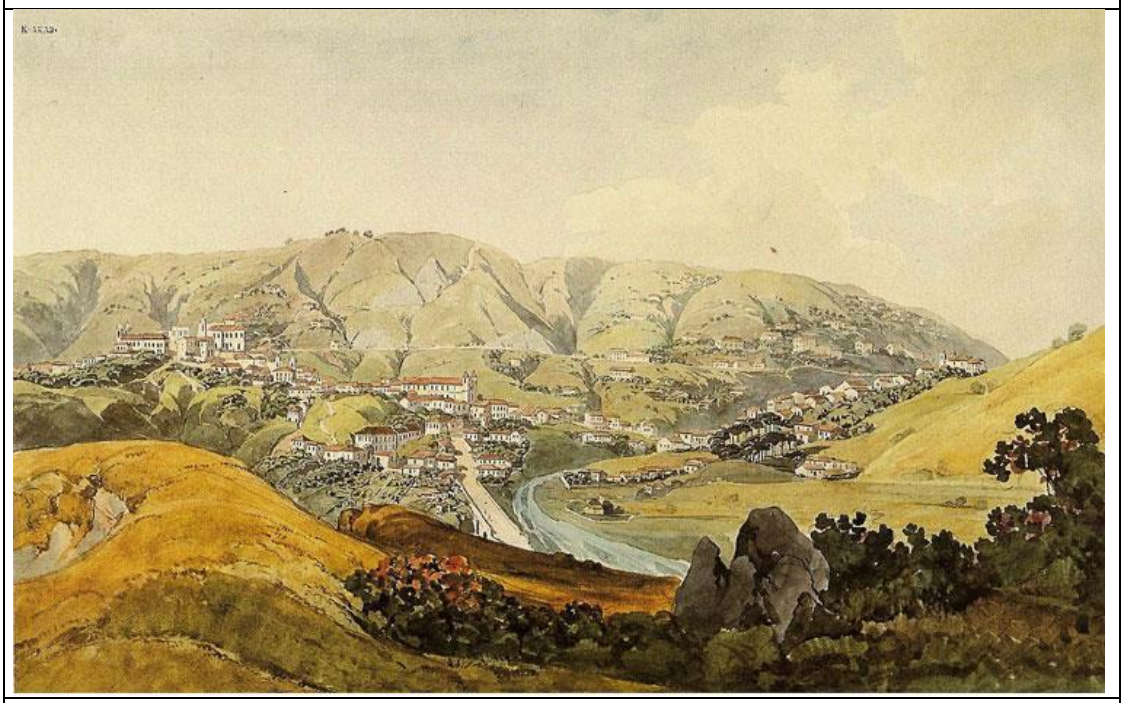
A passagem descrita por Lima Júnior (1978) é um reflexo das impressões registradas na publicação "*Capitania de Minas Gerais"*, de 1940 que relata as experiências sensórias e cognitivas vividas em um passado remoto. Esse retrato paisagístico ainda era moldado por um ambiente "primitivo", associado ao multiculturalismo responsável pela colonização e formação da cidade de Ouro Preto-MG. Alguns clássicos historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda e Diogo de Vasconcelos com seu estimado livro intitulado "*História Antiga das Minas Gerais"* (1904) contribuíram com relatos aproximados dessa fase de ocupação e serviram de base para vários autores, como Sales (1999, p. 22) ao descrever os caminhos percorridos pelas bandeiras:

> Até que uma delas, liderada por um homem chamado Antônio Dias de Oliveira, procurou rota diferente das anteriores que tentavam entrar no Tripuí pela Serra Itaverava. Este, ao contrário, procurou entrar por onde saíram as bandeiras anteriores. [...] Afirma Diogo de Vasconcellos que o fato ocorreu em 1696.
>
> Antônio Dias de Oliveira, entrando por Ouro Branco, chegou pelas alturas vizinhas, já de tardinha, em uma chapada bonita, hoje Campo Grande, situada logo depois da serra do Pires. [...] Quando nasceu o sol, o bandeirante viu na sua frente o menino de pedra, grande Itacolomi reluzindo.

Sabe-se de acordo com a historiografia disponível que os primeiros paulistas que formavam essas Bandeiras saíram de São Paulo por volta de 1694. Dois anos depois em 1696 na região de Taubaté, a Bandeira de Manuel Garcia descobriu na vertente dos córregos do Tripuí e Passa-Dez em Ouro Preto-MG. Já em 1697, a Bandeira de Antônio Dias de Oliveira descobre ricos depósitos de ouro na outra vertente, em local que recebe seu nome e, por fim, a Bandeira do Padre João de Faria Fialho chega aos córregos provenientes do Itacolomi (LIMA JÚNIOR, 1978). O Morro da Queimada um dos fiéis correspondentes desse período, contribui atualmente para evidenciar o conjunto de

terras que se vincula a essa trajetória da ocupação do território Mineiro, seja com a exploração aurífera no período colonial ou a agricultura comercial onde transitaram e intercambiaram-se, modos de vida, tradições, técnicas, conhecimentos, informações, mercadorias, objetos e valores materiais.

Figura 12: Representação da paisagem de Villa Rica por Thomas Ender [1817-1821]



Fonte: Site Morro da Queimada. Disponível em:

<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/desenhos.php>. (Acesso em: 18 nov. 2023)

A pintura histórica da paisagem de Vila Rica, embora não possa garantir uma representação fiel, enquadra como o ambiente se transformou em vasto território de interação do homem com o meio ‘natural’, espaço que hoje congrega uma variedade de interesses de ordem científica, cultural, social e econômica. Carece reconhecer que inclusive são estes os elementos que, junto aos aspectos naturais, referenciam e impulsionam os mecanismos de proteção da paisagem e o seu papel como um vetor transformação que forneceu os recursos necessários à produção da vida material e desenvolvimento cultural na região.

> Como construção de categoria, entende-se que a paisagem é lida e vivenciada em sua constituição material e intangível a partir das atribuições funcionais e estéticas que são expressas e representadas. Nesse sentido, pode-se considerar que a paisagem transita na fonte do imaginário e do ideológico, mas é indispensável que se reconheça a sua existência real. Trata-se de um tema que permeia o indivíduo e a coletividade em seu cotidiano, ou melhor, é parte dele, resultado de

> suas ações e das experiências vividas em constante interação ao meio. O homem necessita do meio ambiente para sobreviver e, em reciprocidade, também imprime sua marca no território ao longo do tempo, sendo assim, conforme afirma Berque (2013b, p. 209) “toda paisagem é necessariamente cultural”. Ou seja, é uma interação de “mão dupla”, que necessita ser investigada por diversas áreas, a partir de embasamento teórico, conceitual e metodológico (BUENO, 2019, p.33)

Sob esse panorama que permeia o conceito de paisagem cultural, avante a sua ampla discussão acadêmica que este tópico trata dos aspectos relacionados aos mecanismos legais de proteção ambiental, da cultura e as ações de preservação do patrimônio que estão intimamente ligadas a este conceito. Inicialmente, as discussões sobre a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural foram abordadas conjuntamente pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em Paris 1972 (ROHN, 2012) e UNESCO que em 1990, reconhece a paisagem como instrumento legal internacional de proteção patrimonial.

> “O caráter desta Convenção é sumamente original e consagra novas e importantes idéias. Ela liga as noções de natureza e cultura, até agora vistas como diferentes e, mais do que isso, antagônicas. De fato, durante muito tempo natureza e cultura se opunham: o homem devia conquistar uma natureza hostil, enquanto a cultura simbolizava os valores espirituais. Mas, na verdade, natureza e cultura se complementam: a identidade cultural dos povos é forjada no meio em que vivem e, em geral, parte da beleza das mais belas obras criadas pelo homem provém exatamente da integração com o lugar em que se encontram”. (RIBEIRO,2006, p.4)

Em 1991 Felipe Criado Boado caracterizou o conceito culturalista de paisagem tendo como foco central a compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes. Fagundes (2009) define a compreensão destas inter-relações entre sociedade *versus* paisagem como um vetor central para elegermos indagações acerca das possibilidades e restrições dos mecanismos de proteção e reconhecimento do patrimônio. No cerne das amplas definições patrimoniais caracterizadas e moldadas em categorias que expressam os significados humanos a partir das evidências do universo material, imaterial, tangível, intangível, cultural, natural, entre outras formas, empreende a necessidade de resguardar sentimentos, memórias tradições e identidades que se perpetuam ao longo do tempo. Essas definições, capazes de que garantir o reconhecimento, situadas entre um limiar de poder, território e história, se consolidam a partir da apropriação e valorização dos bens, “um juízo elaborado pelo

campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial [...] emprestando-lhe sentido de excepcionalidade "(LIMA, 2008, p. 36).

> Para Scheiner, (2006, p.1) “o próprio conceito de Patrimônio remete à idéia de valor, o que nos permite lembrar o seu caráter de signo. Lembremos aqui, mais uma vez, que o Patrimônio é uma poderosa construção sígnica, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. (...) Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura.

Adotando essa lógica, o patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de um povo e pode ser entendido como elemento que desperta um sentimento de orientação identidade, propriedades básicas para que o indivíduo se reconheça, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Já o patrimônio natural, de acordo com Scifoni (2008), não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na proporção em que faz parte da memória social, a paisagem não é somente o visível, ela incorpora valores humanos e pode ser interpretada a partir de seu conteúdo simbólico ou da relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabelecem com os lugares onde a vida humana se reproduz (RIBEIRO, 2007).

No Brasil, a proteção da paisagem está prevista desde a criação do IPHAN, com o Decreto-Lei nº 25 de 1937, onde a renovação das práticas possibilitou colocar a paisagem cultural como novo mecanismo de proteção do patrimônio bem como estabelecer o reconhecimento dos bens patrimoniais de natureza arqueológica, que devem ser considerados bens da União pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 que, em toda sua categoria exige procedimentos de tutela em complexo cenário de normativas legais. Porém, somente no ano de 2009, a criação de novas leis de proteção como o Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009 e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 001/86) vem contribuindo para o fortalecimento das políticas de gestão do patrimônio arqueológico e cultural para a normatização das ações exigidas nas avaliações de impacto e segurança que fomentam medidas preventivas para impedir a degradação do patrimônio e do meio ambiente exposto. Além disso, somente no mesmo ano segundo apontamentos de Castriota (2009), as medidas de proteção da paisagem cultural brasileira foram estabelecidas a partir da regulamentação da Portaria nº 127, de 30/04/2009, em um documento emitido pelo IPHAN:

> Art. 1. A Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Em constante processo de discussão desde sua própria construção teórica, as implicações metodológicas e instrumentais orientadas para a conservação e salvaguarda dos patrimônios natural e cultural (PAREDES, 2012) por abarcar fatores territoriais, ambientais, sociais e diferentes categoriais de patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo", define que a metodologia se aplica a:

> [...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Devido a esta pluralidade de fatores que englobam o estudo da paisagem, a sua inserção em contextos patrimoniais arqueológicos, como no Morro da Queimada, se entendido como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta (FAGUNDES, 2009), torna-se possível visualiza-la como uma construção social, onde há uma correlação direta entre as ações de transformação do território e sua dinâmica cultural (BOADO ,1991). Assim, de acordo com nossa reflexão sobre o tema, fez-se necessário dentro dessa dimensão ecológica e cultural compreender a dinâmica social/cultural no entorno do sítio arqueológico, isto quer dizer, da paisagem onde se inserem os conjuntos de registros arqueológicos, sob a perspectiva natural, ou seja, na sua materialidade, bem como em sua condição simbólica, interpretada e pensada pelos grupos que ocuparam e ocupam atualmente o território. Essa dinâmica, consolidada nas metodologias de trabalho de campo interventivo de prospecção e mapeamento documental, possibilitou compreender o papel dos instrumentos de proteção vinculados ao Morro da Queimada e permitiu dar passos mais concretos ante as ações de identificação de estruturas e geoprocessamento.

2.2. Ações de geoprocessamento: mapeamento e registro

Historicamente a apropriação de terras vista no cenário desde a idade remota da civilização vinha de grandes conquistas, de instrumentos que possibilitassem a transição e observação de terras distantes e a conquista de grandes civilizações pelo mundo (PALHARES, 2009). Romper novas fronteiras exigia o domínio sobre a arte de navegar, saber deslocar com segurança e conhecimento de seu posicionamento durante todo o trajeto tanto na terra como no mar ou no ar. De acordo com considerações e dados levantados pela literatura, os registros mostram que antes de surgir a prática de georreferenciar, vários instrumentos foram criados para documentar de forma adequada a localização, o mapeamento, a demarcação e a fiscalização das terras. Segundo apontamentos de Folles (2008) antes do surgimento dessas técnicas mais rudimentares que pudessem ser utilizadas pelo homem em períodos históricos, o indivíduo já fazia uso das terras em sua produção natural usando tudo que pudesse retirar do meio ambiente e, nessas condições, gerou o princípio de desenvolvimento das grandes civilizações avançadas como os Egípcios, Gregos e Romanos que foram determinantes para o estudo da divisão de terras.

> A palavra georreferenciamento é um neologismo, por ser uma palavra que não existia no vocabulário da língua portuguesa. Ela foi criada pela necessidade de designar o conceito de posicionamento ligado à Geodésia e à Cartografia, assumindo-se que existe um único sistema terrestre referencial de coordenadas. Nesse contexto o ato de georreferenciar significa determinar a posição de pontos, linhas e polígonos usando coordenadas referidas a um sistema único mundial. É quase tão antigo quanto a Astronomia, que ao longo de séculos tem fornecido meios para se fazer a localização de pontos na superfície da terra a partir de astros e estrelas (MENZORI, 2017, p.1)

Essa técnica, hoje, aprimorada tecnologicamente que consiste em determinar de maneira precisa um ponto na superfície terrestre e tornar as coordenadas conhecidas num dado sistema de referência adotado pelo país, tem sido muito difundida devido à necessidade de se obter delimitação real de uma determinada área sem correr os riscos de sobreposição desta. Nesse contexto, a prática de georreferenciamento está cada vez mais latente e, no Brasil o uso do georreferenciamento tornou-se uma ferramenta importante para as atividades de fiscalização ambiental e maior confiabilidade das informações dos registros do meio rural. A eficácia desse trabalho é evidenciada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Lei Federal 10.267, que exige dos imóveis rurais

a sua vinculação ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB); conjunto de pontos geodésicos implantados na porção da superfície terrestre delimitada pelas fronteiras do país, sistema ao qual estão referidas todas as informações espaciais no Brasil (Brasil, 1983), e pela Lei Federal 12.42/2011 que exige o uso do georreferenciamento no registro de imóveis localizados em perímetros urbanos de municípios (MENOZI, 2017). Em outras palavras;

> O georreferenciamento consiste na descrição do imóvel rural em suas características, limites e confrontações, realizando o levantamento das coordenadas dos vértices definidores dos imóveis rurais, georreferenciados ao sistema geodésico brasileiro, com precisão posicional fixada pelo INCRA (BRASIL, 2001, p.08).

> O SGB começou a ser implantado pelo IBGE em 17 de maio de 1944, e tem sido utilizado ao longo dos anos por usuários necessitados de informações posicionais para diversos fins, tais como: apoio ao mapeamento, demarcação de unidades político-administrativas, obras de engenharia, regulamentação fundiária, posicionamento de plataformas de prospecção de petróleo, delimitação de regiões de pesquisas geofísicas, etc (Pereira & Augusto, 2004).

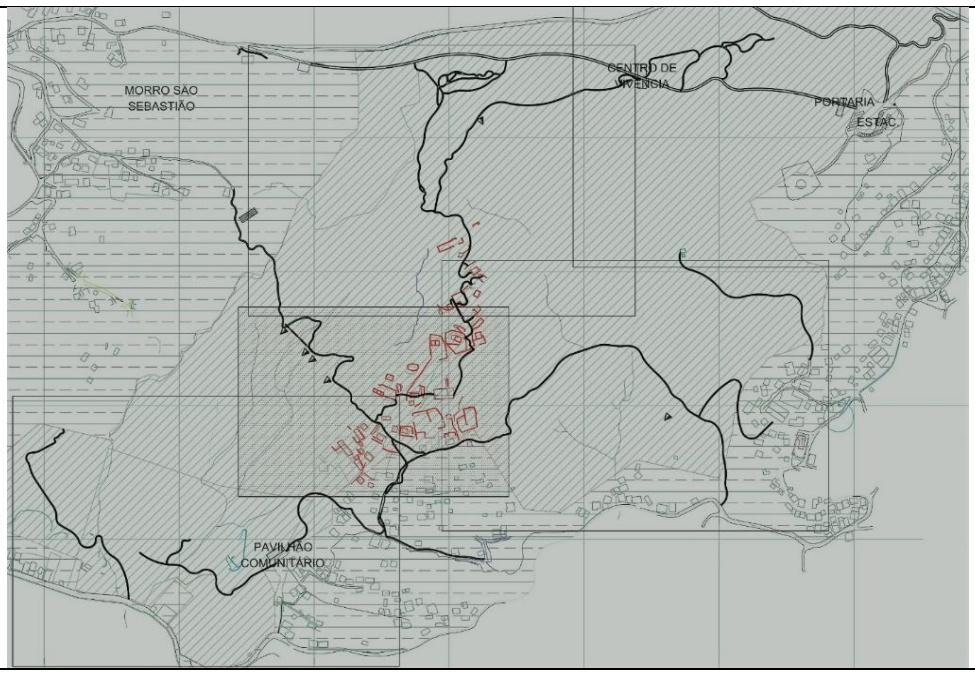
Falar sobre a importância e o potencial de contribuição do georreferenciamento para mapeamento e registro que viabilizem produzir dados técnicos mais seguros e confiáveis se torna o objetivo principal deste tópico à medida que o Morro da Queimada se condiciona atualmente como Monumento Natural (categoria de unidade de conservação que permite a propriedade privada). A área passou a apresentar maior fragilidade frente ao registro de terra pública sem autorização do órgão competente e outros processos de ocupação ou uso irregular, o que torna as ações de proteção e preservação do patrimônio arqueológico do sítio ainda mais urgentes.

Para expor a necessidade de realização de um remapeamento que sirva de subsídio para que seja elaborado um georreferenciamento de bases unificadas com sincronismo entre as estruturas arqueológicas e a área limítrofe (imóveis do entorno), atenta à demanda atual de proteção do Monumento, foi estabelecida uma parceria com a SEMA/OP para ter acesso ao detalhamento das ruínas apresentado no “Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada”. Essa etapa da pesquisa teve por finalidade a análise de alguns relatórios do projeto que integram: a pesquisa histórica desenvolvida por Myriam Bahia Lopes e equipe, a consultoria arqueológica realizada em 2004 por Carlos Magno Guimarães, a consultoria internacional feita por Hugues de Varine e Ruggero Martines em 2003, o inventário participativo elaborado por Juliano Ferreira e o estudo detalhado das pranchas

concebidas por Benedito Tadeu de Oliveira e Rodrigo Meniconi que contém o diagnóstico arqueológico do documento oficial.

O estudo preliminar dos relatórios permitiu observar que os vestígios arqueológicos do MNMAMQ constituem um importante acervo a ser preservado e musealizado com finalidade social. Evidentemente o Parque é (será) uma instituição de pesquisa, escavações e conservação, com um objetivo secundário turístico, porém essa utilização deve ultrapassar a prática acadêmica e deve ser um instrumento que possibilite um programa de valorização do patrimônio popular a serviço dos moradores dos bairros em questão e, finalmente, de toda a cidade de Ouro Preto-MG. O estudo das pranchas que integram o diagnóstico arqueológico do documento permitiu avaliar a necessidade de adequação metodológica do mapeamento realizado ante as demandas de preservação e musealização das estruturas arqueológicas do território.

Figura 13: Mapa oficial do projeto de implantação do parque, 2017.

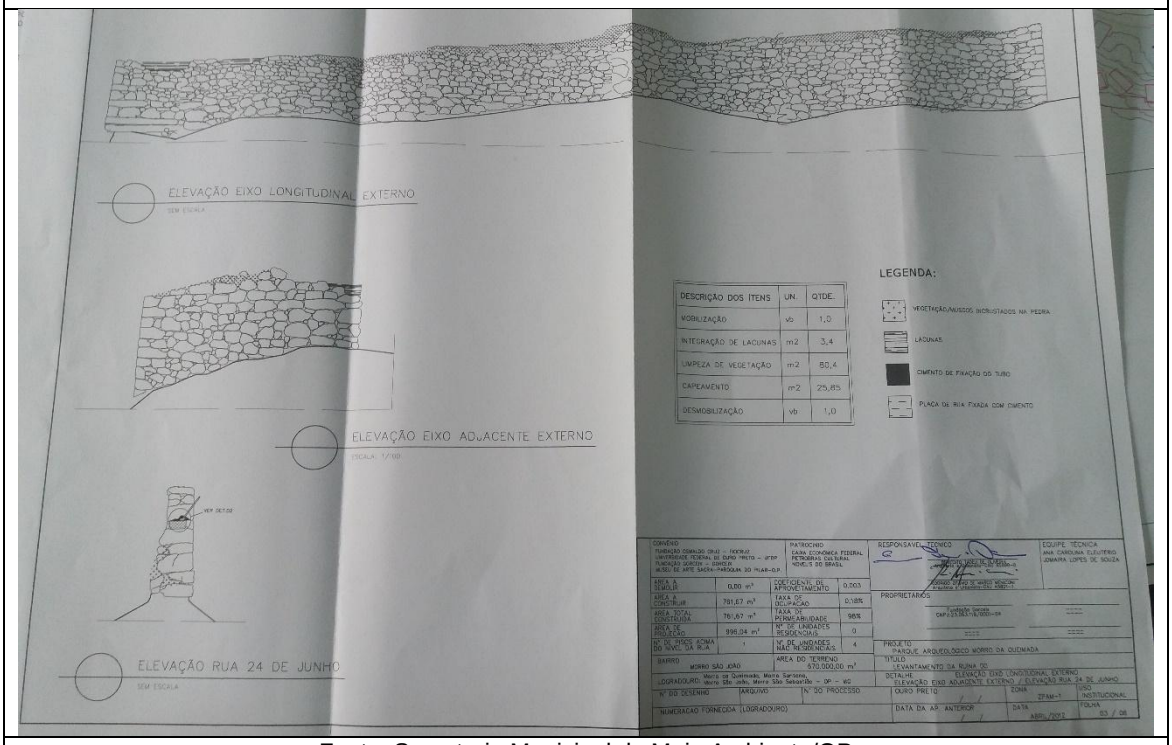


Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/OP.

Baseado nas discrepâncias encontradas a partir da comparação do documento oficial em relação ao mapeamento arqueológico que tem sido realizado em campo nos últimos anos, pretendeu-se, nesse âmbito, reunir informações para sistematizar dados comparativos de forma a promover o aprofundamento da informação científica a partir da realização de estudo detalhado de parte das estruturas arqueológicas selecionadas e propor a adequação das medidas de preservação das ruinas ao referencial teórico-

metodológico que entende o patrimônio cultural, de forma integral (GRANATO, 2009); (VARINE, 2011), a paisagem como como um vetor central para elegermos indagações acerca das possibilidades e restrições dos mecanismos de proteção e reconhecimento do patrimônio arqueológico (FAGUNDES, 2009) e os processos museológicos comunitários como principais aliados do processo de musealização e “autogestão dos agentes sociais em consonância com especialistas da museologia e demais profissionais relacionados” (LIMA, 2012, p.42). As ações de geoprocessamento foram destinadas ao estudo detalhado dos desenhos técnicos que descrevem algumas estruturas das ruínas arqueológicas do Morro da Queimada, em planta e perfil.

Figura 14: Detalhamento técnico das ruínas, documento oficial do primeiro projeto de implantação do parque, 2017.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/OP

> Georreferenciar uma imagem ou mapa é tornar suas coordenadas conhecidas num dado sistema de referência. Este processo inicia-se com a obtenção das coordenadas (pertencentes ao sistema no qual se planeja georreferenciar) de pontos da imagem ou do mapa a serem georreferenciados, conhecidos como Pontos de Controle. Os Pontos de Controle são locais que oferecem uma feição física perfeitamente identificável, tais como intersecções de estradas e de rios, represas, pistas de aeroportos, edifícios proeminentes, topos de montanha, dentre outros. A obtenção das coordenadas dos Pontos de Controle pode ser realizada em campo a partir de levantamentos topográficos, GPS – (EPUSP, 2006).

A metodologia empregada envolveu a adequação de terminologia científica ao campo da Arqueologia, análise comparativa de plantas técnicas e dados georreferenciados (em layers superpostos e utilização do software Arc GIS). De acordo a análise prévia, as atividades práticas de campo foram realizadas com o auxílio de ferramentas como bússola, trenas métricas, softwares relacionados as geociências e o GPS que permite que usuários em terra, mar e ar determinem suas posições tridimensionais (latitude, longitude e altitude), velocidade e hora; 24 horas por dia independente de condições atmosféricas e em qualquer lugar do mundo (ROCHA, 2003). Ainda de acordo com Rocha (2003), o funcionamento do GPS é determinado por 3 segmentos principais: o espacial, constituído pela constelação dos 24 satélites operacionais e toda a tecnologia de comunicação de dados a partir dos mesmos; o de controle, formado por um conjunto de estações terrestres onde funciona toda a inteligência e controle do sistema; e, o de usuários, constituído pelos receptores GPS e todas as técnicas e processos, empregados pelos usuários em suas aplicações.

Usufruindo dessa ferramenta como principal aliado na pesquisa, o procedimento de mapeamento em campo possibilitou observar incongruências com os dados fornecidos pelos detalhamentos técnicos em plantas baixas representados no documento oficial de implantação do Parque. O primeiro impasse faz referência ao código de georreferenciamento utilizado na elaboração do mapa cartográfico oficial que foi desenvolvido pelos arquitetos responsáveis com o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIGARS2000); que constitui programa essencial à adoção no continente de sistema de referência de precisão compatível com as técnicas atuais de posicionamento, claramente atreladas ao GPS que viabiliza a integração entre a rede de referência SIRGAS com as redes existentes em outras regiões do planeta (SILVEIRA, 2005). O projeto foi desenvolvido em 1997 com a participação de diversos países sul americanos, sob coordenação do IBGE e contou com o apoio do Projeto Mudança do Referencial Geodésico (PMRG) (SILVEIRA, 2004), promovendo uma integração entre a sociedade e novo modelo adotado oficialmente no país através da Resolução do Presidente do IBGE n° 1, de 25/02/2005.

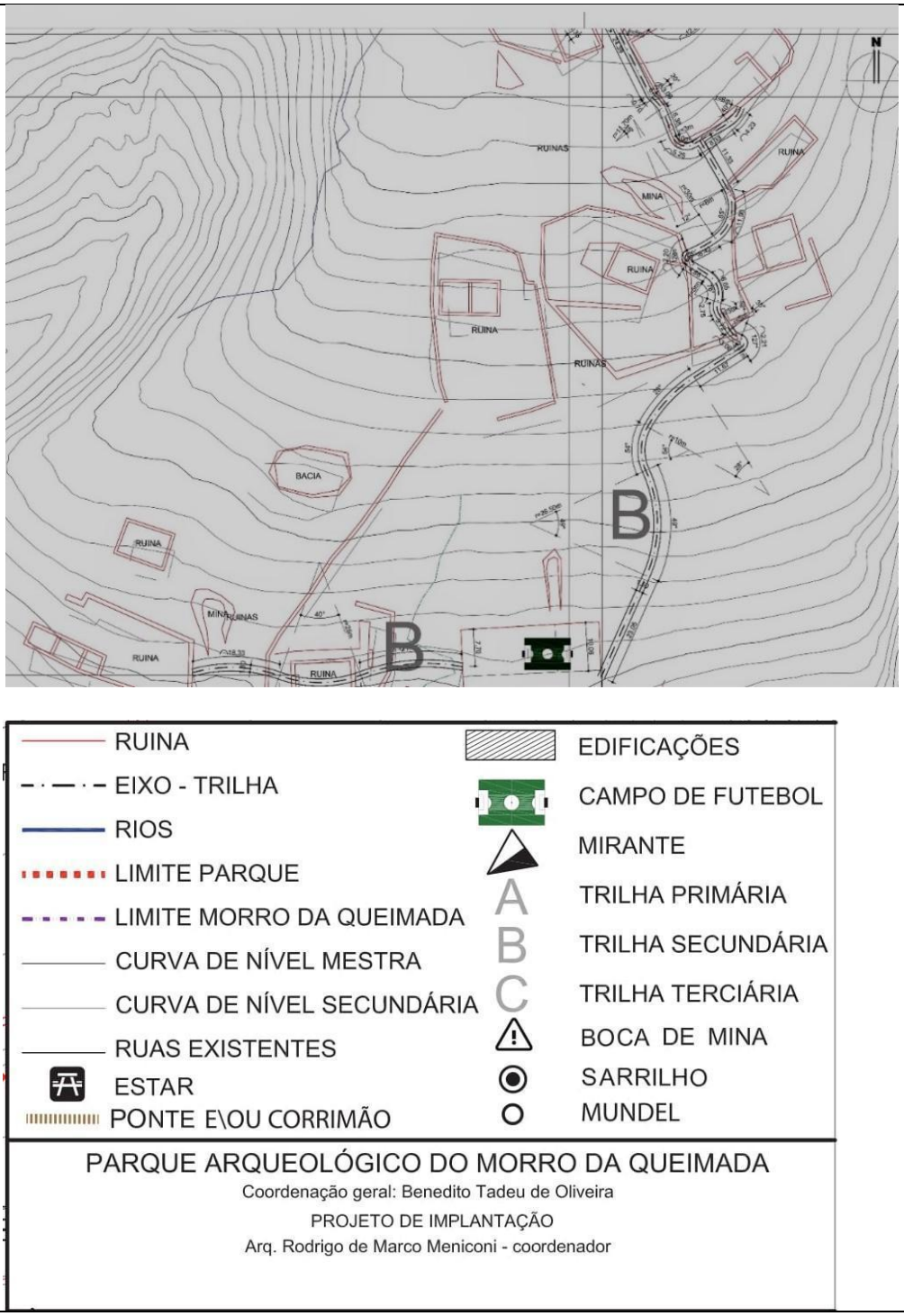
Figura 15: Ilustração das ferramentas utilizadas para as atividades de georreferenciamento, 2018.

Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

Na região na qual é realizado o trabalho, profissionais da área de mapeamento utilizam como sistema principal World Geodetic System (WGS84) sistema de referência adotado para os satélites e comumente conhecido como uma norma usada em cartografia de origem geocêntrica utilizado pelo GPS, definida em 1984 e regulamentado na Resolução do Presidente do IBGE nº 23 de 21 de fevereiro de 1989 (Brasil, 1993). Essa diferenciação de sistemas geodésicos dificultou a orientação em campo, bem como apresentou divergências no processo de mapeamento de algumas das ruínas previamente demarcadas no mapa oficial. Sendo assim, foi necessário traçar um novo Datum (sistema de referência South American Datum 1969) SAD-69, que é um sistema geodésico regional de concepção clássica adotado em campo para gerar novos dados a partir das pesquisas. Para ilustrar uma parcela do trabalho em curso, selecionou-se algumas imagens que são parte do desdobramento da pesquisa *"Musealização das Ruinas Arqueológicas do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada: análise de processos e proposição metodológica",* realizada junto ao programa de Iniciação Científica, que proporcionou reunir as informações e resultados obtidos com um estudo do detalhamento de algumas ruínas arqueológicas selecionadas no MNMAMQ com apoio de equipe da SEMA/OP para os procedimentos de

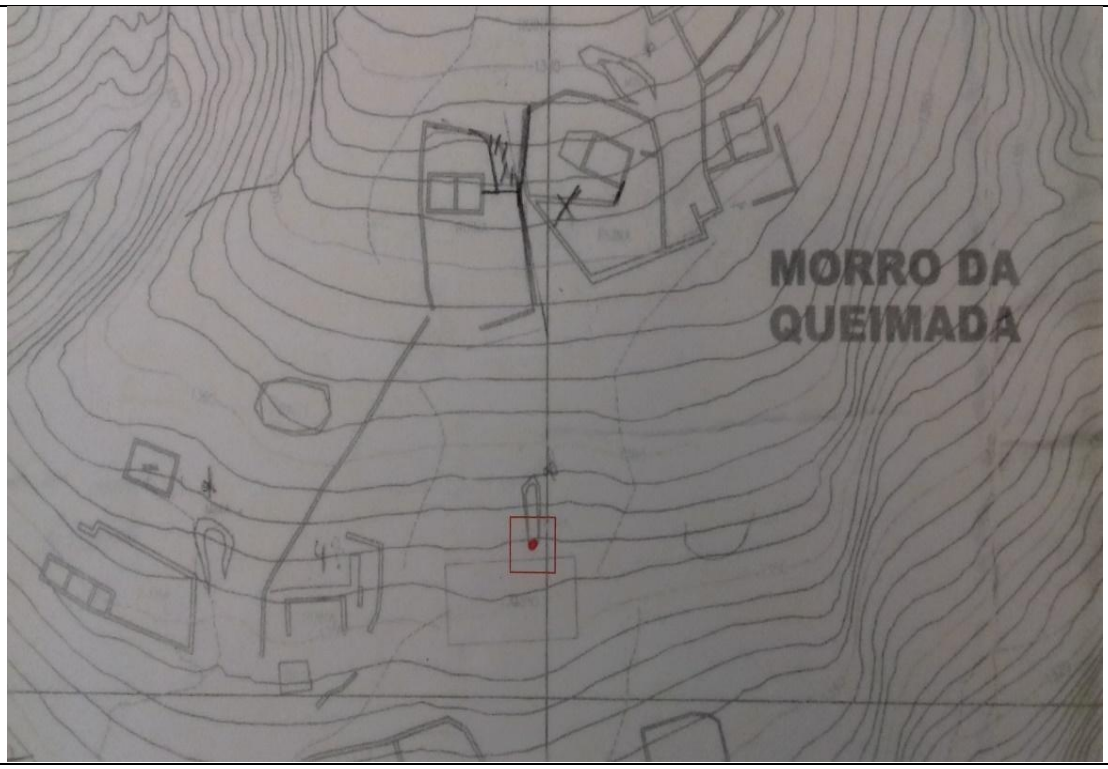
supressão vegetal, marcação de novos pontos de GPS e análise patológica das estruturas em conjunto com a coordenação da arqueóloga Marcia Arcuri (DEMUL/UFOP).

Figura 16: Mapa oficial do projeto de implantação do parque, recorte das ruínas, 2017.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente/OP.

Figura 17: Novo DATUM estabelecido, 2019.



Fonte: Acervo LAPACOM.

Figura 18: Imagem de satélite do complexo de ruínas mapeado, a partir do novo DATUM, 2019.

Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

Figura 19: Demonstrativo entre ponto 1 e ponto 2, ilustração de marcação de pontos na estrutura selecionada para mapeamento, coordenadas ponto 2: 23K 657075.10 m E / UTM 7745583.56 m S, 2019.

Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

Figura 20: Ponto 3 e 4, ilustração de marcação de pontos na estrutura selecionada para mapeamento, coordenadas ponto 4: 23k 657311.68 m E / UTM 7745571.57 m S, 2019.

Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

A observação prévia do documento oficial proporcionou comparar os dados obtidos pelas pesquisas do LAPACOM/UFOP com as previamente realizadas pelos responsáveis do projeto de implantação do Parque. O que se tem notado até o momento, é a necessidade de adequar um sistema geodésico único de mapeamento às metodologias da arqueologia processual para facilitar o acesso e localização das estruturas demarcadas nas plantas baixas de acordo com os limites oficias do território do Monumento, além de fornecer informações essenciais de referenciais cartográficos para as futuras pesquisas arqueológicas de subsuperfície. O mapa e a imagem de satélite demonstrado nas figuras 17 e 18, evidenciam o complexo de estruturas selecionado para referenciar parte do trabalho realizado em campo nas atividades de mapeamento no setor noroeste do MNMAMQ.

Figura 21: Processo de marcação dos pontos 3 e 4 na estrutura selecionada para mapeamento, 2019.

Fonte: Acervo de pesquisa do autor.

A sistematização de dados obtidos proporcionou compreender melhor a forma, estrutura e o nível de degradação de algumas ruínas. Nos últimos meses, em parceria com a SEMA/OP e o IPHAN foi possível intensificar a investigação arqueológica na área

com o acompanhamento da arqueóloga Profa. Dra. Marcia Arcuri[14] (DEMUL/UFOP) e da arquiteta Profa. Dra. Fernanda Bueno (DEARQ/UFOP) em algumas ruínas demarcadas pela equipe do LAPACOM/UFOP em consequência da familiaridade com o local e a facilidade de acesso dos demais envolvidos na gestão do Monumento. Por se tratar de uma etapa do trabalho que demanda tempo e equipe qualificada nos procedimentos de conservação preventiva sob ótica museológica, análise patológica sob viés da arquitetura e investigação arqueológica processual, a produção de um termo de referência para as adequações necessárias segundo o olhar patrimonial ante as demandas de proteção das estruturas/ruínas do Parque frente a legislação brasileira com a Lei Federal nº 3924 de 1961 de proteção às jazidas arqueológicas, deverá ser feito junto aos parceiros responsáveis por sua gestão.

Esta perspectiva crítica lançada a partir da verificação dos conteúdos trabalhados, é imprescindível para a fixação de um novo georreferenciamento a fim de contribuir para preservação a partir do dimensionamento dos níveis de degradação das ruínas e a classificação dos marcos em categorias potenciais para os futuros trabalhos de escavação. Durante a vigência desta dissertação impulsionamos o cruzamento das indagações geradas pelos diversos trabalhos precedentes sobre a área e as atuais sistematizações de dados pautadas em metodologias prospectivas de caráter interventivo para que fosse avaliado por todos os parceiros envolvidos na gestão do patrimônio e que pudessem colaborar com as informações obtidas no processo de autorização para investigação arqueológica de subsuperfície.

Empreender tal movimento sob orientação metodológica em arqueologia, num contexto de ações já experimentadas através de processos museológicos comunitários (ARCURI; LAIA, 2016) junto às ações de extensão universitária em desenvolvimento pelo LAPACOM/UFOP ao longo de nove anos de serviço à comunidade nos bairros que circundam o MNMAMQ, oferece uma perspectiva diferente ao observar que as estruturas do sítio arqueológico necessitam de uma pesquisa mais ampla e mais profunda. Considerando a inserção destas indagações nos princípios que regem as diretrizes de trabalho demonstradas, evidencia-se que os resultados alcançados exprimem um avanço significativo aos processos investigativos pretendidos, tendo sido formalizados passos essenciais para garantir o rigor metodológico e a qualidade da pesquisa.

[14] As atividades de campo propostas nesta pesquisa acompanham o projeto “Pesquisa Arqueológica no Parque Municipal Morro da Queimada, em curso mediante portaria de autorização do IPHAN para as intervenções de subsuperfície publicada no Diário Oficial da União.

No cenário atual, estabeleceu-se uma parceria entre o LAPACOM/UFOP e o Instituto de Tecnologia e Inovação da Vale (ITV). Essa instituição privada de ciência e sem fins lucrativos, possui um amplo grupo de pesquisas e projetos voltados para a mineração e o desenvolvimento sustentável na sociedade. A ação colaborativa tem proporcionado avançar nos trabalhos de mapeamento de algumas áreas do Parque com os recursos que o ITV possui: veículos, equipamentos, instrumentos ou robôs que operam de maneira autônoma, comandados remotamente, em operação assistida ou automatizados em nível adequado às exigências de uma cadeia de processos inteligentes e otimizados. Além da robótica, a empresa parceira do ITV, Radaz, atua no mercado de sensoriamento remoto e utiliza a tecnologia SAR, ou Radar de Abertura Sintética, que utiliza ondas eletromagnéticas para obter imagens bidimensionais e tridimensionais de alta resolução da superfície e subsuperfície da Terra. O sistema é acoplado a um Drone de classe 3 com capacidade de voo de até 120 metros de altura, que realiza o trabalho de mapeamento de grandes áreas.

Figura 22: Análise robótica em Sarilho pela equipe do ITV, 2023.

Fonte: Acervo LAPACOM.

O primeiro trabalho realizado em conjunto com essas duas parcerias no Morro da Queimada se restringiu aos setores nos quais a equipe do LAPACOM/UFOP atua nas ações de prospecção, escavação e mapeamento. A equipe de robótica coordenada pelo Luiz Guilherme Dias de Barros, engenheiro mecânico, proporcionou através dos equipamentos do ITV uma visão mais ampla de sarilhos, galerias ou bocas de mina selecionados por nós, fornecendo imagens subterrâneas e dados geológicos de várias estruturas das quais o acesso é restrito, devido ao alto grau de risco para os membros da equipe prospectar. Já o Drone e o sistema eletromagnético oferecem uma visão macro do local podendo cobrir até 500 hectares por dia no modo linear e até 50 hectares por dia no modo helicoidal, gerando imagens da camada superior da vegetação e solo, o volume da vegetação e camada superior do subsolo. Esse processamento garante à equipe maior segurança para atuar em campo e proporciona dados geotécnicos capazes de decifrar estruturas ainda desconhecidas e suas respectivas localidades. Essas análises e dados serão disponibilizados em breve em relatório oficial. É apenas o início dessa pareceria que será levada adiante para auxiliar no aprofundamento da informação científica referente aos mecanismos utilizados na mineração no período colonial e seu desdobramento atual no monumento arqueológico.

Figura 23: Sensoriamento remoto por Drone, equipe da Radaz, 2023.

Fonte: Acervo LAPACOM

CAPÍTULO 3
ACERVOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS: CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DA ETNOGRAFIA ARQUEOLÓGICA PARA O ESTUDO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA CULTURA MATERIAL DA SERRA DE OURO PRETO

3. ACERVOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS: CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DA ETNOGRAFIA ARQUEOLÓGICA PARA O ESTUDO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA CULTURA MATERIAL DA SERRA DE OURO PRETO

Neste capítulo foi oferecido um preâmbulo para falar sobre a importância das viradas ontológicas no meio científico e academicista dando destaque para a arqueologia e seus desdobramentos na contemporaneidade. O enfoque é dado às múltiplas articulações que a etnoarqueologia, entendida como uma sub disciplina da arqueologia proveniente da antropologia, tem contribuído para o desenvolvimento de um estudo etnográfico da cultura material a partir da interpretação de contextos arqueológicos com a participação ativa, *in loco*, de lideranças comunitárias. Um breve texto de Odo Marquard nos auxilia ao refletir sobre esse tema através das bases da "Apologia Contingente", tese a qual defendeu o papel de interdisciplinaridade do saber, texto que desafia o leitor a interpretar os desencontros de dois campos do conhecimento que se cruzam na modernidade. O primeiro deles, a ciência do espírito, segundo o autor, precede às teorias naturalistas modernas do século XVIII proveniente de teorias teológicas, que contribuíram para as diversas possiblidades que o estudo dos grupos e das culturas humanas ao longo do tempo de forma horizontal nos apresenta a partir da observação empírica, metódica ou não, que deriva de um período onde o iluminismo combateu as bases absolutismo e do fundamentalismo que ainda reinavam como forma de dominação e imposição de "verdades".

Essa corrente de pensamento, ambígua no que tange ao seu surgimento e desenvolvimento de ideias, é complementar ao surgimento das novas formas de se interpretar o mundo. Associada às teorias impulsionadas pelo positivismo no século XIX pautadas em métodos quantitativos e experimentais, a ciência moderna congrega um misto de dualidade em termos que consolidação acadêmica que engloba em um curto período de tempo na evolução da humanidade um avanço intelectual na filosofia, na matemática, na física, na química, na linguística dentre outros campos institucionalizados em centros universitários.

A tentativa de "rompimento" das ciências humanas com as ciências duras da natureza produziu uma nova perspectiva. Tanto o estudo da mente e do espírito enquanto narrativas quanto a experimentação, são pré-requisitos para suas devidas

existências de modo que há cada vez mais correlação entre a fruição da globalização e os impactos causados no modo de viver do ser humano na diversidade. A constante adaptação às novas práticas e descobertas, cada vez mais produz um efeito negativo na relação com o mundo, compensado muitas vezes pela liberdade autônoma (FERNADES, 2009), conceito Kantiano que descreve como sociedade contemporânea pode proporcionar ao indivíduo a partir de uma escolha atribuída ou determinada pelo meio a sua iniciativa ou predisposição à liberdade. Esse processo subjetivo de experimentação e escolha faz com que os observadores e agentes percebam e interpretem suas diferenças culturais e pratiquem ou inventem sua própria tradição: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras impostas ou amplamente aceitas, de natureza simbólica ou ritual que visam inserir certos valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBSBAWN, 1997/2008).

As tradições em sua maioria, criam suas bases em contextos, políticos, familiares, econômicos e religiosos que se consolidam ao longo do tempo e criam um regime de historicidade (HARTOG, 2003) capaz de produzir progresso e dúvidas utilizadas para produzir continuamente resultados científicos, ou não, em relação ao seu mundo de origem e as fronteiras estabelecidas pelo relativismo cultural. Tal renúncia, entre o conhecimento científico e a mente sugestionada pela crença calcada de poder simbólico (BOURDIEU, 1986), estabelecem um embate experimentalmente testado que tornam o ser humano ao mesmo tempo mutável e resistente às diversidades e uniformidades da modernidade.

Essa dinâmica de forças, descrita por Kant em sua teoria da *“fundação da metafísica dos costumes”* (FERNANDES, 2009), exercem dentro de um contexto histórico, a necessidade de racionalizar a busca por significado e atribuição de valor fornecidos pelas ciências do espírito. A ambiguidade metódica provocada por essa dicotomia da diferenciação crescente, sustenta uma crise reverberada por uma certa negação da realidade onde a pluralidade impera nas relações humanas e no reconhecimento das ações proveniente dessas relações. Nesse sentido, o autor imprime em sua tese a três consequências desse fato que geram tensão; a desconfiança, o desencanto e a desorientação.

Estabelecidos esses três pilares, é possível enxergar nessa crise, discordante, um caminho para que a arte da hermenêutica possa fluir a fim de reintegrar e enquadrar o que a história dissolveu dentro das estranhezas da modernidade e seus limites. A reação referencial, compensa os danos causados pela modernidade objetificada e amplia o escopo de recuperação das narrativas precedentes com intuito de estabelecer e manter aquilo que se conhece. Portanto, há ainda no cerne dos diálogos acadêmicos,

a busca por equilíbrio do saber entre os dois campos do conhecimento dentro e fora das universidades. O principal questionamento, no que tange ao distanciamento e no possível estreitamento de laços intelectuais se estende a um ponto onde a transdisciplinaridade das diferentes correntes de estudo e pesquisa se convergem para um abismo sem fim, onde as principais discussões são uma tentativa de retirar o estranhamento, o isolamento científico e pragmático das relações acadêmicas com o viés de trabalhar em conjunto em prol da equalização de liberdade na diversidade. As perguntas a serem respondidas são muitas. Qual é o ponto de convergência capaz de alinhar ambos os campos e como isso poderá ser feito para encontrar uma saída para essa situação sem impactar no âmbito profissional dos acadêmicos ou prejudicar as bases fundamentais do conhecimento institucionalizado? De onde surgiu a Etnografia Arqueológica e como se aplica? Qual a sua relevância para a Arqueologia centrada em contextos históricos?

O uso do dado etnográfico ganha relevância por volta do século XV, época das grandes navegações e descobertas que serviam como fonte de informação e conhecimento para os grupos dominantes e seus referenciais teóricos. Por volta do século XVIII e XIX, já associado à arqueologia e à corrente de pensamento evolucionista, o uso do dado etnográfico sob uma analogia geral e direta permitiu interpretar o modo de vida das antigas populações (pré-históricas) europeias como similares às populações do “Novo Mundo” (TRIGGER, 2004). Essas interpretações contribuíram para aflorar a diversidade e ampliar o grau de comparação das populações em estágios culturais remanescentes do passado a partir do pressuposto de que elas teriam sofrido poucas transformações ao longo do tempo (TRIGGER, 2004).

Esse modelo à época restrito à tecnologia, foi fortemente combatido pelos acadêmicos ao pressuposto particularista de que cada cultura devia ser entendida em seus próprios termos, redirecionou a perspectiva da arqueologia e diminuiu o interesse pelo dado etnográfico e pela analogia como recurso interpretativo até meados do século XX. (TRIGGER, 1992).

> Ascher (1961) propôs estratégias para colocar a analogia “sobre uma firme estrutura”: 1) selecionar, no infinito conjunto de possibilidades analógicas, a que oferece melhor solução ao problema pesquisado; 2) realizar um inventário sistemático da literatura etnológica, principalmente sobre os processos de produção dos itens materiais; e 3) coletar as informações nos próprios contextos etnográficos, mas tais dados deviam se concentrar nos processos de transformação contínua a que são submetidos os materiais utilizados cotidianamente por uma comunidade (p. ex.: produção, uso, reúso, descarte e decomposição dos elementos). (SILVA, 2009).

Trata-se de uma revolução cunhada pelas correntes de pensamento baseadas no relativismo cultural, conceito desenvolvido a partir de teorias antropológicas como as ideias fundamentadas por Franz Boas, que combatia as bases do etnocentrismo caracterizado pela tentativa de homogeneização das culturas sobre o domínio colonialista e imperialista proveniente do continente europeu. À medida que acadêmicos centralizados nas ciências humanas e sociais postulavam suas teorias embasadas em novas formas de se interpretar as culturas a partir de seus próprios códigos, imbuídos de caráter singular para evitar as comparações hierarquizantes das práticas, costumes e crenças, essa oposição à categorização de culturas como “superior” ou “inferior”, definiu valores completamente diferentes para o estudo antropológico resistiu e/ou superou às críticas impostas pela diversidade e a cristalização das culturas como aspectos de violência: “culturas que, digamos, legitimam o sacrifício humano, a escravidão ou o tratamento de mulheres como seres inferiores” (BERGER; ZIJDERVELD, 2012 ,p.42)

A desconstrução de padrões negativos calcados em expressões ideológicas de interesse político e econômico, revolucionou automaticamente o conceito de tendência mais humanitária composta por um ímpeto de busca pela verdade que desencadearam uma nova metodologia de análise de culturas arqueológicas posicionada pela corrente difusionista. A ênfase dos estudos passou à classificação tipológica e estilística dos conjuntos artefatuais que foram interpretados como representando a distribuição geográfica e a cronológica dos povos do passado, numa tentativa de relacionar cultura material a grupos étnicos (SILVA, 2009). Atrelado aos mecanismos da migração, o modelo interpretativo sob o viés processualista adaptável a diferentes contextos históricos, permitiu através das análises de regularidade e variabilidade interpretar os princípios gerais do comportamento humano e estabelecer generalizações interculturais da relação homem com universo material e consolidou suas bases nas variações étnicas e regionais dentro de determinados períodos históricos.

De imediato a interação direta com os povos passa a ser pré-requisito para analisar e interpretar as diferentes populações e seus processos de subsistência. Essa corrente foi alterada pelo uso do funcionalismo britânico, que dentro dos estudos associava a análise de contextos a um sistema de culturas, a qual “abandonou-se a ênfase na relação cultura material e etnicidade, substituindo-a pelo objetivo de entender como viviam as sociedades do passado” (SILVA, 2009).

O final desse período de provações, já em meados do século XX consolidou a necessidade de usufruto etnoarqueológico como ferramenta essencial para criar

hipóteses e estudar determinados contextos na arqueologia em conjunto com a variabilidade do comportamento humano. As críticas ainda eram vigentes, a exemplo de (BINFORD, 1968, p. 269 *apud* SILVA, 2009, p.125) defendia que o "entendimento do passado não é simplesmente uma questão de interpretar o registro arqueológico através da analogia com sociedades vivas", sendo necessário desenvolver métodos que permitam "relacionar os fenômenos arqueologicamente observados às variáveis que, embora observadas de diferentes formas entre as populações vivas, possuem valor explicativo".

Mesmo com as divergências a analogia perdurou e ganhou força em diferentes variáveis e estratégias de pesquisa identificados por diferentes profissionais ao redor do globo, como menciona Fabíola Silva: "aspectos de adaptabilidade ao ambiente dos aborígenes, estudado na Austrália por Richard Allan Gould (1971), padrões técnicos de residência e formação de sítios na África por John Yellen (1977), estratégias de caça e descarne dos Nunamiuts no Alaska, Lewis Binford (1978)". Dentre outros, para citar apenas mais dois, Carol Kramer (1979) e Michael Brian Schiffer (1978) também contribuíram para solidificar o estudo do comportamento humano e da cultura material de populações contemporâneas a partir de dados etnográficos úteis como fonte direta na interpretação dos vestígios arqueológicos.

Com o avanço das pesquisas, a necessidade de impor limites ao conjunto de hipóteses sob a caraterização de semelhanças e diferenças a ser testado em relação aos dados arqueológicos dentro de regularidades e particularidades do comportamento humano se evidencia a partir narrativas e discursos sobre sociedades ainda com reflexos tardios de uma estrutura social cheia de objeções, detentoras ou não, de continuidade histórica que capacitasse defender argumentos explicáveis e replicáveis. Bruce Trigger (1978) defendeu esse método de contraste e variabilidade quando associados a longos períodos de extensão temporal, como sendo um pilar importante para o entendimento dos processos culturais. Tal abordagem, extremamente útil ao pesquisador, reverberou no meio acadêmico e promoveu polêmicas teóricas, dividindo opiniões à favor da analogia dos registros e em detrimento da analogia, como apontou Gould ao citar pelo menos três falhas por ele elencadas ao utilizar o método de "assinaturas" como ocorrências testáveis no registro de comportamento e resíduos materiais: limitação para interpretação de comportamento ainda existentes, insuficiente número de semelhanças para interpretação e consequente falha ao explica a variabilidade.

Toda discussão e debate foi reformulada por Ian Hodder (1982) ao postular a noção de "analogia relacional", a qual induziu a procurar o maior número de

similaridades possível entre contextos funcionais acrescidos de caráter simbólico. A partir dessa nova corrente de pensamento de caráter pós-processualista, novos conceitos e problemas foram incorporados à pesquisa etnoarqueológica, e o objetivo passou a ser o estudo e a compreensão dos aspectos simbólicos da relação do homem com o mundo material. Para Ian Hodder (1982, p. 26), o uso apenas da analogia etnográfica formal é falho, pois se levarmos em consideração apenas as características técnicas e estruturais as similaridades serão fortuitas e facilmente contestadas.

> Para Kent (1987), a abordagem etnoarquelógica tem objetivos distintos das abordagens mencionadas acima, pois seu propósito principal não é reconstruir uma história cultural, tampouco identificar analogias. A etnoarqueologia deve ser desenvolvida para possibilitar ao arqueólogo apreender os processos culturais relacionados com temas/problemas gerais, como, por exemplo, organização tecnológica, uso do espaço e mudança cultural. Segundo Kent (1987, p. 37), o etnoarqueólogo desenvolve sua pesquisa a partir de uma problemática arqueológica e busca, no dado etnográfico, a base "para a formulação e teste de hipóteses, modelos e/ou teorias a respeito do seu interesse e retorna ao registro arqueológico para implementar o conhecimento alcançado a partir do dado etnográfico". O etnoarqueólogo busca um entendimento mais amplo e comparativo sobre os fenômenos culturais e não informações particularistas do tipo "aquele objeto A e a sala B foram usados do modo C ou D". (KENT, 1987, p. 42). Assim, Kent definiu a abordagem etnoarqueológica como sendo uma estratégia de pesquisa com o objetivo de identificar princípios gerais ou estruturais do comportamento humano com relação ao mundo material. (SILVA, 2009).

No que tange a esse longo debate de décadas," a etnoarqueologia (como um campo investigativo da arqueologia) não deve ser entendida como analogia, mas como uma abordagem que visa a trazer referenciais etnográficos que sirvam de subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado (SILVA, 2009). Nesse sentido, em termos metodológicos, o trabalho inclui a pesquisa bibliográfica e museográfica, pesquisa experimental de campo *in loco* e análise etnográfica das manifestações materiais de suas atividades. Essa cadeia operatória visa procurar e resgatar informações sobre o modo de vida das populações contemporâneas "nativas" da região de estudo e sua correlação com seus antepassados. A busca por identificar padrões territoriais de locomoção, subsistência, processos produtivos, costumes, modelos de assentamento e todos os aspectos simbólicos e significantes de sua cultura, impactam direto sobre o uso e interpretação dos materiais encontrados no local e qual a sua relação direta com essas matérias-primas que condicionaram o modo de vida e a sua perpetuação no espaço tempo.

Com esse método, torna-se possível trabalhar *in loco* com artefatos/itens coletados nesses contextos e adquirir informações sobre o seu uso e fabricação e as possíveis transformações ocorridas observadas pela padronização arqueológica de comportamento. Configura-se com uma observação participante, onde cada etapa de trabalho é verificada, documentada e analisada a fim de produzir dados coletados a partir de vários elementos encontrados no contexto/registro de estudo. Durante o processo de pesquisa de campo, o responsável deve descrever todas essas etapas que configuram a cadeia operatória e observar o comportamento cotidiano da população ativa no local. É fundamental entender a dinâmica do presente para investigar o passado, vivenciar e contextualizar todos esses processos permite ao pesquisador visualizar a totalidade do sistema cultural e, assim, compreender significados mais amplos de ordem prática ou simbólica. Ao imergir no cotidiano e registrar as experiências vividas, pode-se ter uma visão mais abrangente do uso do espaço e a sua pluralidade de atividades facilitando o resgate de dados materiais quantitativos.

Em meio ao debate de conceitos no âmbito de práticas arqueológicas pautadas no sentido de compreender os modos de apreensão da materialidade do passado, no presente (HAMILAKIS, 2016), tem sido empregado a partir dos trabalhos desenvolvidos no Morro da Queimada tanto o processualismo da *"New Archaelogy"*, como o pós-processualismo dos anos 80 e 90 descritos no primeiro capítulo desta dissertação. Esta forma investigativa transdisciplinar "visa construir referenciais etnográficos como subsídio às interpretações arqueológicas e sua correlação com o estudo da cultura material a partir de perspectivas arqueológicas contemporâneas que trazem uma abordagem de estudo de caso equilibrado incluindo exames morfológicos dos artefatos a partir do estudo das comunidades atuais e sua relação com o mundo material produzido no passado e ressignificado no presente. "Ou seja, a prática etnográfica está engendrando uma possibilidade de transformação da disciplina rumo à decolonialidade do saber arqueo-lógico" (SILVA, 2022, p.275).

3.1. Etnografia Arqueológica da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII): contexto de escavação no Morro da Queimada

O primeiro e abrangente estudo daquilo que as escavações recentes no Morro da Queimada têm demonstrado como potencial para reunir dados essenciais para as possibilidades e desafios de interpretação da arqueologia colonial em Minas Gerais desenvolvida durante os séculos XVIII e XIX é evidenciado pelos desdobramentos dos registros e processos de documentação das ações em curso associadas aos trabalhos da arqueologia e museologia comunitária. Enfoque foi dado aos métodos mais

processuais da arqueologia histórica e da etnoarqueologia como uma ferramenta fundamental para articular as narrativas sobre a trajetória da ocupação territorial e o trabalho da etnografia arqueológica que busca refletir sobre diferentes aspectos “da relacionalidade dos líderes comunitários/pessoas coisas, fauna/flora e materiais e a sua potencialidade para a compreensão da materialidade do passado no presente” (SILVA, 2022, p.275).

A fim de enriquecer as discussões acadêmicas com todos os envolvidos nos processos de investigação e pesquisa no sítio arqueológico e entorno, maior atenção foi dada a aproximação com os agentes responsáveis pela gestão e salvaguarda do patrimônio em questão para elucidar “como diferentes coletivos humanos se apropriam das coisas arqueológicas e engendram paisagens culturais nos termos das suas representações simbólicas e identidades” (SILVA, 2022, p.276) e os possíveis desdobramentos dessa relação para o desenvolvimento e transformação das práticas e dos conhecimentos arqueológicos em termos científico, social e político. Neste caso há um enorme conjunto de vestígios que constituem um rico acervo de informações a serem pesquisadas e um patrimônio a ser preservado, “trata-se de uma prática (auto) reflexiva que implica na relação dialógica com as populações locais no que se refere à interpretação e gestão do patrimônio arqueológico” (SILVA, 2022, p.274). Nos últimos anos, a necessidade de proteção é cada vez mais urgente, em vista da expansão urbana desordenada sem correlação com a preocupação com a preservação de tais vestígios e a consequente depredação do patrimônio por diferentes tipos de agentes, o que nos leva a refletir sobre questões importantes do processo de constituição da sociedade mineira.

Por se tratar de um sítio arqueológico constituído a partir de um intenso processo de mineração durante o período de extração aurífera na região de Minas Gerais, em busca de metais preciosos justificada pela perspectiva mercantilismo pulsante durante o período colonial no Brasil, as metodologias de trabalho de campo interventivo requerem uma abordagem muito utilizada pela arqueologia histórica[15], uma subdisciplina que no final do século XX deu enfoque à recuperação de passados e identidades de grupos subalternos que foram marginalizados, escravizados e/ou silenciados nos registros escritos ao longo do desenvolvimento da ideologia e domínio capitalista pelas grandes nações europeias imperialistas desde o século XV. No que tange à descoberta do ouro, a região sofreu um intenso movimento de ocupação no final

[15] A arqueologia histórica, em seu sentido mais amplo, compreende um conjunto de teoria e métodos para extrair informações e um modo de pesquisar o passado através das edificações, ruínas, estruturas e artefatos de 1500 até os dias atuais (FUNARI, 2007 apud ORSER JR, 1992).

do século XVII, momento em que os paulistas Antônio Dias de Oliveira, Francisco Bueno da Silva, Thomaz Lopes de Camargos e o Padre João de Faria Fialho descobriram ouro de aluvião na região, dando origem a “corrida do ouro” em direção ao interior do país formando um novo centro de produção e consumo.

Esse episódio consolidou a formação de uma sociedade heterogênea e estruturada em hierarquias, repleta de conflitos provenientes dos mecanismos de opressão e resistência pela presença do Estado português que detinha interesses na acumulação dos metais a partir do controle político fiscal das remessas extraídas sob cobrança de imposto. Outro fator importante nesse período de efervescência populacional foi o desenvolvimento de atividades paralelas à mineração, como o comércio e a agricultura. Desde o início, a produção de alimentos como principal forma de subsistência foi desenvolvida para os mercados rural e urbano. Os primeiros relatos da nova vida socioeconômica no Brasil são descritos por vários naturalistas (viajantes) no século XIX, tais como, Auguste de Saint-Hilaire “*Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*” (1830), Richard Francis Burton *"The Highlands of Brazil"* (1869), Jonh Luccock *“Notes on Rio de Janeiro and the Southern Part of Brazil; taken during a residence of ten years in that country*” (1808 to 1818), Jonh Mawe “*Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country*” (1812) dentre outros que de forma literária, poética e rigor historiográfico contribuíram para elucidar esse efervescente cenário de ocupação.

Além das obras que concentraram suas observações nos aspectos socioeconômicos da época sobre o ciclo do ouro em Minas Gerais, outros autores como Wilhelm Ludwig von Eschwege, desenvolveram trabalhos referente aos processos extrativos e técnicas de mineração utilizadas com o intuito de produzir o tão cobiçado minério. Conhecido por Barão de Eschwege importante metalurgista, mineralogista e geógrafo contratado pela coroa portuguesa publicou sua principal obra “*Pluto brasiliensis”* em 1833 para expandir o estudo do potencial aurífero do país. De forma minuciosa descreve as técnicas, procedimentos e estruturas desenvolvidas na região das Minas Gerais e é considerado o mais completo relato sobre os recursos minerais do Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Os relatos e obras sobre os principais locais onde foram desenvolvidas as atividades de mineração no Século XVIII e seus desdobramentos na sociedade, hoje representam um imensurável conjunto de estruturas e ruínas que reportam às técnicas e procedimentos utilizados na época mescladas ao desenvolvimento social e urbano da antiga Vila Rica. Na fase áurea de 1750, segundo Ferrand (1894 *apud* SOBREIRA, 2014), cerca de 80 mil trabalhadores livres ou escravos desempenhavam suas funções

nas minas da região. As atividades eram de alto risco, os métodos eram rudimentares, precários e eram frequentes as ocorrências de desabamentos e a morte de escravos, como exposto neste trecho: “nestes buracos morrem muitos negros sufocados com o cheiro dos metais e com a pouca segurança da terra” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 48).

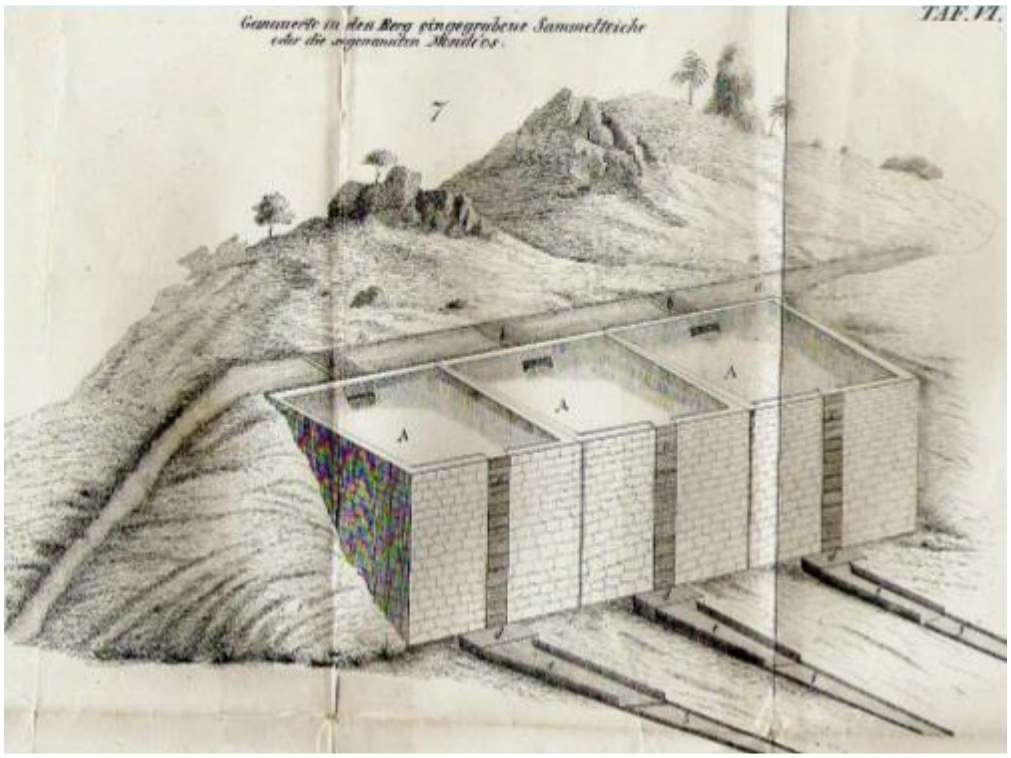
De acordo com as hipóteses de Carlos Magno Guimaraes, um dos principais atores da arqueologia da mineração no Brasil, defende a tese que existiu na primeira metade do século XVIII uma extensa rede de abastecimento consolidada na pecuária, que aparece como atividade de caráter escravista submetida ao risco de imposições fiscais onde predominava o gado bovino, além do cavalar e dos muares, caprinos e ovinos (GUIMARAES, 2005). Além disso as atividades de transformação destacam-se aquelas que envolviam o leite (queijo); a cana-de-açúcar (rapadura e aguardente); a mandioca (farinha e polvilho); e o milho (fubá e farinha), (GUIMARAES, 2005). O estudo da arqueologia da mineração dispõe de uma gama de análises e assuntos potenciais a respeito do cotidiano no garimpo, nas minas, da cultura material dos mineiros, suas identidades, organizações e formas de apropriação do espaço que são informações escassas ou quase nulas, abrindo portas para que as pesquisas contemporâneas investiguem para além da tecnologia e das técnicas pouco documentadas sobre as habitações e comunidades, explorar os movimentos sociais que envolvem os grupos étnicos sua a economia e sua política.

É nesse contexto de indagação e pesquisa da atividade minerária que as escavações no Morro da Queimada se iniciam a partir de evidências em superfície onde foram realizadas sondagens em uma região do sítio que se concentra um grande número de infraestrutura (edificações civis de vários tipos) e recursos técnicos que incluíam (canais, desvios, molinetes, muros de arrimo etc.); (GUIMARAES, 2005) articulados em função da natureza da jazida e dos recursos disponíveis. Conforme descreve Lima Júnior (1978, p. 47) existem também as minas sarilho, uma rede buracos de duzentos e trinta palmos de fundo (poços verticais cilíndricos) além de “galerias subterrâneas (minas), ruínas de mundéus (Figura 24) reservatórios construídos em alvenaria de pedra (barragens feitas para retenção lamas auríferas desmontado das encostas lavadas), barragens para retenção de água para as atividades mineiras” (SOBREIRA 2014, p19) e sedimento revirado resultado da extração do sedimento de seu depósito original e a lavagem para apuração. Essa técnica permitia aos mineradores aproveitarem os depósitos auríferos situados nas partes elevadas, que atingiam misturados a areia, seixos e terra cerca de 1,50 a 2,50m de espessura. “A dimensão destes trabalhos e as formas resultantes na paisagem são exemplos marcantes da ação

antrópica no meio físico, do trabalho do homem como agente geológico e seus reflexos nos locais de extração” (SOBREIRA 2014, p19).

A grande maioria dos vestígios arqueológicos vigentes na Serra são um reflexo dessa cadeia operatória minerária do antigo arraial, descrita acima, que hoje compreende cerca de 10% de estruturas ainda em condições de análise, estudo e preservação. O complexo sofreu deterioração por conta de fatores climáticos, ambientais e principalmente por ação antrópica, o principal responsável pela descaracterização do cenário aurífero em vista do intenso processo de urbanização no território.

Figura 24: Desenho de mundéus elaborado por Eschwege (1833)



Fonte: Renger[16] (2012)

[16]Disponível em: <https://pt.slideshare.net/museuminasmetal/historia-do-ouro-no-brasil.> (Acesso em: 13 dez. 2023).

Figura 25: Prospecção, tradagem e crivação de material lítico, 2022

Fonte: Acervo LAPACOM

Por se tratar de uma área de extração complexa, onde os vestígios não estão isolados, mas interligados entre si a uma rede de funcionamento de sistemas hidráulicos e canais atrelados a etapa/fases extrativas dos depósitos explorados conhecidos como grupiaras[17], que ocorriam nos flancos das montanhas, e os veios auríferos associados a abertura de minas para a exploração subterrânea, a agregação dos registros escritos para identificar, investigar e estudar os vestígios, fazem parte dos métodos de escavação e registro arqueológico normalmente utilizados para correlacionar todo o conjunto que remete a organização do trabalho e seu funcionamento.

Toda informação coletada previamente serve de base para as análises da remoção de camadas de material geológico, como terra, sedimentos, rochas para que os objetos alvo sejam acessados e extraídos. Após a remoção dos vestígios encontrados se realizam trabalhos em laboratório, como uma continuação da triagem

[17] As grupiaras consistem em depósitos nos flancos das montanhas, cujo método de extração era feito por canoas, em que o desmonte era conduzido por canais que separavam o material pesado.

do material que passará por procedimentos de lavagem, inventariação e estudos envolvendo todo o contexto no processo de escavação. Além disso, a análise dos objetos recolhidos associados aos referenciais bibliográficos e às informações obtidas junto a fontes orais que nos auxiliam na prospecção sistemática e consequente identificação de áreas potenciais para escavação e conclusão do trabalho permitem uma possível reconstrução da memória histórica ligada a estes objetos.

Um grande exemplo desse trabalho de “resgate da memória” em conjunto com as comunidades é o Senhor Luíz Gordiano que mora em frente à entrada noroeste do MNMAMQ e à Capela de São João Batista no alto do Morro da Queimada com vista para o Pico do Itacolomi e a Serra do Caraça. O patrono escolhido pelo paulista Antônio Dias de Oliveira foi devido à data que chegou ao local em – 24 de junho de 1698 e impulsionou a construção da Capela em 1699.

Figura 26: Fotografia da Capela de São João, 1935.

Fonte: Livro “Villa Rica” de Alcibíades Delamare, 1935

O Senhor Luiz trabalha para a Irmandade que luta para preservar a Capela e manter viva tradição da festa de São João em 24 de junho. Por ser morador da região com herança familiar no território que remonta há um século de história, Sr. Luiz tem

contribuído com a equipe contando relatos de suas vivências no entorno do antigo complexo minerador nos auxiliando a interpretar os cursos d'agua, a identificar estruturas edificadas, a entender diferentes usos do local ao longo dos últimos 100 anos devido ao desenvolvimento urbano, nos diz sobre as condições de moradia, bem como o processo de modificação da paisagem a partir das novas ocupações e a ressignificação desses espaços de lavras e jazidas de mineração.

Já o processo de recolha de artefatos/itens nos trabalhos de campo, se realiza através de julgamentos e decisões conjuntas com a equipe de trabalho tomadas com rigor metodológico pela arqueóloga responsável pela escavação, Prof. Dr. Marcia Arcuri (DEMUL/UFOP). A maior parte do material encontrado é proveniente da utilização do método tradicional de sistema de quadrículas desenvolvido por Mortimer Wheeler (1954) precursor da escavação em camadas com intuito de obter conclusões acerca da proveniência dos objetos encontrados em uma determinada camada como forma de coletar de informações para registrar, descrever e reconstituir os processos deposicionais gerando dados.

Nesse sentido, foram definidas três unidades de trabalho divididas inicialmente em quadrículas de 1x1m. Após as primeiras sondagens e definidas as três unidades amarradas por linhas em estacas fixadas ao terreno e definido o Datum como referencial do nível das cotas mais ou menos iguais, foi utilizando o método de escavação manual em superfícies amplas definido por Leroi-Gourhan (1950; 1972) e o aprimoramento das ideias de Wheeler por Edward Harris (1989) que defendia que todos os níveis estratigráficos devem ser identificados, individualizados e referenciados, tanto na horizontal como na vertical.

Com o apoio desses referenciais teóricos e metodológicos, os trabalhos de prospecção e escavação executados no Sítio: M.Q, Setor: caixas, zona Noroeste do MNMAMQ, área de concentração de processos de caixas modulares paralelas com cerca de 60 cm de profundidade, guiaram os primeiros passos para dar início à interpretação arqueológica acerca dos mecanismos utilizados para realizar a lavra do cristal de quartzo a céu aberto ou em tanques de pouca profundidade.

As primeiras hipóteses formuladas sobre a cadeia operatória do processo de extração do veio de quartzo e seu processamento de acordo com a literatura da garimpagem, parte do princípio que fora realizada por meios artesanais e manuais que envolvem pás, picaretas e carregadeiras de pequeno porte (MORI, 2007); (LIMA, 2015).

Figura 27: Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade B, registro da quadrícula, 2023

Fonte: Acervo LAPACOM

Em busca de respostas para melhor compreender esses métodos, os trabalhos de escavação foram iniciados utilizando a metodologia de Leroi Gourhan, aplicada a partir do método de *décapage*, que consiste na escavação horizontal utilizando como ferramentas específicas como colheres, espátulas, trincha, podão, pincel e picaretas seguindo a topografia das camadas estratigráficas naturais do solo, deixando em evidência o estrato arqueológico para facilitar a análise e interpretação do contexto. A análise do perfil estratigráfico seguiu o método de seções definindo interfaces e depósitos como unidades seguindo os parâmetros definidos por Harris (1989; 1993) a fim de simplificar a distribuição estratigráfica do solo e os elementos encontrados, sejam estes naturais ou antrópicos. A identificação do material encontrado foi feita no momento do processo de escavação, na extração do resíduo com auxílio de baldes e posterior crivação da terra com auxílio da peneira, etapa importante de separação do refugo de possíveis vestígios ainda encobertos.

A exemplo das unidades A, B e C, localizadas no sítio: M.Q, setor: caixas que foram escavadas com o mesmo método descrito acima, encontrou-se majoritariamente

partes do afloramento geológico da Anticlinal de Mariana, formado por rochas arqueanas do Supergrupo Rio das Velhas e proterozoicas do Supergrupo Minas, que se encontram justapostas (LADEIRA, 1988). O Anticlinal de Mariana é uma estrutura regional que se encontra na porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, enquanto a Serra de Ouro Preto-MG se localiza no flanco sul do anticlinal, a Serra de Antônio Pereira, (Figura 29) e no flanco nordeste onde se situa a área de prospecção e escavação, observa-se uma paisagem bem diversificada, com características integradas às inúmeras combinações das estruturas geológica e geomorfológica existentes, com morros arredondados, escarpas, topos de morros, relevo de planaltos e relevo ondulado (NASCIMENTO, CASTRO, 2019), onde encontra-se matéria orgânica, camadas de queima, argila, quartzito, hematita, filito, canga, bauxita, xisto dentre outros elementos identificados.

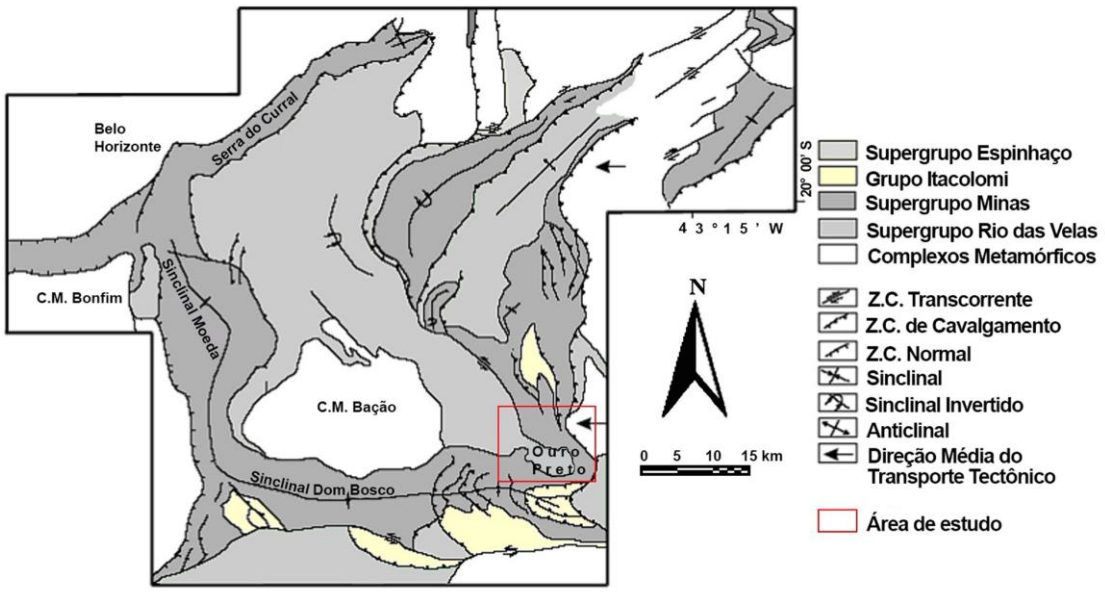
Figura 28: Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade A, registro da quadrícula, 2023

Fonte: Acervo LAPACOM

O quartzo, material de grande ocorrência no setor, está entre os minerais mais abundantes da crosta terrestre, cerca de 12%. Possui estrutura cristalina trigonal

composta por tetraedros de dióxido de silício, SiO2, comumente chamado de sílica e tem ocorrência na composição de rochas, sedimentares, metamórficas e magmáticas na forma policristalina (quartzito, calcedônia e ágata), monocristalina (quartzo hialino, ametista, citrino, etc.) e amorfa (GUZZO, 2008; MARQUES, 2013). O mineral varia de transparente a translúcido, geralmente incolor, leitoso em algumas espécies, podendo se tornar colorido na presença de impurezas químicas e apresenta brilho vítreo (BARBOSA; PORPHÍRIO, 1995).

Figura 29: Mapa geológico simplificado do Quadrilátero Ferrífero mostrando a área de estudo.



Fonte: extraído de Guerra (2010), adaptado de Alkmim e Marshak (1998). Z.C.: zona de cisalhamento; C.M.: complexo metamórfico. Mapa geológico simplificado do Quadrilátero Ferrífero mostrando a área de estudo.

Na unidade A representada pelas figuras 28, 30 e 31, conseguimos observar ao longo das etapas de escavação seguindo o perfil estratigráfico natural do solo que o local aparenta ser um grande complexo de processamento de quartzo e possui muitos indícios de ser também um local que comportava grandes braseiros, evidenciados por uma extensa área de queima grossa, a qual segundo observações do Professor Hernani Mota de Lima da Engenharia de Minas (DEMIN/UFOP) e da moradora da região Angélica Goncalves Pereira mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio – (PPGTURPATRI/UFOP) formulamos em conjunto a hipótese da utilização

do método de termo fissão[18]: um processo de combustão lenta e constante para aquecimento dos blocos de quartzo extraídos dos veios existentes nas galerias de mina e posterior resfriamento com água corrente para fragmentar o cristal e acessar o ouro nele contido. A necessidade de utilizar essa técnica é destacada pela sua dureza 7 na escala de Mohs, cuja densidade específica é de 2,65 g/cm3, possui alta resistividade elétrica, com índice de refração de 1,544-1,553 e ponto de fusão entre 1.713 a 1.756 ºC (ABDALLAH, 2010).

Figura 30: Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade A, registro de perfil estratigráfico, 2023.

Fonte: Acervo LAPACOM

Essa hipótese é ainda reforçada pelo grande número de refugo de quartzo triturado dentro da unidade e de todo o complexo estrutural que se estende por uma área de grande concentração de estruturas retangulares e galerias. Os achados nessa

[18] Definições de Oxford Languages. 1. ato ou efeito de fender, de cindir; cisão, separação.

unidade se restringiram, até o momento, em fragmentos cerâmicos que reforçam essa teoria como princípio de existir nesse local materiais construtivos de possíveis abrigos ao redor dos possíveis braseiros e dos pontos processamento da mineração, evidenciados pelo grande número de sarilhos e cavas próximas às três unidades.

Figura 31: Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade A, fragmento cerâmico – Nível 80-90cm, 2023.

Fonte: Acervo LAPACOM

Já o processo de demarcação e escavação nas unidades B e C, ainda de menor proporção, observou-se a presença de grandes rochas sedimentares e canga “que consiste em uma “massa argilosa impregnada em alto grau de óxidos de ferro, ou por serem constituídas de itabiritos que são rochas com alto teor ferrífero” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 43), anteriormente conhecida como tapanhuacanga responsável pelo aspecto rude da paisagem. Essa particularidade do solo dificultou a técnica de escavação por perfil natural, sugerindo-se, desse modo, que nesta direção localiza-se uma possível estrutura base de tanques e aquedutos do Setor: caixas que está inserido em um amplo complexo minerador que circunscreve diversas estruturas edificadas.

Figura 32: Sítio M.Q – Setor Caixas – Unidade B, primeiro cravo selecionado para coleta. Nível superfície, 2023.

Fonte: Acervo LAPACOM

Nestas duas unidades menores foram encontrados três objetos ferrosos (cravos) o que indica a hipótese de terem sido utilizados como ferramenta no processo de extração aurífera para auxiliar na fragmentação do quartzo ou como elementos construtivos de assentamento e abrigo. Após finalizado o período de escavação em dezembro de 2023, as unidades foram fechadas devido ao forte período de chuva e para maior segurança dos moradores, transeuntes e dos animas como cavalos e cachorros que transitam pelo local.

3.2. Documentação Museológica: procedimento fundamental para registrar informações

> *Quando musealizamos objetos e artefatos com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora, a informação pressupõe conhecimento (emoção/ razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações).* (GUARNIERI, 2010, p.205).

Para ponderar sobre a documentação museológica é preciso considerar a carga de informações que os objetos selecionados para compor o acervo da instituição carregam. Os museus necessitam gerenciar as etapas que congregam a pesquisa, a preservação e a comunicação dos bens adquiridos em consonância com o gerenciamento das práticas administrativas que direcionam as etapas que envolvem o tratamento da informação dos objetos museológicos e o registro dessas atividades. Trata-se de um vasto campo de aplicação da Museologia que desenvolve um conjunto de informações sobre os itens de cada objeto do acervo e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e imagem (CEVAROLO; TALÁMO, 2007). O principal motivo da coleta de dados e da disponibilização dos mesmos, está associado aos sentidos e valores que as informações podem legar aos bens culturais. A grande questão que envolve os profissionais responsáveis por essa cadeia operatória de trabalho é: documentar o quê? Para quem? Como?

> A documentação é o procedimento fundamental para registrar todas as informações a respeito de artefato, como sua história e suas características físicas. No decorrer de todo processo de coleta, limpeza e conservação do artefato, o pesquisador deverá realizar a documentação minuciosa das ações que empreende, através da elaboração de relatório completo de suas atividades. Assim, serão registradas informações dos materiais utilizados para acondicionamento das intervenções e de todos os procedimentos realizados nos artefatos com registro fotográfico (antes e depois do tratamento), especificando os métodos de tratamento realizados, comentários e análises. (GRANADO; CAMPOS 2015, p.10).

Tais questionamentos podem ser discutidos a partir do referencial teórico do campo da Museologia que permite aos agentes pensar no processo de documentação e gestão de acervos como uma função norteadora das etapas do “fazer museológico”. Antes de indagar acerca das práticas mencionadas acima, é necessário compreender o que é documento e sua relação com o universo da cultura material. A noção de documento provém de qualquer objeto que tenha sido produzido por ação antrópica a ou pela natureza que representa dentro de contextos culturais fatos do real advindos de

práticas interpretativas intrínsecas[19] e extrínsecas[20] caracterizadas por seus usos e significados distintos. Esses atributos são os responsáveis por estabelecer a função, origem e o formato da informação. A informação, por sua vez, é a responsável por dar destino e finalidade aos processos culturais que carecem de elementos que possam legitimar os fundamentos sociais e naturais que compõe a estrutura comunicativa que emite a mensagem informacional, entendida pela seguinte colocação:

> A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referência o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisseia individual no espaço e no tempo. (BARRETO, 1994, p. 3)

Diante desses conceitos, de forma geral, o aspecto que tange a consolidação das práticas do "fazer museológico" no registro de informação concebe a organização que permite a produção de conhecimento em forma impressa ou escrita (livro, folheto, revista, mapas etc...) que oferecem prova e testemunho como suporte de pesquisa científica ou instrumentos de comunicação. Ao analisar a cadeia de ações do processo documental, fica evidente a origem dos clássicos questionamentos. De que esse objeto é feito? Quem o Fez? Quando foi feito? Quanto mede? Quanto pesa? *Etc*.

O questionamento exposto, indicia que boa parcela da cultura material possui uma carga de significação, a qual fornece informações quanto à técnica construtiva (tecnologia), morfologia, iconografia, função e principalmente o produto concreto de reprodução da vida social. Dessa forma, são considerados como produtos e vetores das relações sociais (ULPIANO, 1983), ou seja, "são a manifestação de ações, percepções e sentidos a partir dos sistemas de objetos, das representações artísticas e dos padrões arquitetônicos identificados" (SILVA, 2011, p.7).

Essas indagações no sentido das classificações patrimoniais, sobre os conceitos de materialidade e imaterialidade dos bens culturais, são de extrema importância para as instituições museológicas situadas entre a memória e a história na representação de patrimônios a partir de coleções. Segundo (GONÇALVES, 2005) a noção de Patrimônio Cultural sob perspectiva da antropologia a partir de análises etnográficas, em suas múltiplas dimensões sociais e simbólicas é uma expressão de identidades e memórias "construídas ou "inventadas" por grupos humanos ao longo do tempo. Nesse âmbito, os

[19] Informações obtidas pela análise das propriedades físicas do objeto.
[20] Informações obtidas pela análise de contextos externos ao objeto, como: fontes bibliográficas.

objetos categorizados como fonte histórica e documental passam a ser o centro nas interpretações da cultura material e sua inserção na compreensão de fenômenos históricos (ULPIANO, 1983).

O ponto importante aqui tratado, diz respeito à capacidade dos artefatos materiais quando pensados enquanto “patrimônios” – “o patrimônio aqui entendido enquanto categoria de pensamento em assumir múltiplas formas no tempo e no espaço – formas institucionais, rituais, textuais” (GONÇALVES, 2005, p.29). Nesse sentido, a busca por encaixar as relações existentes entre a cultura material e a organização social que as produziu transcende o refinamento técnico e estilístico fundamentais para descrição e análise, chamando atenção para a subjetividade, individual ou coletiva, formada através das crenças e valores do indivíduo, com suas experiências e histórias de vida expressas nos diferentes aspectos e categorias patrimoniais das diversas culturas.

Nesse contexto, “os artefatos - incluindo a dança, a música, as narrativas místicas e mesmo o corpo humano, não são vistos apenas como representações – belos objetos expostos para contemplação” (ARCURI, 2010, p.60), mas sim como “indicadores de processos identitários os quais configuram um caráter de agência que potencializa dentro da afirmação dos sujeitos certa unidade entre a confecção dos objetos, os motivos decorativos, simbólicos ou funcionais” (SILVA, 2011, p.8). Este recurso institucional, obviamente, é possibilitado pela intensa circulação de informações precisas sobre o contexto de origem dos objetos desenvolvidos nas pesquisas do processo de produção. Os acervos selecionados e divulgados nas exposições contam parte significativa da nossa história e estimulam o interesse do visitante pela memória e dessa forma a contextualização dos recursos textuais e expográficos traçam uma infinidade de sentidos e percepções capazes de assumir diferentes e importantes significados socioculturais dos coletivos representados (ARCURI, 2010).

A materialidade, “representada pelas relações sociais e simbólicas permite às ciências explorar os horizontes dos sistemas de objetos como extensões corporais que é, em si, um instrumento e um mediador social e simbólico entre *o self* e o mundo” (MAUSS, 2008, p. 401-424). Essas caraterísticas exploradas por autores como Claude Lévi-Strauss *“Le Totémisme aujourd'hui”* (1962); Clifford Geertz *“The Interpretation Of Cultures*“(1978); Marcel Mauss *“Sociology and Anthropology”* (2003), dentre outros, são percebidas dentro de certos contextos institucionais como um elemento fundamental na criação e transformação dos elementos culturais e dinâmicas sociais ao longo do tempo. Sob essa lógica do papel dos objetos como mediadores no contexto museológico, se entendido como ferramenta de diálogo, que pressupõe a aproximação do ser humano

com os objetos, irá comunicar as coleções como parte fundamental da missão institucional ante o processo de musealização, que garante sob o conceito de seleção, definir o que irá ser disseminado e preservado.

Se as instituições museológicas forem consideradas como espaços de presentificação das ideias, de recriação do mundo por meio da memória que pode existir em todos os lugares e em todos os tempos (SCHEINER, 1999, p. 132), a Museologia como disciplina portadora de grande responsabilidade nos processos de difusão cultural irá sob o aspecto informacional que “articula e recria na interface com os tempos, espaços e representações de cada cultura” (SCHINER, 2015, p.363) conceber através da documentação, diferentes formas e visões do real assumidos por heterogêneos grupos humanos concebidos por uma relação ambígua de interpretação do mundo.

3.3. Triagem de material arqueológico: documentação e acondicionamento

O presente tópico resulta de um composto de atividades da área de documentação e pesquisa de artefatos arqueológicos iniciadas no Laboratório de Conservação e Restauro do MCT/EM/UFOP coordenado pelo historiador e conservador/restaurador Edson Fialho Resende e finalizadas no Laboratório de Arqueologia (LABARQ). A instituição foi criada como Museu de Mineralogia em 1877, graças aos esforços empregados pelo francês Claude Henri Gorceix, também fundador da Escola de Minas. Foi apenas em 1995 que a instituição foi ampliada e passou a chamar MCT/EM/UFOP e, hoje, o museu possui nove setores de exposição: história natural, metalurgia, siderurgia, desenho, topografia, astronomia, mineralogia, eletrotécnica e mineração. São mais de 30.000 peças vindas de várias partes do mundo.

O acervo da instituição permite mergulhar no mundo da Astronomia, Paleontologia, Mineralogia, Arqueologia e Pigmentos, oferecendo ambiente ideal para a realização do trabalho caracterizado pelo desdobramento de atividades diagnósticas no âmbito de registro e acondicionamento de materiais arqueológicos. Por meio de uma ampla bibliografia foi estudada a correlação que se dá entre os processos de pesquisas arqueológicas e os meios de documentação desses materiais dentro de instituições museológicas e reservas técnicas. No que tange a respeito da arqueologia como uma disciplina de grande importância que investiga as sociedades do passado através dos vestígios materiais por ela deixados tendo em vista compreender os seus modos de vida [...] relativos a diferentes épocas, desde os tempos mais remotos até períodos mais próximos no presente (CARNEIRO, 2008) a pesquisa arqueológica pode identificar

durante os processos de escavação a relação do homem com o ambiente, analisando seus contextos sociais, suas tecnologias, formas de subsistência e organização social, fatores relevantes para os museus que inseridos em um território com sítio arqueológico, devem ser capazes de contextualizar e dimensionar o contexto histórico da região.

Os estudos da cultura material são o eixo de ligação entre e o modelador de ações e procedimentos museológicos. Atualmente, acompanha-se um processo de conexão e de fortalecimento entre os caminhos da socialização do conhecimento arqueológico e museológico impulsionados pelos movimentos coletivos – como o Grupo de Trabalho Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnológicos (REMMAE). A chave para essa junção está situada nos debates e reinvindicações do trabalho que a Museologia vem desempenhando quanto à ressignificação das funções e sentidos dos bens patrimoniais em sua relação com o contexto social onde está inserido. A conexão entre as duas disciplinas, para além das questões que envolvem os bens culturais e seus territórios, se dá, prioritariamente no contexto da documentação de artefatos arqueológicos. Quando se trata dos museus, a vasta gama de objetos doados ou movimentados para as instituições de resguardo, geralmente chegam com deficiência de informação, o que dificulta a identificação do material, sua catalogação, seu acondicionamento, sua classificação, exposição dos objetos bem como a retirada para estudos e pesquisas. Em decorrência desse fato, é de extrema importância que ambas as áreas de estudo se comuniquem, trabalhem em conjunto para a preservação e manutenção da memória e história dos bens patrimoniais.

Entre muitas possibilidades para discutir a problemática que envolve os acervos, Cristina Bruno (2020, p.11) defende que no caso dos acervos arqueológicos, quando reconhecidos, evidenciados e preservados, permitem análises de referenciais patrimoniais capazes de contextualizar sete seguimentos:

1- Refletir processos sociais, dimensões de poder; as mudanças dos tempos históricos;
2- Compreender identidades culturais, temporalidades sócio-históricas, determinações territoriais, negociações culturais, administração dos sistemas de memória;
3- Apropriação por instituições formatadas com a finalidade de pesquisa, preservação e musealização;
4- Força alavancadora para a constituição e fortalecimento de muitos ramos do conhecimento;
5- Evidenciar indicadores de memórias e referências culturais e têm a vocação para servir à educação para o patrimônio, para os direitos humanos e para a identidade em todas as suas dimensões;

6- Exigir procedimentos museológico-curatoriais e colaborativos correspondentes ao estudo e à preservação;
7- Servir à valorização das grandes e multifacetadas expressões de humanidade;

Seguindo essa lógica, prima-se por estabelecer uma conexão entre os campos científicos da Arqueologia e da Museologia, com vistas a discutir demandas e possíveis aprimoramentos das metodologias de trabalho que envolvem a cadeia operatória do processo de musealização da arqueologia (BRUNO, 2014) e suas abordagens museológico-curatoriais (conservação, documentação, exposição e ação educativa) (BRUNO, 2020), planejadas e executadas a partir dos trabalhos de campo, laboratório, reserva técnica e comunicação. Entre muitas discussões que giram em torno dos conceitos acima referidos, é possível traçar estratégias que comtemplem esses processos que giram em torno da musealização e sua potencialidade de contextualizar na musealidade dos acervos suas dimensões das memórias individuais, coletivas e históricas. O resultado dessas percepções inicia-se no trabalho de laboratório proposto para esta pesquisa, com enfoque no enquadramento do universo dos materiais incorporados como bens institucionais para alcançar patamares patrimoniais de herança cultural.

O laboratório do MCT/EM e o LABARQ possuem reserva técnica onde são armazenados e supervisionados todos os materiais arqueológicos recebidos ou endossados pela instituição submetidos a uma rigorosa análise de origem e procedência respeitando procedimentos legais. O ambiente possui estrutura adequada e equipamentos profissionais que viabilizaram a movimentação do acervo, a análise morfológica dos artefatos, o acondicionamento e a documentação fotográfica destes. As fichas de identificação foram fornecidas pelo museu e todo o trabalho de pesquisa, identificação, classificação e catalogação foram desenvolvidos dentro do laboratório. As atividades realizadas buscaram demonstrar como se dão as diversas etapas e ações desenvolvidas que integram a pesquisa arqueológica e a documentação museológica em laboratório/reserva técnica. Os processos realizados foram:

- Catalogação e registro de material arqueológico.
- Identificação das peças (origem e constituição material).
- Classificação do material arqueológico de acordo com a morfologia.
- Registro fotográfico
- Acondicionamento dos fragmentos analisados.

Todo o registro primário proveniente do trabalho de escavação no MNMAMQ — diários de campo, fichas de análises, registros audiovisuais, desenhos, plantas, fotos, fichas topográficas, croquis, foram reunidos para consolidar o trabalho de documentação museológica em laboratório. O material analisado constitui-se majoritariamente de fragmentos cerâmicos, líticos e uma pequena parte de objetos ferrosos listados e contabilizados em caixas por categorias/materiais/especificidades e separados por sítio/setor, áreas de ocorrências ou procedimentos de prospecções gerais. Por uma questão de tempo e recursos para conclusão desta pesquisa, foi preciso concentrar esforços apenas para o processo de inventariação e rolagem dos fragmentos cerâmicos e somente citar os demais tipos de material ao longo do processo de documentação e registro.

Tabela 1. Total de invólucros e artefatos do sítio M.Q

Caixas	Total Invólucros	Total de Material Cerâmico	Total de Material Lítico	Total de Material Ferroso	Setor
01	15	72	194	-	Caixas (a,b,c)
02	16	71	14	3	Caixas (a,b,c) / Ruínas / Campo Vassouras
03	13	-	109	3	Ruínas
04	9	46	-	-	Campo Vassouras
05	38	-	550	-	Indefinido

Ao todo, os materiais encontrados em campo nos trabalhos de prospecção e escavação do sítio Morro da Queimada (M.Q) englobam os setores Campo das Vassouras, Ruínas e Caixas. Esses materiais foram armazenados em cinco caixas plásticas de 40x30cm representadas na tabela acima. Todo material fica acondicionado em armários específicos para reserva técnica que auxiliam no controle de umidade e temperatura do ambiente, restringem a interação com insetos xilófagos e dificultam o acesso, controlado por um sistema de chaves para evitar ações antrópicas indesejáveis.

Figura 33: Sítio M.Q – Local de trabalho no LABARQ/MCT/EM.

Fonte: Acervo LABARQ.

3.4. Sistemas técnicos da Cerâmica: morfologia e atributos

Para que fosse possível compreender as técnicas utilizadas na confecção de um artefato cerâmico fez-se necessário a busca por fonte de pesquisa e informação especializada na área que fornecesse conceitos básicos para auxiliar no registro e possível interpretação do material encontrado no âmbito da morfologia, produção/função primordial no desdobramento de ocupação na Serra de Ouro Preto-MG. A confecção de cerâmicas comumente relacionadas a fabricação de recipientes (PROUS, 1992) diversificada em todo o território brasileiro, varia em uma mescla de pasta com antiplástico de areia e cacos moídos, podendo ser decorada ou simples de

superfície alisada. Dentre esses aspectos gerais que envolvem a cadeia operatória de produção é preciso analisar quatro unidades básicas: os atributos que correspondem aos detalhes, características físicas observáveis como a porosidade, o conjunto minerais/minerais, a cor, as marcas, o tamanho e a forma. As técnicas relacionadas à ação antrópica de confecção diretamente ligada aos métodos que criam os atributos como a forma, o corpo e a queima. A sequência desses processos, reverberados pela sucessão das técnicas de produzir a cerâmica. E por último, tem-se a tipologia, reflexo dos comportamentos e sequencia de ação (RYE, 1981).

No caso dos fragmentos cerâmicos encontrados em diferentes setores no contexto arqueológico do sítio M.Q o trabalho feito em laboratório foi direcionado somente à análise dos atributos e das técnicas em vista de se tratar de um material cuja morfologia se restringe a cacos, bordas e bases provenientes de um complexo minerador de grande atividade entre fins do século XVII e século XVIII. Nesse período, a mineração do ouro e diamantes foi a principal atividade responsável pela colonização do atual território de Minas Gerais e impactou diretamente na produção da cultura material empregada por escravos de diferentes regiões da África (CRIVELENTE, 2001, p. 51). Diante desse processo que a Serra de Ouro Preto-MG, à época Morro do Ouro Podre, se desenvolve em torno da extração aurífera. A consolidação dessa ocupação é definida pela mescla das culturas europeias, africanas predominantemente procedentes da África Central, seguidos pela África Ocidental e, em menor quantidade, África Oriental e dos nativos marcadas pelas trocas e relação interpessoal forçada que se configurou rapidamente em um grupo mais homogêneo, formando principalmente a população afro-brasileira (classificados, de acordo com a cor da pele e ascendência, em crioulos, pardos, cabras e caburés) (SYMANSKI, 2010).

Além das atividades de mineração, a população se orientou para outros setores econômicos, como por exemplo o de subsistência, diversificado entre a criação de animais bovinos e suínos para consumo próprio, equinos para trabalho, pesca e a agricultura, “como arroz, feijão, milho, mandioca, inhame e batata doce” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 455) mantidos e produzidos em ranchos e fazendas no entorno dos principais focos de exploração do ouro. Ressalta-se também o desenvolvimento urbano, resultado das atividades de carpintaria, serralharia e cantaria evidenciados pelo grande número de edificações existentes atualmente em Ouro Preto-MG. É nesse contexto que surge a produção cerâmica pelos escravos que alocados nesses três setores, buscavam uma forma de poder reafirmar sua identidade e reproduzir signos de sua cultura. Uma boa parte dessa manifestação pode ser vista em cerâmicas com significação atribuída

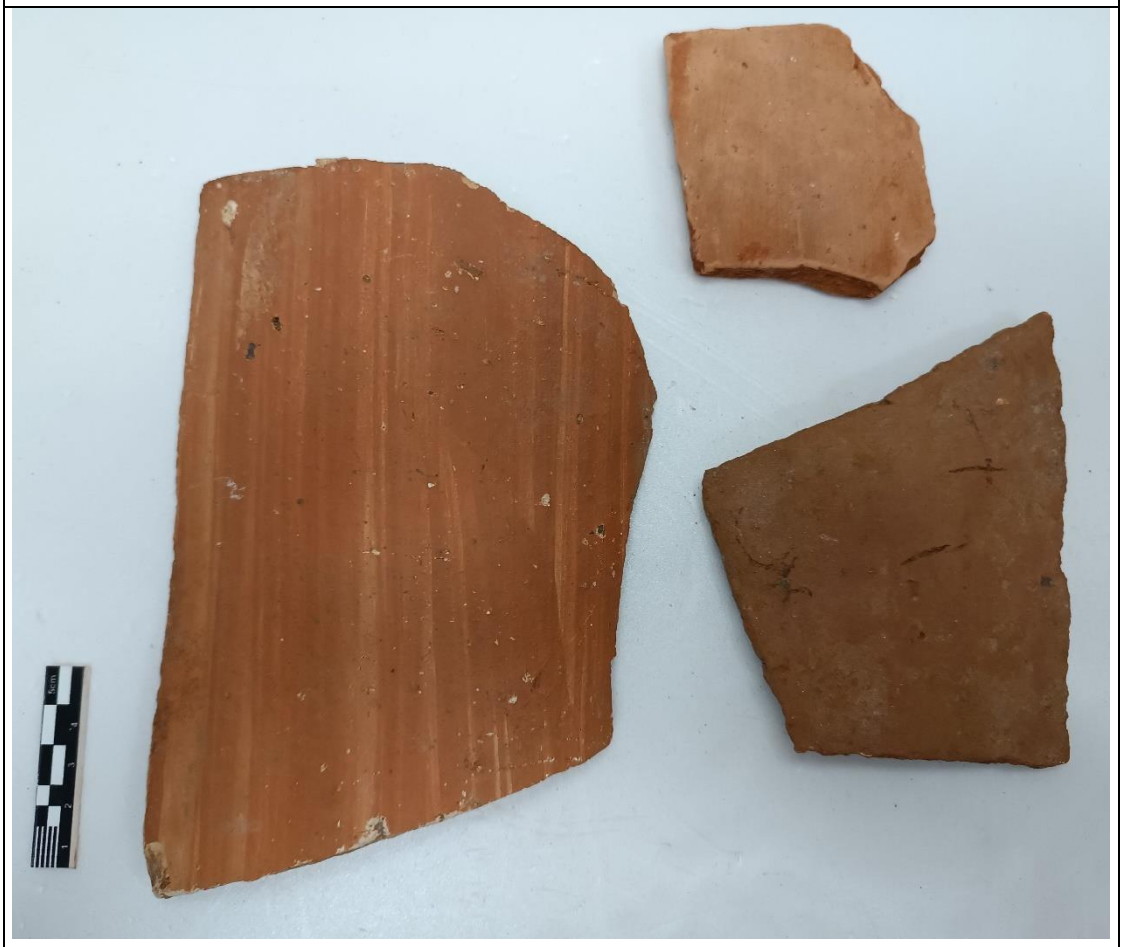
a memórias e representações de origem africana, muito comum em engenhos de açúcar e quilombos (SYMANSKI, 2006).

Segundo apontamentos de Luiz Claúdio Symanski (2006;2010) em estudo sobre a variabilidade cerâmica de produção africana e afro-brasileira no Estado do Mato Grosso na região de Chapada dos Guimarães e de Cuiabá, até fins do século XVIII encontra-se dentro dos fragmentos analisados em sua pesquisa maior predominância de artefatos confeccionados como veículos para expressar suas cosmologias religiosas. “Neste período, a decoração consiste, predominantemente, em motivos geométricos incisos, aplicados na porção superior dos vasilhames, nas formas de diamantes e ziguezagues, ocorrendo também ondulações” (SYMANSKI, 2010, p.301), geralmente com incisos feitos sobre roletes.

Até meados do século XVIII os trabalhos cerâmicos possuíam além de sua função utilitária características que podem ser associadas com práticas mágico-religiosas comuns entre africanos na diáspora servindo como “[...] um instrumento ou modelo no curso das transformações culturais ou mesmo como uma metáfora para explicar certas transformações fisiológicas ou míticas” (SYMANSKI, 2010, p.307). O advento da crioulização e generalização dos povos africanos já no século XIX perde o interesse por essas características morfológicas e imprime na maioria das ocorrências apenas pinturas e engobos vermelhos, sem se preocupar com as técnicas decorativas. Vale ressaltar que a produção ceramista esteve de forma proeminente sempre relacionada ao gênero feminino, associado à fertilidade, cultivo da terra e a produção de alimentos.

No cenário desta pesquisa, o layout dos fragmentos encontrados apresenta em alguns conjuntos formados para análise, características próximas às descritas pelas conclusões de Symanski. Evidentemente que por se tratar de contextos arqueológicos diferentes não foram propostas hipóteses e nem classificações sobre o material de estudo, apenas foi demonstrado algumas similaridades morfológicas e suas possíveis funções. No caso do Morro da Queimada pode-se inferir que grande parcela da expressão material cerâmica foi utilizada para compor os telhados das edificações de pedra construídas para ocupação das lavras e uma pequena parte está associada aos utensílios domésticos fabricados para compor essas habitações. Segundo descreve Vasconcellos (1956), a primeira olaria da antiga Vila Rica foi instalada em 1713, e sugere que, somente a partir dessa data começam a se produzir telhas na região.

Figura 34: Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos cerâmicos de telha.



Fonte: Acervo LABARQ.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar o potencial do material cerâmico ser remanescente do período pré-colonial, povoado por grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê e Tupi-Guarani (Guarani) como estudado por José Proenza Brochado e Gislene Monticelli (1994) com indicações linguísticas de RuÍz de Montoya ([1650] 1876) no livro "*Cerâmica Guarani*" (SALVIA; BROCHADO, 1989, 121-145). Este trabalho de recuperação de cerâmicas Guarani "possui regras práticas que foram sendo estabelecidas ao longo das pesquisas, através do estudo de mais de 5 mil fragmentos de bordas [...] depositadas em museus e coleções" (BROCHADO; MONTICELLI, 1994). De acordo Dicionário Guarani-Espanhol de Montoya, há muitas classes de cerâmica entre os Guarani e diversas funções, usos e pelo menos seis delas foram descritas: 1 - Panelas para cozinhar (yapepó); 2 - Caçarolas para cozinhar (iíaetá ou iíaeá); 3 - Pratos para assar beiju (iíamõpü ou iíamypiu)'; 4 - Jarras para bebidas em geral, especialmente

bebidas fermentadas alcoólicas (cambuchí); 5 - Pratos para comer (iíaembé ou teembirú); 6 - Tigelas para beber (cambuchí caguãba).

Esses referencias teóricos apresentam diferentes desafios para as futuras pesquisas diante da possibilidade ou não de se produzir reconstruções gráficas calculando dimensões, espessuras e fazendo analogias etnográficas que compõe parte da investigação do processo de manufatura, do modo como os artesãos/ceramistas manejavam, controlavam a umidade da argila e modelavam esse material (SILVA, 2000). Outro fator importante a ser considerado é o tratamento de superfície interno e externo da cerâmica, podendo ser, polido, liso, alisado, engobado e com decoração plástica (ALVES, 1988).

Figura 35: Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos de utensílio doméstico.

Fonte: Acervo LABARQ.

Todas essas características servirão, em momento oportuno, de fundamento e conhecimento para criar junto ao modelo de catalogação proposto para esta dissertação, um registro mais contundente de classificações morfológicas que trará diversas informações sobre a vida cotidiana, os hábitos alimentares, a economia e os

sistemas de crenças da população cativa que ocupou a Serra de Ouro Preto-MG. Alguns desses atributos e técnicas podem ser subdivididos em quatro critérios básicos para identificar tanto quantitativa quanto qualitativamente os diferentes perfis dos fragmentos separados para analise: bordas para identificar a inclinação; base para evidenciar a forma; dimensões para avaliar o uso de acordo com as espessuras/ diâmetros e função onde o termo é relacionado às especificidades de cada fragmento (BROCHADO; MONTICELLI, 1994). De acordo com esses referenciais teóricos e as possibilidades de trabalho em termos práticos, foi possível criar tópicos específicos para direcionar o trabalho de documentação afim de elucidar as muitas hipóteses e analogias possíveis de serem feitas a partir da diversidade de fragmentos encontrados e sua variabilidade morfológica ao longo da pesquisa de campo em um contexto arqueológico histórico de grande complexidade.

3.4.1. Espessuras e Dimensões

Os fragmentos cerâmicos foram analisados com os recursos laboratoriais disponíveis (paquímetro, régua, lupa e escala), de modo a considerarmos mensurar as espessuras e dimensões do material proveniente do sítio M.Q, dividido por setores. Atenção especial foi dada aos fragmentos maiores e com mais detalhes preservados para frisar a alta variabilidade e fazer uma média ajustada.

Os resultados estão demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 02. Média de espessura e dimensão dos fragmentos cerâmicos

Caixas	Espessura do fragmento	Comprimento	Largura
Caixa 01	Entre 10 a 7mm	Entre 145 a 40mm	Entre 95 a 6mm
Caixa 02	Entre 11 a 5mm	Entre 120 a 24mm	Entre 95 a 4mm
Caixa 04	Entre 12 a 3 mm	Entre 225 a 25mm	Entre 195 a 22mm

Como pode ser verificado nas caixas 01 e 02 nota-se que há uma maior equivalência nas medidas em decorrência da confluência dos setores, o que confere

uma quantidade menos expressiva de diferentes aspectos morfológicos. Já na caixa 04 de setor indefinido há uma quantidade bem menor de fragmentos e predominância de medidas maiores, proporcionando uma grande diversidade tipológica. Essas medidas podem ser correlacionadas aos apontamentos de Montoya ao definir a especificidade de cada classe por ele mencionada a partir das dimensões, bem como instigar apontamentos mais viáveis segundo os resultados apresentados por Symanski (2010).

3.4.2. Antiplástico ou Tempero

A decoração plástica, tempero ou o antiplástico é a matéria introduzida na pasta para viabilizar uma boa condição técnica de secagem e queima para confecção cerâmica, pode ser compilada através dos seguintes elementos: “orgánicos (restos calcinados de vegetales o animales, huesos, ramas o conchas de moluscos) e inorgânicos (gránulos de arcilla, tiesto molido o microtiestos, rocas y minerales)” (MENÉNDEZ, 2022, p.10). Dentre esses componentes, a pasta ou argila é um dos elementos fundamentais para a produção de artefatos cerâmicos e varia de acordo com o tipo de recursos naturais disponíveis no solo:

> A argila é difícil de definir com precisão porque o termo tem sido aplicado a uma variedade de materiais que diferem tanto na origem quanto na composição. É amplamente definido como um material terroso de granulação fina que desenvolve plasticidade quando misturado com água. Seus componentes químicos essenciais são sílica, alumina e água; frequentemente também contém quantidades apreciáveis de ferro, álcalis e alcalino-terrosos. O termo "argila", entretanto, tem sido aplicado a materiais que possuem algumas, mas não todas, dessas propriedades. Também tem sido usado como uma designação de tamanho de partícula para a menor fração do solo. (SHEPARD, 1985, p.6)

Para melhor identificar esses componentes do solo é necessária a utilização de equipamentos como a Lupa Binocular manual, eletrônica ou estática para visualizar esses materiais a partir de lentes de diferentes aumentos. Por não possuirmos esse equipamento no laboratório, foram feitas algumas análises utilizando uma Lupa de bancada equipada com Led e capacidade de ampliação em 10 vezes. Observou-se ao longo do trabalho, além de areia, cacos moídos e elementos orgânicos, pedaços de quartzo nas extremidades de alguns fragmentos, como demonstrado em fragmento do (Involucro 18), na figura 36.

3.4.3. Queima

A queima faz parte da cadeia operatória de confecção da cerâmica, “é um processo físico-químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica por meio da elevação da temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de O2 determina a oxidação ou redução” (CHMYZ, 1976, p.140) delineada pela cor e textura da cerâmica. É uma das etapas mais delicadas e arriscadas de todo o processo em vista da de alta probabilidade de o vasilhame quebrar (PROUS, 1992). Certas precauções são necessárias para que as etapas de secagem e queima sejam feitas com paciência e conhecimento pelo oleiro/ceramista.

Figura 36: Sítio M.Q – Setor Caixas B – Unidade 01 – Fragmento cerâmico, 2023.

Fonte: Acervo LABARQ.

A longa história da cerâmica é marcada por repetidos avanços no design de fornos desde a simples colméia de corrente ascendente até o forno de túnel contínuo. O forno não só retém o calor, mas também permite o controle da tiragem e da atmosfera de queima (SHEPARD, 1985) normalmente feita com esterco, madeira ou carvão, podendo atingir cerca de 940 graus dependendo da mistura feita como combustível. Quando obervamos a queima em contextos de populações indígenas, esse

procedimento ocorre em fogueiras rasas, a céu aberto, cujas temperaturas estão entre 500 a 600 graus (ALVES, 1988; PROUS, 1992), cujo combustivel primpario restrigi-se à madeira, elementos organicos e ao carvão. A variedade de matéria prima comumente utilizada para esse processo, de acordo com suas particularidades químicas e disponibilidade no ambiente, define sob aspecto empíico as provisões que devem ser tomadas para controlar os diferentes tempos de queima. Esse conhecimento definirá como a ceramica será trabalhada tanto no aspecto decorativo como no ambito funcional.

Na prática cerâmica geral, existem três fases distintas na queima: o período de desidratação, quando a água é retirada em fogo baixo para evitar formação de vapor muito rápido; o período de oxidação, quando a matéria carbonácea e a argila são queimadas junto com o ferro e outros compostos que são totalmente oxidados e o período de vitrificação, quando os constituintes da cerâmica começam a amolecer e virar o barro rígido (SHEPARD, 1985). Segundo esses apontamentos, tem-se um vislumbre de como essa etapa importante de produção cerâmica pode ter se desenvolvido no Morro da Queimada ao longo do período de colonização, bem como em períodos precedentes, marcado pela presença das múltiplas etnias indígenas. Assim como nas análises dos atributos, nos atentamos apenas à catalogação do material trabalhado e por meio de bibliografia especializada associada à demonstração de imagens, nota-se diferentes características de queima na superfície dos fragmentos separados para registro. Abaixo, a (figura 37) serve de exemplo para demonstrar o resultado da queima na superfície dos fragmentos.

Figura 37: Sítio M.Q – Setor Campo Vassouras – Fragmentos cerâmicos de bases, bojos e bordas selecionados para análise laboratorial.

Fonte: Acervo LABARQ.

As características mencionadas podem ser visualizadas nas imagens feitas em laboratório de alguns conjuntos cerâmicos para compor as fichas catalográficas. Até o momento foram analisados 30 invólucros e cada um possui uma grande variedade de fragmentos. As fichas catalográficas demonstradas em anexo são um exemplo do modelo elaborado para inventariar cada fragmento cerâmico afim de registrar sua origem, local de acondicionamento e os principais atributos mencionados nos tópicos anteriores para contribuir com o futuro trabalho de análise cerâmica. Trata-se de um trabalho lento e longo no qual objetiva-se dar sequência em momento oportuno com o auxílio de profissionais qualificados na área

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Morro da Queimada é marcado desde o início de sua ocupação no século XVII por disputas sociais, econômicas e territoriais, e isso ainda está bem evidente com as tensões e polêmicas geradas desde o ano de 2005 com a criação do Projeto de Implantação do Parque Municipal Arqueológico. Do mesmo modo, também é um espaço de conflito e negociação, seja pela prefeitura, pelos órgãos reguladores que estão atuando na administração do patrimônio, seja pelo interesse científico da UFOP ou pela própria comunidade inserida nesse contexto que reivindica os diferentes usos desse bem cultural. Trata-se de um símbolo histórico da cidade e sua paisagem que a prefeitura buscou “resgatar” por meio de um processo institucional. O problema é que, para muitos, esse processo é um símbolo de um contexto de exclusão materializado no cercamento da área e remoção de 19 famílias do perímetro traçado como poligonal oficial do projeto. No entanto, não é comum que as lideranças comunitárias ouvidas e observadas estabeleçam essa associação entre o atual Monumento e os impactos negativos na região desde o início da regularização fundiária. Em contraponto, parte desses atores sociais possui uma visão bastante positiva, sempre associando o patrimônio a um espaço de conhecimento, expansão cultural e oportunidades.

Observa-se ante esse conflito de interesses entre as partes envolvidas que o trabalho realizado atualmente no Monumento pela equipe do LAPACOM/UFOP tem contribuído para a mediação entre aqueles moradores que frequentam e vivem no local e os agentes do município, uma vez que, eventualmente, ao final de cada ação em campo, foi realizado um caminhamento pelos bairros a fim de ouvir o que a população tem a dizer quanto aos trabalhos desenvolvidos no âmbito universitário bem como as ações interventivas delineadas pelos órgãos públicos responsáveis pela proteção da área. Isso contribui para que esses moradores desenvolvessem autonomia para discutir suas demandas sociais e políticas, apropriando-se do patrimônio e dos demais espaços púbicos.

O reflexo do trabalho museológico de cunho comunitário realizado e aprimorado ao longo da pesquisa no Monumento e na área limítrofe representada por 5 bairros principais: Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João, Morro São Sebastião e Piedade despertou nos envolvidos na gestão e manutenção do sítio arqueológico e entorno, fatores que configuram tanto as potencialidades como os desafios de musealização. Os resultados apresentados se concentram na aplicabilidade dos dados gerados como incentivo às instituições, órgãos reguladores e os vários públicos a comungarem quanto às decisões a serem tomadas no que tange à salvaguarda do

patrimônio. Diante da necessidade urgente em atender a essas demandas e dos desafios subsequentes, precisa-se insistir em reforçar a importância de se pensar a extroversão desse bem cultural para as comunidades detentoras e consolidar uma parceria que congregue o compartilhamento das ações.

Alcançou-se essa parceria a partir da observação participativa em todas as ações que compreendem o universo da museologia comunitária voltada para a educação patrimonial desempenhada nas Escolas Municipais Isaura Mendes e Juventina Drummond, na Associação de Moradores do Morro da Queimada, no Centro Espírita Auta de Souza; nas dinâmicas de comunicação promovidas na rua; na fruição dos bens culturais; na documentação da cultura material coletada e todo o processo que engloba a preservação e proteção do local em conjunto com a SEMA/OP, o IPHAN e o ITV da Vale. Além disso, o trabalho se estendeu ao estudo mais aprofundado da arqueologia histórica e seus desdobramentos na contemporaneidade como fundamento principal para reforçar a obrigação de sustentar a salvaguarda do atual MNMAMQ e, qualificar as hipóteses e interpretações acerca dos diferentes períodos de ocupação no território.

Com o auxílio de uma breve compilação historiográfica do Morro da Queimada optou-se por demonstrar, seguindo o objetivo geral, o leque de possibilidades para a institucionalização do sítio arqueológico via musealização. Para sustentar esse posicionamento, foi descrito a musealização como um processo, o qual, pode ser realizado de diferentes formas e a partir de diversas ações direcionadas ou não aos objetos materiais. Nesse âmbito, inferiu-se que essa institucionalização só terá êxito se for associada a uma arqueologia contemporânea que contempla as múltiplas camadas de compreensão e significação do patrimônio arqueológico investigado. O embasamento teórico demonstrou que a transdisciplinaridade vigente entre as duas correntes pode impulsionar a musealização com enfoque no sujeito, na preservação do patrimônio e no fortalecimento de uma identidade cultural na região. Tanto a analogia conceitual quanto o resultado alcançado nos trabalhos *in loco*, serviram de incentivo para sensibilizar os órgãos reguladores e os principais agentes envolvidos na gestão do Monumento para imprimir nas ações interventivas no território as metodologias dos conceitos empregados para melhor subsidiar a implementação do Parque.

Para demonstrar a efetividade desses conceitos foram descritos os resultados obtidos com os trabalhos realizados no âmbito museológico direcionados a estabelecer meios de aproximação com a vida cotidiana da população e compreender sua relação com o patrimônio, principalmente no diz respeito à memória e pertencimento local. Observou-se que tanto os métodos da Arqueologia quanto da Museologia comunitárias

foram importantes para a execução dos trabalhos de educação patrimonial elaborados a partir dos estudos mais próximos da história oficial; dos estudos que se aproximam da história oral do patrimônio cultural afro-brasileiro; dos estudos da paisagem e seus desdobramentos ao longo dos mais de 300 anos de ocupação e transformação da Serra.

Conclui-se que o exercício de documentar essas ações mostra a importância que o trabalho contínuo tem para consolidar essa aproximação com a comunidade e o potencial de evolução que essa iniciativa possui em prol da salvaguarda compartilhada do patrimônio. O retorno dos moradores tem sido muito positivo, os líderes e principais agentes envolvidos têm demonstrado interesse no trabalho compartilhado e ao mesmo tempo fomentado a parceria elucidando a população sobre a importância da pesquisa científica associado ao serviço municipal. Muito esforço ainda precisa ser direcionado para firmar essa aproximação e poder contribuir não só para a preservação do patrimônio como também auxiliar quanto às reinvindicações sociais e políticas vigentes nas comunidades.

Para concretizar esse conjunto de ações, utilizou-se métodos da Etnografia Arqueológica e da documentação museológica para embasar a atividade realizada em campo e em laboratório. Especificamente no domínio da Arqueologia, demonstrou-se a importância da compreensão da materialidade do passado no presente e o potencial que os métodos etnográficos imprimem para o estudo de uma arqueologia etnográfica e seus desdobramentos para a comunidade. Os dados coletados e sistematizados atrelados à vivência em campo, permitiram evidenciar que existem diversos aspectos sociais que estão além da materialidade, ou seja, fala-se das cosmologias, tradições e saberes que proporcionaram a ocupação na região e seu progresso ao longo do tempo. Durante o andamento da pesquisa comprovou-se que esses aspectos estão diretamente relacionados às etapas que envolvem o processo de musealização no território e são ferramentas essenciais para dar direcionamento adequado à valorização dos referenciais culturais analisados.

Como forma de esclarecimento, apresentou-se o sistema e os mecanismos de documentação voltados aos bens tangíveis e intangíveis ligados à cultura material investigada no local. Desse modo, delineou-se alguns fatores que antecedem esses mecanismos a partir da análise dos desafios e potencialidades relacionadas à musealização desses bens. Para ilustrar parte desses desafios, uma parcela da pesquisa voltou-se ao trabalho de arqueologia realizado no sítio M.Q e os resultados obtidos nas atividades de campo vinculadas ao LAPACOM/UFOP sob coordenação da arqueóloga e Prof. Marcia Arcuri (DEMUL/UFOP) serviram alicerce para comprovar as indagações principais traçadas nesta pesquisa. À vista disso, por meio dos atributos da

cultura material cerâmica registrados, bem como das fontes etnohistóricas correlacionadas, traçou-se um breve panorama das possíveis técnicas utilizadas para a confecção das cerâmicas na região desde o período pré-colonial até o contato e início da colonização em Minas Gerais.

Os avanços alcançados permitiram traçar uma nova rota de estudo que envolve o acondicionamento dos artefatos coletados para análise, catalogação e documentação em laboratório. A tarefa é complexa, árdua, demanda tempo e assistência de outros pesquisadores para que se faça um trabalho mais completo e eficaz. Por conseguinte, o intuito é dar prosseguimento a este trabalho em futuras pesquisas para ampliar o horizonte de conhecimento específico do campo da Arqueologia responsável por contribuir para os aspectos historiográficos da formação da cidade e para expansão da informação científica. Celebram-se as contribuições diretas e indiretas que esta pesquisa proporcionou para o avanço no processo de musealização e espera-se poder colaborar para a preservação do patrimônio cultural vigente no Monumento Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada dando sequência colaborativa nos trabalhos museológicos comunitários em andamento no território vinculados ao LAPACOM/UFOP.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ARCURI, M.M. Arte e Ritual na América Indígena. Centro de estudos Mesoamericanos e Andinos - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2010.

ARCURI, M. M; COSTA, J. R. *Repensando as Velhas Práticas: transversalidade e os papéis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do parque municipal arqueológico morro da queimada – Ouro Preto- MG.* Revista de Arqueologia Vol 33/ nº.3. Setembro - Dezembro 2020, Dossiê: Gestão de Acervos Arqueológicos.

ARCURI, M. M; FORTES, Y.M. Musealização das Ruinas Arqueológicas do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada: análise de processos e proposição metodológica. Relatório de Iniciação Científica- PROP/UFOP edital 11/2017.

ARCURI, M. M; FORTES, Y.M. Musealização das Ruinas Arqueológicas do Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada: análise de processos e proposição metodológica. Relatório Final de Iniciação Científica- PIVIC-1S/UFOP 2018-2019.

ARCURI, M. M; LAIA, P. O.; "Morro da Queimada e suas Referências Patrimoniais: mapeamento documental, reconhecimento arqueológico e promoção do pertencimento". Ouro Preto: Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, 2015. Relatório de Pesquisa - UFOP/FAPEMIG, 2015.

ARCURI, M. M; LAIA, P. O; MATTOS, Y; BUENO, F. *Patrimônio e Arqueologia Comunitária no Morro da Queimada: desafios para a gestão compartilhada.* In: IV Seminário Preservação do Patrimônio Arqueológico - Anais do IV Seminário Preservação do Patrimônio Arqueológico - M.A.S.T. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016.

ARCURI, M. M; LAIA, P. Morro da Queimada e Suas Referências Patrimoniais: mapeamento documental, reconhecimento arqueológico e promoção do pertencimento. Ouro Preto, 2016.

ARCURI, M. M; FORTES, Y.M. *Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada: reflexões sobre o processo de musealização pela perspectiva da arqueologia comunitária*. Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia, 2018.

ARCURI, M. M. Cosmografias Ameríndias: a arte e o "ato de animar". Culturas visuales indígenas en las Américas desde la antigüedad hasta el presente. Estudios Indiana n.13. Instituto Ibero-Americano de Berlín, 2018.

ABDALLAH, S. Projeto Quartzo Industrial Dueré-Cristalândia. Goiânia-TO: CPRM - Serviço Geológico do Brasil (Série Rochas e Minerais Industriais, nº 06), 2010.

ALKMIM, F. F., MARSHAK, S*. Transamazonian Orogeny in the Southern* São Francisco *Craton Region*, Minas Gerais, *Brazil: evidence for Paleoproterozoic collision and collapse in the Quadrilátero Ferrífero*. *Precambrian Research*, 1998.

ALVES, M. A. *Análise Ceramica: estudo tecnotipológico.* Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

AUGE, M. *Não Lugares*, 1992.

BARRETO, A. A questão da informação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, nº 4, 1994.

BARRETO, C. *A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil*. REVISTA USP, São Paulo, n.44, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BARBOSA, M.I.M; PORPHÍRIO, H. Caracterização Tecnológica de Lascas de Quartzo. Rio de Janeiro: Cetem - Centro de Tecnologia Mineral, 1995. (Série Tecnologia Mineral, 69).

BRASIL. Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, resolução – PR nº 22, de 21 de julho de 1983**.** As Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos em Território Brasileiro. Disponível em:< ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/pdf/bservico1602.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas. Belém, v. 6, nº1, 2011.

BERGER, P; ZIJDEVELD, A. *Em favor da Dúvida: como ter convicções sem se tornar um fanático*. Editora Elsevier, 2012.

BEZERRA, M. Patrimônio Arqueológico e Povos Indígenas. Belém, 2010.

BROCHADO, J. P., MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.Xx, nº2, dezembro, 1994.

BRUSADIN, L. *O Poder Simbólico do Museu da Inconfidência no Imaginário Social*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

BRUSADIN, L. *Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento* - 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2017.

BRUSADIN, L; COSTA, E. B; PIRES, M. C. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.* Editora Expressão Popular, 2012.

BRUNO, M. C. O. Estudos e Cultural Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios. São Paulo, 2009.

BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. Revista de Arqueologia*.* Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, vol. 26, n° 2, vol. 27, n° 1, 2013/2014.

BRUNO, M. C. O. Acervos Arqueológicos: relevâncias, problemas, e desafios desde sempre e para sempre. Volume 33 No.3. Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos. Setembro – Dezembro de 2020.

BRULON SOARES, B. C. Quando o Museu abre portas e janelas. O reencontro com o humano no Museu contemporâneo. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

BRULON SOARES, B. C. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 25, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v25n1/1982-0267-anaismp-25-01-00403.pdf. Acesso em: 1 julho 2019.

BRUNO, M. C. O. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto de Paranapanema*. In: Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 17, n. 17, 1999.

BRUNO, M. C. O. Estudos De Cultural Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios. São Paulo, 2009.

BORGES, L. C; CAMPOS, M. Patrimônio como Valor, entre Ressonância e Aderência – PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, Brasil - 21o. Encontro Anual do ICOFOM LAM Termos e

Conceitos da Museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral, 2012.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 1986.

BOXER, Charles R. *A Idade de ouro do Brasil.* Tradução de Nair de Lacerda. 2. ed. (revista). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BUENO, F. B. *A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: a experiência e a vivência do Morro da Queimada*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2019.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Editora IEDS, 2009.

CANDIDO, M. M. D; NEVES, K. R. F. Musealização, Arqueologia e Educação. 1994.

CARNEIRO, C. Guia Temático de Educação Patrimonial do Levantamento Arqueológico do Gasoduto Coari-Manaus. São Paulo: MAE - USP, 2008.

CEVAROLO, S. M; TALÁMO, M. F. Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma perspectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. Bahia: VIII ENANCIB- Salvador, 2007.

CHILDE, V. G*. A Evolução Cultural do Homem.* Rio de Janeiro: Editora Zahar,1975.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Revista do CEPA: Curitiba, 1976.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CRIVELENTE, M.A. *Casamentos de escravos africanos em Mato Grosso, um estudo sobre Chapada dos Guimarães, 1798-1830*. Cuiabá-MT. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.

CORRÊA FILHO, V. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

DESVALÉES, A. *Terminología Museológica*. Proyecto *Permanente de Investigación*. Rio de Janeiro: ICOFOM/ICOFOM-LAM/TacnetCultural, 2000.

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. (Org.). *Conceitos-chave da museologia*. Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury (trad. e comentários). São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DELAMARE, A. *Villa-Rica*. Do Instituto Histórico de Ouro Preto. Companhia Editora Nacional – São Paulo, 1935.

DOLÁK, J. O museólogo Zbyněk Zbyslav Stránský – Conceitos básicos. In: BRULON SOARES, B; BARAÇAL, A. (Eds.) Stránský: uma ponte Brno – Brasil. Paris: ICOFOM, 2017. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/images/Icofom_Stransky_couv_cahierFINAL.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. Ecomuseu. 2010. Disponível em: < https://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal>. Acesso em: 30 dez. 2022.

EPUSP, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Geoprocessamento. Disponível em: <http://www.ptr.poli.usp.br/labgeo/graduacao/ptr321/material2/registro.pdf>. Acesso em: 30 março. 2023.

ESCHWEGE, W. L. von, 1833. *Pluto brasiliensis*. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

FAGAN, B. *Uma Breve História da Arqueologia*. Trad. Janaína Marco Antônio. Porto Alegre-RS: Editora L&PM, 2019.

FAGUNDES, M. Os Conceitos de Paisagem em Arqueologia: os lugares persistentes. Holos enviroment, v.9 nº 2, 2009.

FERNANDES, P. C. A Liberdade Segundo Kant, 2010.

FERREIRA, M. Sob Fogo Cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 3, 2008.

FERNANDES, R. P; BANDEIRA, D. *Potencialidade da musealização de sítios arqueológicos: caso da APA de Guaratuba* – PR. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 7 nº 1 – 2014.

FOLLE, P. O georreferenciamento de imóvel rural e o registro de imóveis. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2008.

FUNARI, P. P. Arqueologia e Patrimônio: teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. Rio Grande do Sul, 2007.

FUNARI, P. P; GONZALEZ, M. *Patrimônio Histórico: ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil.* História vol.27 nº 2, Franca-SP, 2008.

GRANATO, M. Panorama sobre o patrimônio da ciência e tecnologia no brasil: objetos de c&t. Rio de Janeiro, 2009.

GRANATO, M; CAMPOS, G. Cartilha de Orientações Gerais para Preservação de Artefatos Arqueológicos Metálicos. MAST, 2015.

GONÇALVES, J. R. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. BIB ANPOCS Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº60, EDUSC, 2o semestre de 2005.

GUARNIERI, W. R. C. *O Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. Cadernos Museológicos, v. 3, 1990.

GUARNIERI, W. R. C. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação.* In: BRUNO, M. C. O. (Org). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.

GUIMARÃES, C. M. (coord/org.) Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada – Ouro Preto / MG. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

GUIARÃES, C. M. Arqueologia da Mineração Colonial (Minas Gerais – século XVIII). ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

GUIMARÃES, C. M; NASCIMENTO, E. L. M. De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a arqueologia mineira colonial. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

GUERRA, K. J. *Aplicação de Método geofísico em estudo hidrogeológico no município de Nova Lima – MG*. Caracterização De Aquíferos Em Área Urbana. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

GUZZO, P. L. In: LUZ, A. B; LINS, F. (Ed.). Rochas e Minerais Industriais: usos especificações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cetem-mct, 2008.

HARRISON, R. *Surface assemblages". Towards an archaeology in and of the present*. Archaeological dialogues v. 18, nº 2, 2011.

HARTOG, F*. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Editora Autêntica, 2003.

HARRIS, E. C*. Principles of Archaeological Stratigraphy*. London & New York: Academic Press. 1989.

HARRIS, E. C.; BROWN III, M. R.; BROWN, G. J. (Orgs.) *Practices of Archaeological Stratigraph*y. London & New York: Academic Press. 1993.

HORTA, M; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HOBSBAWM, E. RANGER, T. *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

HODDER, I. *The present past. New York*: Pica Press, 1982.

HODDER, I. *Theory and Practice in Archaeology*. London and New York, 1992.

IPHAN. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2014.

IPHAN. Lei nº 3924 de julho de 1961. Brasília.

INCRA. Instituto Nacional da Reforma Agrária. Sistema de Gestão Fundiária - Sigef. Brasília: INCRA, 2014.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistemas de Referência. Disponível em:<ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/sisref_2.pdf>. Acesso em: 30 março. 2023.

ICOM-BR. Código de ética para museus do ICOM. 2009. Disponível em: <www.museupm.com.br/legislação/codigoEtica.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

JEUDY, H. P. *Memórias do social.* Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1990.

LADEIRA, E. A. Metalogenia dos depósitos de ouro do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. In: C. Schobbenhaus, C. E. S. Coelho, (Eds.). Principais Depósitos Minerais do Brasil. Brasília: DNPM, 1988.

LA SALVIA, F., BROCHADO, J. P. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LEROI-GOURHAN, A. *Les fouilles préhistoriques - techniques et methodes*. Paris, A. et J. Picard et Cie. 1950.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Belém, v. 6, nº 1, jan. – Abr, 2011.

LIMA, D. F. C. *Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio, Belém, MPEG. v. 7, nº 1, jan/abr, 2012.

LOPES, M. B. et al. Morro da Queimada: séculos XVIII, XIX e XX. Ouro Preto: Conselho Administrativo do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, 2008. *Relatório.*

LOUREIRO, M; LOUREIRO, J. Documento e musealização: entretecendo conceitos. Midas [online], v. 1, 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/midas/78. Acesso em: 23/01/2023.

LIMA, D. F. C. Herança cultural (re) interpretada ou a memória social e a instituição museu Releitura e reflexões. Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v.1, nº

1, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/índex.php/ppgpmus/article/view/4/2>. Acesso em: março de 2023. O artigo original foi republicado em LIMA, Diana Farjalla Correia. Social Memory and Museum Institution: Thinking about the (re)presentation of Cultural Heritage. In: XIXTH ANNUAL CONFERENCE OF ICOFOM/INTERNATIONAL COMITEE FOR MUSEOLOGY Paris: ICOM, 1997.

LIMA, D. F. C. Musealização e Patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. 2014.

LIMA, M. A. Beneficiamento do Resíduo do Garimpo de Quartzo de Cristalândia/To, Para Aplicação em Concreto de Pó Reativo (CPR). 2015. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Minas, Centro Universitário Luterano de Palmas, Universidade Luterana do Brasil, Palmas-TO, 2015.

LIMA JÚNIOR, A. *A capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

MARQUARD, O. *Apologia do Contingente: estudos filosóficos*. Editora Institució Alfons el Magnànim, 2000.

MATTOS, Y. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. Ouro Preto: Conselho de Extensão da UFOP, Relatório, 2006.

MATTOS, Y. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. 2007.

MATTOS, Y; OLIVEIRA, PAULA, A. P.; OLIVEIRA, L. M; BASTOS, R. L; JUNQUEIRA, P e outros. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: narrativas híbridas entre espaço de memória social, tempo presente e lugares de relação. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira; Luciane Monteiro Oliveira. (Org.). Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto. 1ªed.Juiz de Fora: Editora da Universidade de Juiz de Fora, 2010, v. 1.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. UFES: Editora EPU, 2008.

MARQUES, P. G. Caracterização e purificação de quartzo para indústria fotovoltaica. 2013. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Metalúrgica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MENZORI, M. *Georreferenciamento: conceitos.* São Paulo: Editora Baraúna, 2017.

MENESES, J. N. C. A Vivência e a Musealização da Vida: experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu. XXVII Simpósio de Nacional de História (ANPUH): conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 2013.

MENESES, U. A cultura material no estudo das sociedades antigas, 1983.

MENICONI, R. Projeto de Implantação. Ouro Preto: Conselho Administrativo do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, 2008. Relatório de Atividades.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE - 1972. Cadernos de sociomuseologia, Porto, v. 15, n. 15, 1999. Disponível em: <revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MERRIMAN, N. *Involving the public in museum archaeology*. IN: MERRIMAN, N. (Org.) Public Archaeology. Londres: Routledge, 2004.

MELLO, S. *Barroco mineiro.* São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

MEIRELES, C. *O Romanceiro da Inconfidência* - Romance V ou da Destruição de Ouro Podre – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

MINAYO; M; DESLANDES, F; NETO C; GOMES, R. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis-RJ, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mecenato. Formulário para apresentação de Projetos. Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG. Ouro Preto, set. 2005.

MORRO DA QUEIMADA, Ouro Preto – Minas Gerais/Brasil. Site. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: < http://morrodaqueimada.fiocruz.br/>.

MORI, V. Metalurgia do silício: processos de obtenção e impactos ambientais. Série Tecnologia Mineral, 41, CETEM/MCT, Rio de Janeiro RJ, Brasil, 2007.

NASCIMENTO, T; CASTRO, A. Modelagem da geodiversidade para o anticlinal de Mariana, sudeste do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil. 2019.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Editor Yara Aun Khoury, 1993.

OLIVEIRA, B. *The Morro da Queimada Archaeological Park Projetct*, Ouro Preto, MG - Brazil. Third International Congress on Construction History. Editor: Chair on Construction History and Structural preservation on the Brandenburg University of Technology. Cottbus, Germany. 2009.

PALHARES, M. Documentação cartorial uma peça técnica do georreferenciamento. Trabalho de Conclusão do Curso de Engenharia de Agrimensura. Faculdade de Engenharia de Minas Gerais. Belo horizonte. 2009.

PEREIRA, K.D.; AUGUSTO, M.J.C. O Sistema Geodésico Brasileiro e a Lei de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – UFSC Florianópolis. Outubro de 2004.

POULOT, D. *Musée, nation, patrimoine.* Paris: Gallimard, 1997.

PRIOSTI, O. M; MATTOS, Y. *Caminhos e percursos da museologia comunitária*. In: Cadernos de Museologia - nº 28 – 2007.

PROCHNOW, M; SCHÄFFER, B. Pequeno Manual para Elaboração de Projetos. Realização instituto socioambiental e apremavi- Oficinas para Elaboração de Projetos Ambientais- Instituto Socioambiental – ISA. 2001.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992.

RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural e patrimônio. Brasília: Iphan, 2007.

ROCHA, J.A.M.R. GPS: Uma Abordagem Prática; 4.ed. Recife: Bagaço, 2003.

RUSCHMANN, D. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente* - Capítulo III: o planejamento e a gestão do turismo. Editora Papirus, 1999.

RYE, O. S. *Poterry Tecnology: principles on reconstruction*. Washington D.C, Australian Nacional University, Manuals on Archaeology, 1981.

SALADINO. A; COSTA. A; WICHERS. C; RIBEIRO.D. Prospecções em Exposições e Atividades Educativas: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização. Rio de Janeiro, 2016.

SAHLINS, M. *Ilhas de História.* Trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

SALES, F. *Vila Rica do Pilar*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.

SALGUEIRO, H. A. *Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno".* Anais do Museu Paulista, v. 4, jan./dez. 1996.

SANTOS, M. C. *Cadernos de Museologia* Nº 5 – 1996.

SCIFONI, S; RIBEIRO, C. *Preservar: Por que e para quem?* UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, nº2, 2006.

SCIFONI, S. A Construção do Patrimônio Natural. São Paulo: Labur Edições, 2008.

SCHREINER, K. *Criteria on the place of museology in the system of sciences*. In: Museological Work Papers. Stockholm, nº 1, 1980.

SCHEINER, T. *Sob o signo do patrimônio: museologia e identidades regionais.* In: COSTA, H; DECAROLIS, N; SCHEINER, T (Coord.). ENCONTRO DO SUBCOMITE REGIONAL DO ICOFOM PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE, MUSEOLOGIA E O PATRIMONIO REGIONAL, 12, Salvador, Bahia, Brasil.2006. Anais... Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda., 2006. Tradução e revisão dos documentos: Nelly Decarolis, Carol Vitagliano – español, Tereza Scheiner – português. 2006.

SHANKS, M; TILLEY, C. - *Reconstructing_Archaeology*, London – New York – 1987.

SHEPARD, A. O. *Ceremics for the Archaelogist*. Publication 609 Carnegie Institution of Washington Washington, D. C. reprinting: Braun-Brumfield, Inc. Ann Arbor, 1985

SILVEIRA, L.C. Notícias do IBGE. A Mira, Criciúma, ano XIV, nº 123, setembro e outubro de 2004.

SILVEIRA, A.C.; Geodésia Aplicada ao Georreferenciamento. Curso de Formação continuada em Georreferenciamento de imóveis rurais. CTET. Março de 2005.

SILVA, F. A. *As tecnologias e seus significados. Um estudo das cerâmicas Assurini do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sobre um Perspectiva Etnoarqueológica.* Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material, (2009).

SILVA, F. A. Arqueologia Colaborativa Na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. Amazônica, v.3, n.1, 2011.

SOUZA CHAGAS, M. *Memória e Poder: dois movimentos.* In: Cadernos de Sociomuseologia nº 19, 2002.

SOUZA CHAGAS, Mário. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. Antropologia e patrimônio: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SOUZA CHAGAS, M. *Museus, memórias e movimentos sociais.* Cadernos de Sociomuseologia, v. 41, n. 41, 25 fev, 2012.

SOBREIRA, F. G. et al. *Divulgação do acervo arqueológico de mineração no período colonial em Ouro Preto e Mariana.* Rev. Ciênc. Ext. v.10, nº 1, 2014.

STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. Editora © Cosac Naify, 2008.

SYMANSKI, L.C. *Slaves and planters in Western Brazil: material culture, identity and power*. Gainesville, EUA. Tese de Doutoramento. University of Florida, 2006.

SYMANSKI, L.C. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT) História Unisinos, vol. 14, núm. 3, septiembre-diciembre, Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil, 2010.

SYMANSKI, Luís Cláudio. *Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos*. In: Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira, 2009.

TRIGGER, B. *História do pensamento arqueológico*. Editora Odysseus, 2004.

TRIGGER, B. *Ethnoarchaeology: some cautionary considerations*. In: CONKLIN, H. (Ed.). Ethnology by archaeologist. Washington D.C.: American Ethnological Society, 1978.

URIARTE, M. O Lugar da História no Consumo do Chamado Patrimônio Histórico. Rio de Janeiro, 2012.

UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. 2013. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/guidelines/. Acesso em: 30 nov. 2022.

VASCONCELOS, D. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, S. *Vila Rica: formação e desenvolvimento* - Residências. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1956.

VARINE, B. H. *O Tempo Social*. Trad. Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Editora Eça, 1987.

VARINE, B. H. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Ouro Preto: Conselho Administrativo do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, Relatório de Missão, 2011.

VARINE. B. H. Eco Museu da Serra De Ouro Preto: relatório de missão 14- 19 de dezembro de 2008. Ouro Preto, 2008.

VARINE, B. H. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.* Porto Alegre: Medianiz, 2013.

WHEELER, M. *Archaeology from the Earth*. Oxford; Clarendon Press, 1954.

ANEXO

ANEXO A – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 10

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 12 fragmentos
- Inventário: CA0210
- Sítio: M.Q
- Setor: caixas
- Localização/ Estrutura:
- Coordenada:
- Unidade: A
- Nível / Camada: 80-90cm
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: setembro, 2023.
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	10mm	6mm
comprimento	115mm	40mm
largura	95mm	28mm

IMAGENS:

ANEXO B – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 30

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 10 fragmentos
- Inventário: CV0430
- Sítio: M.Q
- Setor: campo vassouras
- Localização/ Estrutura: boca de mina
- Coordenada: 23K 657288.08 m E / UTM 7745720.05 m S.
- Unidade:
- Nível / Camada: nível de superfície
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: dezembro, 2022.
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados. De acordo com a historiografia cerâmica proposta por Symanski (2010) formas geométricas estão relacionadas a cosmologias afrodescendentes.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	6mm	3mm
comprimento	80mm	45mm
largura	60mm	35mm

IMAGENS:

ANEXO C – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 13

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 6 fragmentos
- Inventário: CA0213
- Sítio: M.Q
- Setor: caixas
- Localização/ Estrutura: solo
- Coordenada:
- Unidade: B
- Nível / Camada: nível de superfície (limpeza do setor)
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: abril, 2023.
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	11mm	5mm
comprimento	120mm	24mm
largura	90mm	4mm

IMAGENS:

ANEXO D – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 01

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 16 fragmentos
- Inventário: CA0101
- Sítio: M.Q
- Setor: caixas
- Localização/ Estrutura:
- Coordenada:
- Unidade: C
- Nível / Camada: 30cm
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: fevereiro, 2023.
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	10mm	8mm
comprimento	145mm	40mm
largura	95mm	6mm

IMAGENS:

ANEXO E – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 26

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 02 fragmentos
- Inventário: CV0426
- Sítio: M.Q
- Setor: campo vassouras
- Localização/ Estrutura: ruínas
- Coordenada: 23K 657092.00 m E / UTM 7745720.00 m S.
- Unidade:
- Nível / Camada: superfície
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: novembro, 2022
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	12mm	8mm
comprimento	225mm	120mm
largura	195mm	55mm

IMAGENS:

ANEXO F – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 28

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 07 fragmentos
- Inventário: CV0428
- Sítio: M.Q
- Setor: campo vassouras
- Localização/ Estrutura: boca de mina
- Coordenada: 23K 657075.10 m E / UTM 7745583.56 m S.
- Unidade:
- Nível / Camada: superfície
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: 2022
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	6mm	4mm
comprimento	95mm	25mm
largura	160mm	22mm

IMAGENS:

ANEXO G – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP

PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes

SITIO: Morro da Queimada

Nº 29

DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM:
- Item: 07 fragmentos
- Inventário: CV0429
- Sítio: M.Q
- Setor: campo vassouras
- Localização/ Estrutura: ruínas
- Coordenada: 23k 657311.68 m E / UTM 7745571.57 m S
- Unidade:
- Nível / Camada: superfície
- Material: cerâmica
- Técnica: torno? prensa? rolete?
- Data da coleta: 2022
- Responsável técnico: Marcia Arcuri

OBERVAÇÕES: a tabela de dimensões abaixo faz referência à média entre os fragmentos analisados.

Medidas	Máxima	Mínima
espessura	10mm	3mm
comprimento	70mm	30mm
largura	67mm	26mm

IMAGENS:

ANEXO H – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP
PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes
SITIO: Morro da Queimada
Nº 40
DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM: - Item: 01 fragmento - Inventário: CA0340 - Sítio: M.Q - Setor: caixas - Localização/ Estrutura: 3 - Coordenada: - Unidade: A - Nível / Camada: 20cm - Material: Ferro - Técnica: - Data da coleta: julho, 2022 - Responsável técnico: Marcia Arcuri
IMAGENS:

ANEXO I – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP
PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes
SITIO: Morro da Queimada
Nº 41
DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM: - Item: 01 fragmento - Inventário: CA0341 - Sítio: M.Q - Setor: caixas - Localização/ Estrutura: 01 - Coordenada: - Unidade: C - Nível / Camada: 10cm - Material: Ferro - Técnica: - Data da coleta: agosto, 2022 - Responsável técnico: Marcia Arcuri
IMAGENS:

ANEXO J – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP
PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes
SITIO: Morro da Queimada
Nº 42
DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM: - Item: 01 fragmento - Inventário: MV0342 - Sítio: M.Q - Setor: moinho de vento - Localização/ Estrutura: paredes - Coordenada: - Unidade: - Nível / Camada: - Material: metal - Técnica: - Data da coleta: 2023 - Responsável técnico: Marcia Arcuri
IMAGENS:

ANEXO K – FICHA CATALOGRÁFICA

LABARQ/MCT/UFOP
PROJETO: Dissertação de Mestrado - UNIRIO/MAST/ (PPG-PMUS) - Ygor Martins Fortes
SITIO: Morro da Queimada
Nº 50
DADOS DA FICHA DOCUMENTAL ARQUEOLÓGICA DE ORIGEM: - Item: 03 fragmentos - Inventário: MV0550 - Sítio: M.Q - Setor: caixas - Localização/ Estrutura: pedra plana - Coordenada: - Unidade: B - Nível / Camada: superfície - Material: lítico - Técnica: - Data da coleta: 2023 - Responsável técnico: Marcia Arcuri
IMAGENS: